

**mulheres de rio**  
um ensaio projetual  
como forma de re-existência



franciele lopes régo



**mulheres de rio:** um ensaio projetual como forma de re-existência

Franciele Lopes Rêgo  
orientação:  
Osnildo Adão Wan-Dall Junior





Sam Earl  
AP #1, *Abundância* 2022

## Agradecimentos

A Osnildo Wan-Dall, que me orientou ao longo dos últimos três anos, gentilmente acolhendo os desvios que surgiam no caminho e os estimulando; sobretudo, por ter contribuído para minha formação com um olhar mais sensível não só sobre o espaço construído, mas também sobre as pessoas que o habitam.

À Amanda Silva, por ter disponibilizado seu tempo e conhecimento para me orientar quanto às comunidades ribeirinhas, onde pude conhecer pessoas incríveis e histórias que certamente levarei para o resto da minha vida.

A todos, especialmente, a todas ribeirinhas por me receberem de braços e lares abertos para compartilhar suas histórias, angústias e sonhos, o que me possibilitou definir os passos deste trabalho.

Aos meus pais, Ezaú e Adriana, e às minhas irmãs, Jaqueline e Adrielli, por me apoiarem ao longo da vida e, especialmente, neste momento em que encerro um ciclo tão importante para mim. Por torcerem por cada vitória minha e pela minha felicidade.

Ao meu namorado, Sam, por ter sido tão paciente ao longo do processo da minha graduação, sobretudo no fim dela. Por ser meu maior admirador durante todos esses anos e sempre me estimular a seguir em frente, mesmo que para isso eu tivesse que estar ausente.

Aos meus amigos, Anna Beatriz, Hillanny, Danielle, Bruno, Victor e Anna Flávia, por estarem presentes quando eu precisava de decompressão e por compreenderem quando eu precisava de tempo para os estudos; e aos amigos que ganhei na faculdade, Mila, Zica, Igor, Tixas, por compartilharem comigo suas angústias e ouvirem as minhas; por me ajudarem durante esse processo e nunca soltarem as mãos.

Ao meu futuro colega de profissão, Josenan Azevedo, por ser meu mentor há cinco anos, compartilhando sobre seu conhecimento em Arquitetura e Urbanismo; ensinamentos que carregarei por toda minha vida profissional.

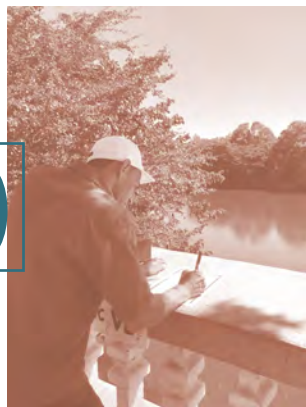
O apoio de vocês foi primordial para este trabalho de conclusão de curso.

*Dedico este trabalho às mulheres ribeirinhas do Oeste da Bahia, particularmente àquelas que lutam pelo rio, tornando-se verdadeiras guardiãs das águas – e da vida – do Cerrado e das cidades nele inseridas.  
Aqui, todas bebem das águas do Rio Grande.*

# 10

## APRESENTAÇÃO

- 10.....*Uma reflexão sobre o trabalho de conclusão de curso*
- 11.....*O que você vê?*
- 15.....*Mapa de desvios*



# 16

## DESVIOS

- O primeiro desvio: a água*.....16
- O segundo desvio: a mulher*.....16
- O terceiro desvio: a terra*.....17



# 18

- 18.....PRIMEIROS PASSOS
- 19.....CAMINHO
- 19.....*Tática de aproximação 1*
- 19.....*Tática de aproximação 2*
- 20.....BANHO DE RIO



# 22

## APROXIMAR

- Berço das águas*.....22
- Mar de terra*.....32
- Caminho do sol*.....42
- Sopro de re-existência*.....52





# 140

## AFLORAR

142.....*Casa de óleo de coco-babaçu*  
 170.....*Considerações finais*



# 169

## REFERÊNCIAS

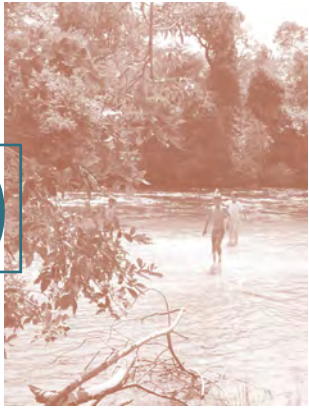
*Referências*.....171  
*bibliográficas*  
*Anexo*.....174



# 60

## MERGULHAR

60.....*Corpo, território, movimento*  
 70.....*Mulheres de rio*  
 80.....*Apagamentos*  
 86.....*Construir como afeto*



# 94

## APROFUNDAR

*Comunidades ribeirinhas do Rio Grande*.....94  
*Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia*.....104  
*Pegar com as mãos*.....114



## Apresentação

### *Uma reflexão sobre o Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo*

Desde o princípio deste trabalho de conclusão do curso, refleti sobre o que seria essa atividade e como eu poderia usá-la para causar um impacto social na região onde vivo. Mais do que um atestado de capacidades em Arquitetura e Urbanismo, entendo que essa etapa deve ser também um catalisador para a construção de um pensamento crítico sobre o papel do arquiteto e urbanista dentro de uma sociedade.

Penso que o arquiteto-urbanista desempenha um exercício profissional totalmente transdisciplinar, colaborativo e coletivo, e é assim que fomos habituados a trabalhar durante o processo de graduação. Estamos a todo tempo em grupos, sendo estimulados a trabalhar com outros grupos sociais e a considerar especificidades de um coletivo que é representado não só pelas grandes narrativas hegemônicas sobre o espaço, mas, especialmente, por narrativas outras.

Por entender o espaço do instituto federal – como uma oportunidade para o desenvolvimento de um ser crítico e engajado, espero que meu

trabalho de conclusão de curso considere as práticas, histórias, narrativas e subjetividades que não são encontradas em normas técnicas facilmente decoráveis; que ele estimule debates decoloniais que vão de encontro a um pensamento único (para citar Arantes, Carlos Vainer e Maricato), construído a partir de heranças do patriarcado.

Ao longo deste processo de conclusão de curso, tive o desejo de continuar trabalhando com pessoas, entendendo o espaço onde meu corpo é imbricado não só por meio de *softwares* e *bits*, mas por um instrumento ainda mais valioso: a fala. As interlocuções aqui estabelecidas foram determinantes para um trabalho que busca romper com movimentos *up-down* (de cima para baixo) ou *bottom-up* (de baixo para cima), valorizando um movimento transversal e colaborativo, comprometido com um exercício mais sensível e mais humano do arquiteto-urbanista, tendo como produto um instrumento de empoderamento de pessoas que lutam por um mundo melhor.

### *O que você vê?*

Essa foi a pergunta feita aos habitantes de Barreiras em uma apreensão urbana na disciplina Tópicos em Urbanismo, que surgiu de debates feitos em sala de aula, coordenados por Osnilo Wan-Dall e convidados. Os debates giravam em torno dos diferentes modos de apreender a cidade, abrindo espaço para problematizações acerca de sua complexidade e de como o arquiteto-urbanista pode narrá-la. Me chamou atenção, nesse contexto, a relação da cidade de Barreiras com o principal elemento que a corta fisicamente, o Rio Grande: existiam ali forças que colocavam em xeque a interação entre os transeuntes e o elemento água?

Há muito não percebia atividades acontecendo no espaço do rio incorporado ao Centro Histórico, a não ser a tímida utilização dessas águas para pesca e trânsito particular de jet-skis. Tive vontade, junto com minha dupla na disciplina citada, Camila Nunes, de entender se essa relação, tão pulsante há algumas décadas, havia se apagado com o tempo. Para isso, fizemos duas apreensões sensíveis no

local, sendo que a segunda delas teve como objetivo provocar uma reflexão nos transeuntes e estimular suas narrativas sobre o rio.

Instalamos um monóculo em cima da balaustrada, voltado para o rio, com o intuito de direcionar o olhar das pessoas. Ao lado do monóculo, colamos uma folha de papel onde as pessoas poderiam escrever o que enxergavam através do objeto. Depois de dois dias, tivemos uma grata surpresa: na folha as pessoas compartilharam memórias, denúncias e até canções que cantavam antigamente, quando banhavam no rio. E, ainda, colaram mais duas folhas à primeira, compartilhando o sentimento de tristeza ao ver o quanto o rio estava seco em relação ao passado.

Dessa forma, entendi o quanto os barreirenses poderiam desejar fortalecer laços com esse rio que, como nos relatos citados, estaria esquecido e passaria despercebido pelos habitantes da cidade como um todo.

Transformei, então, o rio no meu objeto de pesquisa; objeto este que, um ano depois, se relacionaria à figura

da mulher e, por fim, das mulheres ribeirinhas da região Oeste da Bahia. Rompendo limites urbanos, busquei narrativas outras, contra-hegemônicas, que carregam em si o poder da luta pelas águas e, conseqüentemente, da re-existência, considerando, ainda, a Arquitetura e Urbanismo como elemento incentivador dessas práticas.

Me propus a mergulhar nos desvios que surgiram antes do início deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e durante seu processo, conhecendo diferentes formas de luta, buscando compreender sua complexidade e responder a ela com propostas espaciais que se aproximassem dos desejos das mulheres interlocutoras deste trabalho.

Não poderia mergulhar nos desvios que surgiram se não tomasse um **banho de rio**, atividade que moldou todo trabalho e a forma como os capítulos foram estruturados: primeiro, me aproximando das águas; segundo, nelas mergulhando; terceiro, aprofundando; e, por último, para retomar o fôlego, aflorando – ou emergindo – dessas águas cristalinas e desviantes.

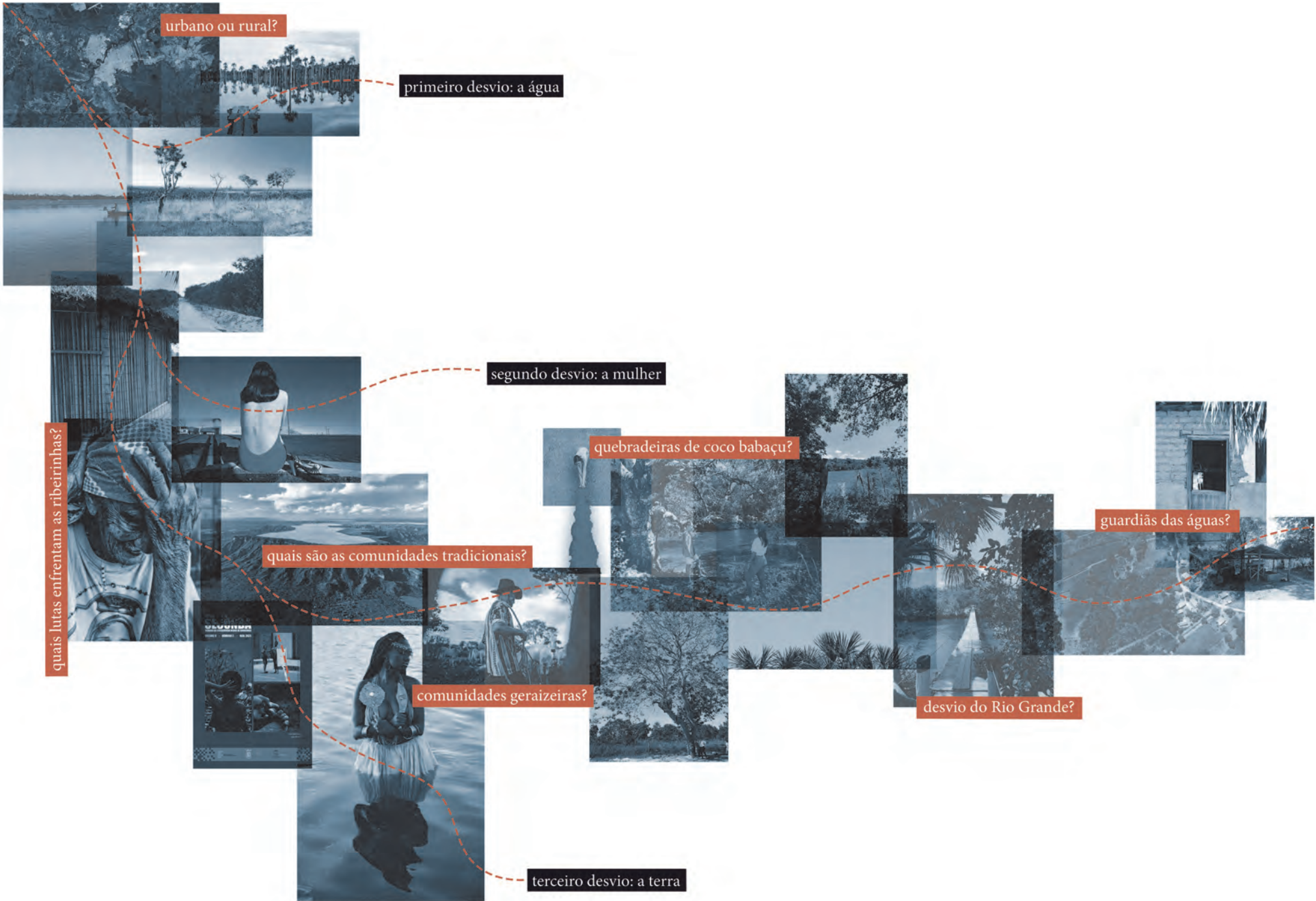


## **Mapa de desvios**

*A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se uma única história. [...] A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade. Enfatiza como somos diferentes ao invés de como somos semelhantes. [...] Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre um lugar, nós conquistamos um tipo de paraíso.*

*Chimamanda Adichie, “Os perigos de uma história única” (2009)*





## Desvios que me levaram à construção do tema

### *O primeiro desvio: a água*

No meu primeiro ano como bolsista PIBIC,<sup>1</sup> estive determinada a desviar meu olhar da Vila Xurupita, comunidade localizada na cidade de Barreiras e que tinha sido objeto de estudo no ano anterior, no âmbito da mesma pesquisa “Narrar Barreiras...” (ver nota 1) para compreender o Rio Grande e seus possíveis apagamentos.<sup>2</sup> Elemento de grande influência na história e paisagem de Barreiras, o rio, pela minha experiência como moradora da cidade, parecia passar despercebido no cotidiano local, separado por barreiras físicas naturais e construídas em muitos trechos urbanos. Além dessas barreiras, existem as barreiras invisíveis, levantadas por discursos que pregam a não-utilização das margens do rio por serem tidas como espaços perigosos.

<sup>1</sup> Bolsa de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), concedida pelo Instituto Federal da Bahia para o plano de trabalho “Beiras d’água: a cidade de Barreiras e os reacendimentos do Rio Grande”, que responde à pesquisa “Narrar Barreiras: temporalidades e urbanidades de um Outro Oeste da Bahia”, vinculada ao grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU) no biênio de 2020-2021.

<sup>2</sup> A noção de “apagamentos” é desenvolvida no capítulo “apagamentos”, página tal. Por ora, entendamos no sentido literal de erradicação.

Quando se pensa em lugares outros, que sofrem possíveis apagamentos, a palavra “medo” é a primeira que me vem à cabeça. Imagino eu, como mulher, ocupando esses espaços hostilizados (e não hostis), seja para permanência ou passagem. Comecei a questionar meu papel como pesquisadora mulher, que tem consciência da importância da experiência empírica em campo, no espaço público, mas não tem a liberdade de fazer isso sozinha sem a sensação de insegurança. Ora, como colocar meu corpo à prova nesses espaços sem temer riscos que vivemos todos os dias ao andar pelas ruas – ou às margens dos rios; ou às águas dos rios; ou mesmo aos rios?

### *O segundo desvio: a mulher*

Quando me dei conta dessa barreira invisível que existia ali, somente pelo fato de ser mulher, não pude mais conter meu interesse em desviar novamente o foco para estudar o tema “mulher” como forma de resistência. Percebi que, assim como o rio, a figura da mulher também é afetada por um discurso hegemônico – o patriarcal –, que oprime, limita e até mesmo

mata mulheres. Apoiada por meu orientador, desviei meu olhar para a relação das mulheres com a cidade, considerando as relações estabelecidas ao longo do tempo das mulheres com as águas, representadas tão lindamente pelas figuras de Iemanjá e Oxum, orixás de religiões de matrizes africanas.

Em meio aos meus passos, ou cruzando os passos com todo o globo, entramos em uma pandemia. E, claro, a pesquisa, que estava ainda em curso, sofreu desvios em sua metodologia devido à impossibilidade da realização de trabalho de campo epírico, de apreender – no sentido de “pegar com as mãos” (BIASE, 2012) – e construir narrativas a partir do contato com o Outro. Na ausência desse campo, realizamos no âmbito da faculdade uma mesa redonda por meio do YouTube,<sup>3</sup> sobre Parque Natural Geraldo Rocha, a ser construído em uma importante e histórica gleba situada

<sup>3</sup> A atividade contou com a participação da professora Delânia Azevedo (IFBA-Campus Barreiras) e da professora Alexandra Mamede (IFBA-Campus Barreiras), no dia 20 de abril de 2021. Link da transmissão: <https://bit.ly/3JKFlvl>.



em uma das margens do Rio Grande. Em paralelo, busquei eventos *on-line* para compreender melhor acerca do feminismo enquanto movimento e relacionar essa compreensão à cidade e seus elementos, como o rio. Por fim, fizemos uma segunda roda de debate, agora sobre mulheres e cidade,<sup>4</sup> via *Google Meet*, também no âmbito da faculdade.

#### *O terceiro desvio: a terra*

Ao concluir a disciplina Projeto Urbanístico III, imediatamente antes de iniciar o TCC, entendi que o campo do urbanismo pode ir muito além dos limites de uma cidade. A região onde a cidade está inserida – sim, aqui pensamos em uma menor escala – deve ser também observada, com suas especificidades econômicas, naturais, sociais, para que seja traçado, no nosso caso, um panorama mais abrangente da região Oeste da Bahia. Um ponto que chamou minha atenção, claro, foi a ligação ativa e direta das comunidades tradicionais

<sup>4</sup> A atividade contou com a participação das professoras convidadas Milene Migliano (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e Naianny Pacheco (IFBA–Campus Barreiras), no dia 22 de setembro de 2021.

com os rios, de onde muitas tiram seu alimento. A partir disso, tive curiosidade em fazer um desvio da relação rio-mulher-espaco-urbano e investigar a relação dessas comunidades com as águas, em particular a relação das mulheres ribeirinhas com o rio.

Assim, compreendi que, além da água, o elemento terra também deveria ser considerado neste trabalho, uma vez que é de ambos – água e terra – que brota o alimento, a vida das comunidades ribeirinhas. E não só a vida humana, mas também a manutenção e resistência do Cerrado no Oeste da Bahia, já tão devastado pela atividade agrícola pulsante na região.



Sam Earl  
AP #2, *Alimento* 2022

## Primeiros passos

Após a construção do tema, os primeiros passos se desenvolveram através de leituras. Em decorrência dos tempos pandêmicos, levou-se mais tempo do que previsto inicialmente para que fosse possível realizar a atividade de campo. Procurei, então, contato com pessoas que tivessem experiência com comunidades tradicionais ribeirinhas da região de Barreiras.

O primeiro contato, ainda de forma virtual, foi com o historiador Diego Corrêa. Diego é professor no curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal da Bahia – Campus Barreiras e tem uma produção acadêmica voltada para a história da cidade de Barreiras e região. Pensei que ele poderia ser um primeiro interlocutor que nos apontasse possíveis caminhos e possíveis comunidades como objeto empírico deste trabalho. Em novembro de 2021, tivemos uma conversa – Diego, eu e Osnildo – muito produtiva que nos direcionou para a comunidade do Mucambo, localizada a cerca de 15 quilômetros de Barreiras.

Na sequência, conheci a figura de

dona Izautina ao assistir à edição virtual da 17ª Semana da Consciência Negra de Barreiras (SECONBA). Me senti muito tocada pela dinâmica das comunidades do Rio Preto, na região rural de Formosa do Rio Preto, na Bahia, sobretudo pela fala denunciadora da ribeirinha. Ainda que não tenha se tratado de uma interlocução propriamente dita, esse contato foi primordial para minha decisão de afunilar os estudos voltando-me para comunidades ribeirinhas e para sua re-existência. O motivo dessa escolha era, principalmente, a cobiça da grilagem verde e as sucessivas tentativas de tomadas dessas terras, além do protagonismo das mulheres na luta pelo território.

Como forma de materializar as leituras realizadas ao longo do processo, bem como participação em eventos virtuais e contato com vídeos, filmes e séries, criei um plano de trabalho<sup>5</sup> que teve como intuito romper barreiras/ limites urbanos e adentrar a realidade dessas mulheres ribeirinhas do Cerrado. Para isso, criei uma personagem que narrava, por meio

<sup>5</sup> Ver anexo na última página.

de um texto, seu dia-a-dia beira-rio, compartilhando seus sonhos e dores. Vislumbrei, a partir da personagem Maya, como seria o cotidiano dessas mulheres, questionando: “Onde é o meu lugar?”, uma vez que essas comunidades sofrem tentativas de desapropriação a todo tempo, sendo obrigadas a se retirarem dos territórios que foram passados de geração em geração.

O plano de trabalho foi impresso em uma folha tamanho A2, modo paisagem, e foi pensado para que pudesse ser aberto. Fechado, o plano apresentava a imagem da cidade de Barreiras em preto e branco com o Rio Grande em destaque; aberto, o plano revelava o texto com a narrativa de Maya e, conseqüentemente, o rompimento dos limites urbanos para que fosse considerada também uma realidade mais abrangente das comunidades rurais.

Nesse plano, busquei representar uma personagem que desse vida às pesquisas feitas durante a fase pandêmica do TCC para que eu pudesse me aproximar do tema e entender, minimamen-

te, suas subjetividades. Foi, também, uma forma de organizar e ilustrar para a turma da disciplina Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso, em que estava matriculada, os passos que eu havia caminhado até então (meados do semestre letivo), vislumbrando, também, os passos seguintes, assim definidos: 1. Aproximar-se, 2. Delimitar, 3. Narrar.

Com o andamento do trabalho, essa sequência foi atualizada, e os passos, materializados neste caderno em quatro capítulos – separados por transparências que representam o elemento da água – e que representam, cada um, um movimento do **banho de rio**.

## Caminho

Após a fase virtual do trabalho que culminou na criação de Maya, por entender que a compreensão do espaço a que se objetiva esse trabalho se dá através da experimentação e do corpo imbricado no território físico, busquei táticas de aproximação que me levassem a esse campo. Tratando-se de um espaço fora do perímetro urbano, senti necessário o contato com pessoas que já tivessem uma ligação com as mulheres ribeirinhas como forma de minimizar o impacto e desconforto de representar um corpo estranho no território onde habitam.

### *Tática de aproximação 1*

Ao longo da pesquisa, conheci a agência de trabalho social 10envolvimento, que dá assistência às comunidades rurais da região, contribuindo para luta de direitos através de reuniões articuladoras e incentivadoras de movimentos. Com isso, entrei em contato com o coordenador da agência, Martin Mayr, para que ele pudesse me apresentar às comunidades tradicionais ribeirinhas do Rio Preto. Não conseguimos seguir com essa ideia por incompatibilidade de

agendas. Gentilmente, Martin me disponibilizou o contato de Amanda Silva, engenheira sanitária e ambiental que trabalha na mesma agência com projetos nas comunidades tradicionais ribeirinhas do Oeste da Bahia, especialmente projetos voltados às mulheres.

### *Tática de aproximação 2*

Agendei uma conversa com Amanda no escritório da agência. Nesse momento, apresentei meu trabalho e fui sugerida a conhecer a história de mulheres que vivem em comunidades ribeirinhas do Rio Grande, próximo à cidade de São Desidério, e que lutam contra a instalação da Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia. Amanda compartilhou seu conhecimento sobre o cenário existente na região e salientou que as mulheres dessas comunidades, apesar de sua articulação ainda incipiente, detêm saberes tradicionais e lutam pelo bem mais precioso para sua existência: as águas. Marcamos, eu e Amanda, nosso primeiro campo.

Os registros dos campos foram feitos em um caderno. Lá, registrei as

experiências, falas, percepções, com intuito de dar subsídio à narrativa construída neste trabalho. Por conta do pouco material que existe disponível sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas da região na *web* e bibliotecas públicas da região, o caderno – ou o trabalho como um todo – objetivava também pluralizar as narrativas sobre o local, transformando uma única história em várias, com o foco nas vozes que ecoam das mulheres ribeirinhas.

No total, foram realizados três campos a serem narrados neste trabalho, passando por quatro comunidades: Sítio de Cima, Barreiro, Palmeiral e Manoel de Souza. Em cada uma delas, pude conhecer e ouvir mulheres ribeirinhas que compartilharam suas histórias, medos, vivências, tradições e práticas; em todas as narrações, pude enxergar as águas do rio em suas memórias (passado), em suas angústias (presente) e em suas esperanças (futuro). Levaremos esses três tempos até o final do TCC, materializando-se no último capítulo.

O trabalho se configura em um caderno que convida o leitor a tomar um **banho de rio** através de movimentos materializados em quatro capítulos:

1. Aproximar;
2. Mergulhar;
3. Aprofundar;
4. Aflorar.

Os três primeiros capítulos priorizam subsidiar o conhecimento do tema e evidenciar as narrativas das interlocutoras através de textos, e o capítulo final traz uma proposta de ensaio projetual que resulta da demanda das mulheres interlocutoras e de toda experiência vivida ao longo de dois semestres acadêmicos, além da materialização do passado, presente e futuro identificado na fala das ribeirinhas.

**banho de rio**



### *1. Aproximar*

O primeiro capítulo foi escrito para situar o leitor sobre aspectos históricos e atuais da região de estudo, numa escala macro, que se afunila ao longo do caderno. Aqui, o leitor conhecerá informações sobre o bioma Cerrado, a região MATOPIBA, o Oeste da Bahia e as comunidades tradicionais que vivem no local.



### *2. Mergulhar*

O segundo capítulo aborda temas norteadores para a compreensão do espaço estudado e desenvolvimento do ensaio projetual, relacionando conceitos que foram pensados junto ao tema para entender de forma mais profunda os corpos das mulheres que habitam um território, os movimentos ali existentes, os possíveis apagamentos vivenciados por elas, bem como esses aspectos podem ser traduzidos em Arquitetura e Urbanismo.



### *3. Aprofundar*

O terceiro capítulo narra sobre as comunidades ribeirinhas do Rio Grande onde aconteceu o trabalho de campo, explicando o conflito estabelecido ao longo dos últimos anos contra a construção da Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia. O aprofundamento se dá a partir da reverberação de vozes das mulheres ribeirinhas interlocutoras dos campos experimentados através dos diálogos estabelecidos e da re-existência que se manifesta nas águas.



### *4. Aflorar*

O último capítulo é configurado através de um ensaio projetual que surge de uma demanda trazida pelas mulheres ribeirinhas interlocutoras do trabalho, como instrumento de empoderamento da luta pelas águas. O ensaio projetual é representado através de cenas que ilustram os três tempos (página 21) percebidos nas falas das mulheres ribeirinhas, que foram gentilmente compartilhadas ao longo do processo.

aproximar

*berço das águas*

*Corta os cerrados do Nordeste  
Enfrenta o frio, a dura fome, a peste  
Contam histórias alucinantes  
De caboclos viajantes  
Que subiram os seus vaus  
Quando eu me sento em sua beira  
Me acolhe com ternura  
Eu quero lhe agradecer*

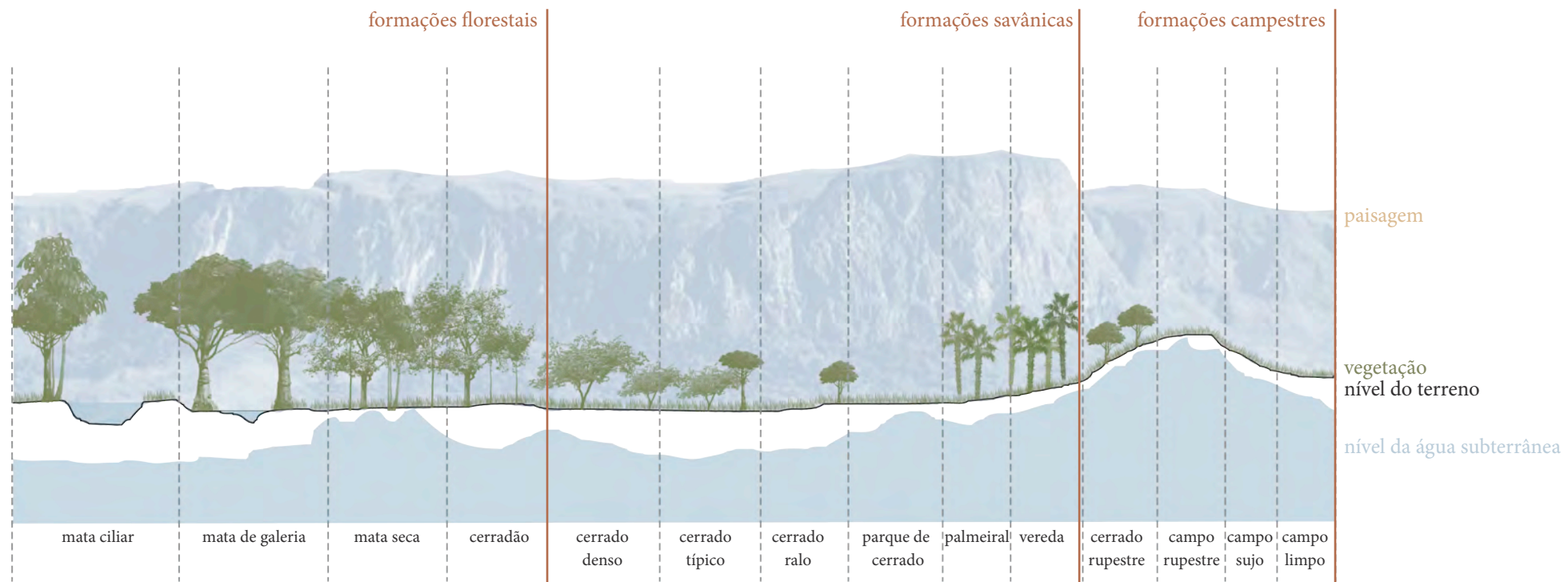
*Josemar Alves Durães, "Andanças do Opará" (2020)*







Sam Earl  
AP #3, Rio Grande 2022



EMBRAPA (Edição livre/ elaboração autoral)  
 IM #1, Corte esquemático do bioma Cerrado 2022

Considerado a “caixa d’água do Brasil”,

o Cerrado é o bioma de onde brotam as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/ Tocantins, São Francisco e Prata), sendo nele localizados os dois principais aquíferos brasileiros: o Guarani e o Urucuia Bambuí.

Segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado ocupa uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 24% do território nacional. Essa área abrange, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2008, n. p.), os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e o Distrito Federal.

A ligação do elemento água com o bioma é intensa, uma vez que o solo característico do Cerrado funciona como uma esponja que absorve o elemento por meio das raízes profundas da vegetação dominante que ali vive. Talvez por esse motivo seja considerado a savana mais rica do mundo, apresentando grande diversidade de espécies da flora: são 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas

(MMA, 2008, n. p.). Em razão de sua localização central no Brasil, o Cerrado é considerado o coração do país e compartilha espécies da flora com três outros biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica. Segundo Oliveira (2011, p. 10), a vegetação do Cerrado pode ser dividida em:

1. Cerrado *sensu stricto*: vegetação que ocorre em faixas extensas e contínuas, que pode ser caracterizada por uma camada de gramíneas e por uma camada de lenhosas, variando de 3-5 metros de altura. A cobertura arbórea representa 10 a 60% da vegetação.
2. Cerradão: ocorre tipicamente em manchas de Cerrado *sensu stricto*. Os dosséis apresentam 7-15 metros, podendo algumas árvores chegar a 20 metros de altura, representando 70% da vegetação.
3. Matas de Galeria: é uma rede florestal perenófila ao longo de cursos d’água. A cobertura vegetal é de 80-100%, em que o dossel chega a 20 e 30 metros. Funcionam como faixas de florestas tropicais úmidas na vegetação, sendo consideradas corredores para a fauna, pois fornecem água, sombra e alimento para a fauna local.

4. Veredas: presentes em locais onde o leito de um córrego não é definido e as áreas são sempre alagadas e com campo úmido. Podem ser representadas por fileiras de buritis e uma camada de herbáceas denominadas por gramíneas e ciperáceas, até uma cobertura florestal densa e estreita.

5. Campos: é a fitofisionomia representada pelas gramíneas e arbustos. Podem ser subdividida em Campo Limpo, Campo Sujo e Campo Rupestre. A determinação de cada tipo de vegetação está relacionada com a porcentagem de arbustos ou arbóreos presentes na área. (OLIVEIRA, 2011, p. 10)

Além da divisão da vegetação do Cerrado em termos científicos, este trabalho considera saberes e dizeres locais, onde se fala sobre vales e chapadões, muito característicos na região Oeste da Bahia. Esses termos nascem da topografia local, configurando os vales como áreas de baixo relevo, próximas aos rios; e os chapadões, como grandes planaltos, de onde afloram<sup>6</sup> nascentes.

<sup>6</sup> O verbo aflorar, neste trabalho, é definido como vir à flor, à tona, à superfície; emergir, assomar. Foi observado, durante a atividade de campo, que ele é utilizado para definir onde emergem as nascentes dos rios.



Lalo de Almeida (Folhapress)  
IM #2, *Sem título* 2021

Das doze principais regiões hidrográficas do país,

oito têm nascentes que afloram na região. Esse dado demonstra que há uma forte dependência hidrológica das bacias brasileiras em relação ao Cerrado, evidenciando a importância do cuidado na gestão de suas águas. Do bioma, aflora também a nascente dos rios que formam o Pantanal, quarto maior bioma brasileiro em extensão e patrimônio nacional desde 2000, segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Por apresentar grande potencial hídrico, é no Cerrado onde estão localizadas grandes hidrelétricas responsáveis pelo fornecimento de uma parte da matriz energética do país.

O potencial turístico e de lazer do bioma é também resultado de sua grande disponibilidade hídrica. Cachoeiras, rios, lagos, corredeiras, riachos são presentes e proporcionam paisagens belíssimas que estimulam a visita, trilhas e esportes aquáticos, além da pesca. A Chapada dos Veadeiros, a Chapada dos Guimarães e a Chapada Diamantina são exemplos de lugares que recebem turistas de

todo Brasil e do mundo, encantados pelo visual e também pelo comprometimento da população nativa com a preservação desses ambientes.

Mazzetto Silva (2009, p. 15) afirma que “no imaginário da sociedade brasileira predomina a imagem de uma vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco – seja social, econômico ou ecológico”. Contrariando esse discurso, o Cerrado apresenta uma vasta gama de paisagens, rios, fauna e flora, com grande potencial alimentício, medicinal e de matéria-prima para construção civil e artesanato. Os principais atores para a manutenção do Cerrado são os povos das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, extrativistas etc.), com anos de experiência no convívio responsável com o bioma, vivendo de seus recursos naturais.

Além das comunidades tradicionais, houve uma intensa ocupação na região Oeste da Bahia que se desenvolveu a partir da iminência

do agronegócio. Esse movimento de migração de pessoas de outras regiões brasileiras para a região Centro Oeste e Norte do Brasil tem estreita relação com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, no início da década de 1960 (OLIVEIRA, 2011, p. 10). Essa ocupação com fins econômicos resultou numa grande devastação do Cerrado, uma vez que havia um senso comum de que se tratava de um lugar sem riquezas e não havia conhecimento acerca de sua importância.

O Cerrado é considerado, ainda, um *hotspot*<sup>7</sup> mundial, devido à sua grande biodiversidade. Segundo Oliveira (2011, p. 5), “a degradação do Cerrado implica, portanto, em perda de biodiversidade e, por consequência, de inúmeras espécies já identificadas ou ainda por serem catalogadas com importantes propriedades medicinais”.

<sup>7</sup> Os *hotspots* representam as áreas naturais da Terra que possuem uma grande diversidade ecológica e que estão em risco de extinção. Entende-se por *hotspot* toda área natural cuja preservação é prioridade em níveis mundiais.

## Bioma com a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral,

estima-se que apenas 8,21% do território do Cerrado esteja protegido por unidades de conservação. Saberes tradicionais seculares nascem desse ambiente, e, muitas vezes, são perdidos por consequência das mudanças climáticas e exploração inconsciente da natureza.

O Cerrado está sendo devastado numa velocidade maior que a Amazônia para dar lugar, segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (2019, n. p.), “à expansão agropecuária, à instalação e operação de hidrelétricas, à caça e captura de animais, à expansão urbana, mineração, poluição e [a]o extrativismo predatório de espécies da flora”. Espécies são extintas, comunidades são ameaçadas e o planeta perde como um todo, já que pouco se reflete sobre os impactos gerados pelo desmatamento, exploração dos recursos hídricos e apagamento desses povos.

Ao conhecer o Cerrado, é impossível ignorar o movimento de desmatamento pulsante que o bioma sofre. Dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

(2022, n. p.) apontam que, em um período de 15 anos – de 2007 a 2022 –, cerca de 16% da vegetação nativa foi suprimida. Ainda, conforme dado revelado no estudo “Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no MATOPIBA” (AGUIAR et al, 2021, p. 11), em 20 anos houve mais desmatamento do Cerrado do que nos 500 anos anteriores, tendo como principal vetor a expansão da fronteira agrícola. Somado a esta dinâmica, há, ainda, o desmatamento gerado pela produção de carvão vegetal.

A legislação é um fator contribuinte para esse desmatamento. O atual Código Florestal Brasileiro, conforme Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, trata de maneira diferente cada bioma, permitindo, assim, que a área de preservação ambiental para estabelecimentos agrícolas seja de apenas 20%, em comparação aos 80% de área de preservação ambiental estabelecidos para a Amazônia Legal<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Amazônia legal é uma região criada pelo governo como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico de estados da região amazônica, cujos limites territoriais têm um viés sociopolítico, e não geográfico, sendo definido pelas necessidades de desenvolvimento identificadas na região.

Além do desmatamento, outra ameaça ao Cerrado é a má gestão de recursos hídricos, cada vez mais escassos. A exploração do potencial hídrico e de recursos subterrâneos por meio de usinas hidrelétricas e irrigação de grandes monoculturas por pivôs centrais<sup>9</sup> tem sido responsável pela baixa dos níveis dos rios e por períodos de secas mais significativos, aumentando o número e a dimensão dos incêndios registrados no bioma. A maioria dos pivôs no Brasil está concentrada nessa área, correspondendo a 78% do total.

Os recursos hídricos são também ameaçados pelo uso extensivo de fertilizantes e calcário (OLIVEIRA, 2011, p. 13) nas práticas agrícolas. A longo prazo, esses elementos podem ser responsáveis pela redução da biodiversidade e comprometimento da pureza das águas.

Segundo Ricardo Zorzetto (2021, n. p.), o aquecimento observado no

<sup>9</sup> O pivô central é um sistema de irrigação no qual uma linha lateral suspensa por torres de sustentação dotadas de rodas e motores gira em torno de um ponto central chamado pivô. O pivô é a fonte fornecedora de água e de energia elétrica para a lavoura.

Cerrado é bem superior ao incremento de 0,2 graus Celcius por década indicado há poucos anos pelas projeções, ainda segundo Zoretto, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para o hemisfério sul.

A política de reflorestamento implantada em diversos estados na década de 1960 teve como principal consequência o aumento das monoculturas de eucalipto e pinus. Essas espécies, cujas madeiras são muito utilizadas na indústria da construção civil e moveleira, demandam um maior volume de nutrientes, o que acaba prejudicando os lençóis freáticos das regiões onde são plantadas em larga escala.

Ademais, as áreas onde hoje estão localizadas essas monoculturas eram, antes, de vegetação nativa, que abrigava as diversas espécies do Cerrado e protegia o solo, fazendo, certamente, parte da dinâmica dos povos que ali habitavam.

A conversão de vegetação nativa em grandes monoculturas tem sido responsável, também, pelo ressecamento

do Cerrado, causando um aumento da temperatura nas regiões do bioma com o passar dos anos. Além das consequências conhecidas e listadas, há, ainda, inúmeras outras, (in)diretas para a sociedade em nível local, regional e até mesmo global.

Dentro do Cerrado, a MATOPIBA, sigla para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, grande região agrícola brasileira, lidera o *ranking* de maiores índices de áreas desmatadas para dar lugar à atividade agropecuária. Essa expansão pode, ainda, ser negativa devido à complexidade socioambiental da área, uma vez que, segundo o ISPN (2019, n. p.), ela abrange 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária.



Fábio Pozzebom (Agência Brasil)  
IM #3, Sem título 2021





*mar de terra*

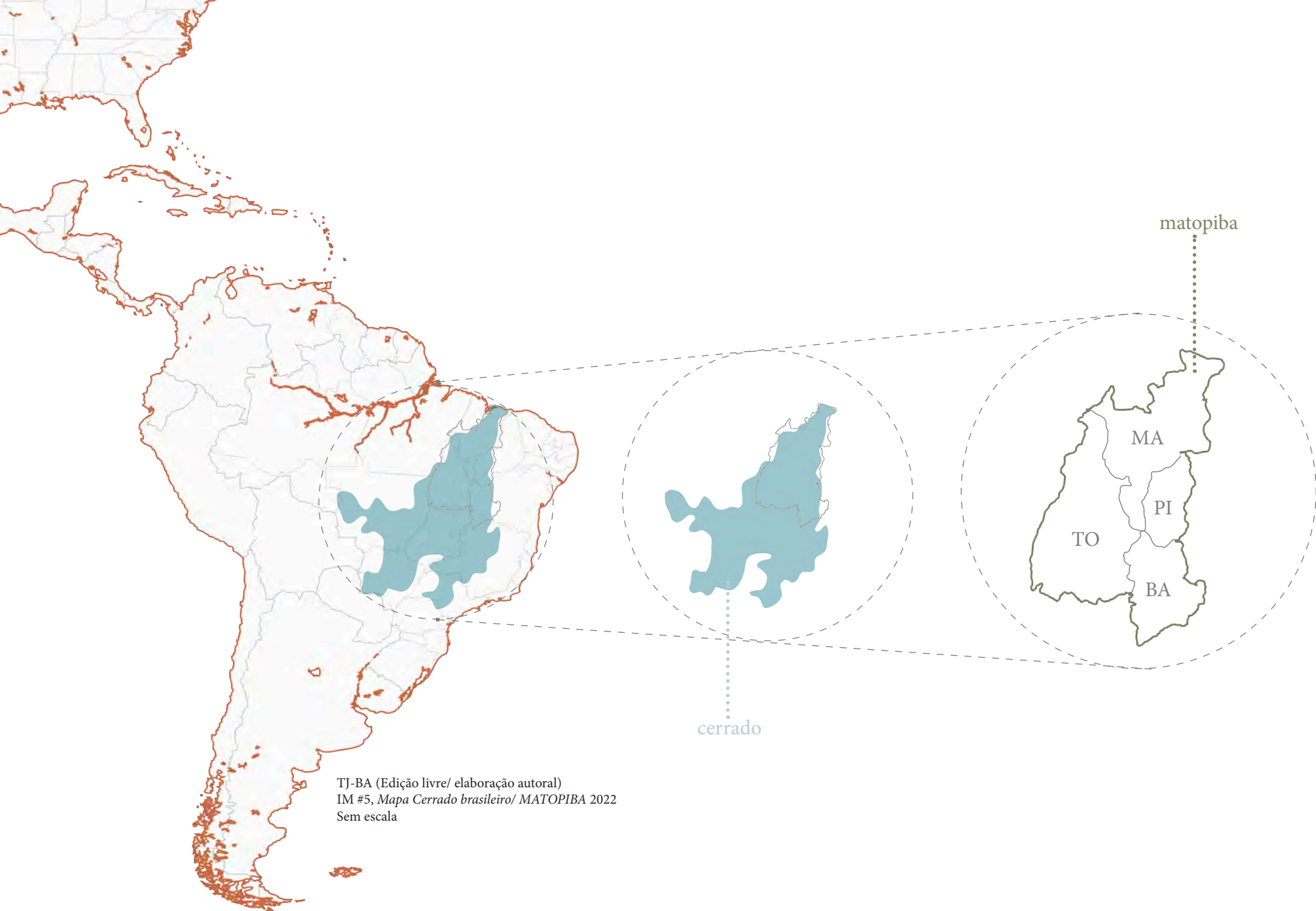
*Mata a flora  
Mata a fauna  
Mata a água  
Mata o seu Adão,  
sua família e sua plantação,  
o escraviza por dívida e  
segue a vida, como se o  
grande Matopiba não fosse  
por si só uma grande dívida  
com a natureza.*

*Ancelmo Bento, "Matopiba" (2022)*





Gui Gomes  
IM #4, *Algum ramal pelos arredores de São Raimundo Nonato* 2012



TJ-BA (Edição livre/ elaboração autoral)  
IM #5, *Mapa Cerrado brasileiro/ MATOPIBA* 2022  
Sem escala

Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia:

esses são os quatro estados que, juntos, resultam no acrônimo MATOPIBA, criada pela Lei Federal nº 8.447, de 6 de maio de 2015. Com a expansão da fronteira agrícola, que teve início na Ditadura Militar (1964-1985), áreas de vegetação nativa do Cerrado começavam a dar espaço a grandes fazendas de agricultura e pecuária. A partir da segunda metade da década de 1980, em especial nos anos 2000, ocorreu o chamado *boom* das *commodities* (produtos primários), responsável pela substituição acelerada de terras nativas por áreas destinadas à atividade agropecuária no centro do Brasil.

Antes mesmo de se chamar MATOPIBA, a região sofreu um processo de mudanças em suas dinâmicas já estabelecidas por meio da<sup>10</sup> especulação imobiliária agrícola<sup>8</sup> e da expansão do agronegócio (PITTA et al, 2017, p. 156), mediante incentivos fiscais e créditos concedidos pelo Es-

<sup>10</sup> Especulação imobiliária agrícola é termo referente à compra de terras por preços baixos no processo de formação de fazendas, objetivando a inflação/valorização dessas terras através da industrialização da produção agrícola nesse território.

tado para a compra de terras a preço baixo. A formação de fazendas se deu em um contexto de alta inflação do valor das terras, que aumentava consideravelmente, uma vez que se iniciava a produção de *commodities*, conseqüentemente, favorecendo um cenário de desmatamento do Cerrado nativo. Além disso, o processo de grilagem de terras se tornou cada vez mais presente nos estados que compõem a MATOPIBA, fator que intensificou a exploração de trabalho e violência contra os quilombolas, camponeses e indígenas.

Diversas relações de produção no campo foram alteradas. Atividades como cafeiculturas, extração de cana-de-açúcar, pecuária e agricultura de subsistência foram perdendo espaço para novas formas de produzir, agora em larga escala por meio da mecanização.

Esse fator contribuiu, também, para escassez de empregos na região. Camponeses, que viviam onde produziam, foram forçados a sair ou vender sua força de trabalho às agroindústrias, fato que contribuiu para um desem-

prego estrutural e migração para as margens das grandes cidades.

Se na década de 1960 se utilizava aproximadamente dois milhões de trabalhadores no campo no estado de São Paulo, desde então o maior produtor do país, ao final dos anos 1980, tendo a produção de cana se tornado hegemônica no estado e se utilizando do trabalho dos bóias-frias principalmente para o corte, o número de trabalhadores empregados era de quinhentos mil. Atualmente, após o *boom* dos preços das *commodities* da primeira década do século XXI e da conseqüente mecanização quase completa do corte, o número de trabalhadores caiu para menos de noventa mil. (PITTA et al, 2017, p. 159)

A expansão da fronteira agrícola e a privatização de terras de uso comum potencializaram a tensão e os conflitos no campo, corroborando processos de expropriação (LEITE, 2015 apud PITTA et al, 2017). O direito à propriedade de terra estaria associado, agora, à ascensão de um novo modelo produtivo baseado na acumulação capitalista por meio de mecanismos financeiros de rolagem de dívidas (PITTA, 2017, p. 159).

Assim, a partir dos governos da



Cezar Oliveira  
IM #6, Rio Grande 2018

Ditadura Militar, foi incentivada a modernização do campo. Com a implantação da chamada Revolução Verde – conjunto de políticas públicas criadas pelo governo para adoção de um modelo de agricultura industrial por parte dos agricultores –, surgem as agroindústrias e produção em larga escala para exportação de *commodities* (café, açúcar, soja, trigo), que desdobraram um uso de insumos químicos e maquinário industrializado para atingir a demanda e, por consequência, o aumento no investimento/ endividamento necessário para esse modelo de produção.

[...] desesperados com uma dívida externa avassaladora que nada mais é do que o resultado de uma política econômica errônea, o Governo brasileiro – incapaz de estancar o débito com o exterior – usa agora como tática o plano de aumentar a dívida como forma de pagar a dívida. Insere-se nesse plano o projeto de internacionalização de nossa agricultura materializado no Acordo Brasil Japão. (CÂMARA..., 1980, p. 1-2 apud PÍTTA, 2017, p. 161)

Embora exista uma narrativa sobre um agronegócio pulsante, gerador de empregos, é preciso analisar narrativas outras que configuram a MATOPIBA. Ao observar dados para os anos de 2011 a 2018 do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011/2018, n. p.), por exemplo, é possível constatar que, na MATOPIBA, o número de municípios ricos (alta produção e indicadores acima da média: 45 municípios) é muito menor do que o de municípios pobres (baixa produção e indicadores abaixo da média: 196 municípios). Há, ainda segundo o IBGE, municípios com alta produção e indicadores abaixo da média: cerca de 67. Por conseguinte, se torna necessário o pensamento crítico sobre os reais benefícios dessa atividade econômica e sobre a forma pela qual está sendo praticada historicamente.

A cidade de Correntina, situada no Oeste da Bahia, por exemplo, foi a campeã estadual de exportação de soja; todavia, nas estatísticas do IBGE (2006, n. p.), ela consta como recordista em desigualdade econô-

mica. Isto demonstra o quão grande é a concentração de renda dentro desta fronteira agrícola. Por outro lado, segundo Porcionato, Castro e Pereira (2018, p. 65), índices como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) apresentaram uma melhora em municípios da região; contudo, em nível nacional, esses mesmos índices continuam baixos quando comparados aos de outros municípios, revelando que não acompanharam a velocidade do suposto crescimento econômico proporcionado pelas grandes monoculturas.

Nesse sentido, a região MATOPIBA é definida pela EMBRAPA (2020, n. p.) como “a grande fronteira agrícola da atualidade”, desconsiderando que nela habitam espécies únicas da flora e da fauna e povos tradicionais que delas dependem para sua sobrevivência, tradições e rituais. A vantagem topográfica que a geografia da região oferece, com grandes áreas planas e fácil acesso a fontes hídricas, foi também fator decisivo para a viabilidade

desses empreendimentos que hoje a caracterizam e sobrepõem, em uma lógica do capital privado, toda riqueza socioambiental ali existente.

A ocupação (na maioria das vezes ilegal) das chapadas pela expansão, sobretudo, da produção de soja inviabilizou o [seu uso] por parte daquelas populações locais e “fechou” a fronteira para que continuassem se deslocando conforme a produção agroindustrial avançava. Tais populações foram expropriadas das chapadas. Diversas foram as comunidades que deixaram de existir, principalmente aquelas que tinham nesses seus locais de moradia. Seus membros migraram definitivamente para as periferias das cidades, passaram a habitar as favelas dos grandes centros urbanos e passaram a se vender como força de trabalho assalariado, quando arrumavam emprego. (PITTA, 2017, p. 163)

Somando toda a área de expansão, a safra local de soja e milho foi de quase 15 milhões de toneladas em 2018, o equivalente a cerca de 10% da produção nacional, de acordo com dados do IBGE processados pela EMBRAPA (2022, n. p.). As agroindústrias da região também abrem espaço para

frutas, raízes e tubérculos, espécies florestais e pecuária.

Com o grande volume de terras destinadas à agricultura, os impactos ambientais dessa monocultura são amplamente discutidos por pesquisadores e ambientalistas, que afirmam que o meio ambiente está seriamente ameaçado com o crescimento da MATOPIBA. O bioma do Cerrado, predominante nesse espaço, está desaparecendo com o desmatamento, dando lugar a áreas agrícolas e de pastagem.

Outro problema que surge na região é a desigualdade social e econômica, como o exemplo da já citada cidade de Correntina, uma vez que nela a renda está concentrada nas mãos de grandes fazendeiros.

A irrigação é um dos métodos mais controversos do agronegócio. Em Matopiba, os empresários utilizam a irrigação na plantação, por pivô central, método que mais consome e desperdiça água. Nos últimos 15 anos, tem havido um aumento exponencial do uso de irrigação na região. Toda essa água é retirada diretamente do rio São Francisco ou de seus afluen-

tes, em função de o Oeste da Bahia representar um importante papel para essa bacia hidrográfica. Além da contaminação das águas pelos agrotóxicos, o uso insustentável dos recursos hídricos, na produção agrícola, também diminui a recarga dos aquíferos e a vazão dos rios. Essa poluição afeta comunidades, cidades e a própria continuidade da produção de alimentos ou *commodities*. (LETRAS AMBIENTAIS, 2018, n. p.)

No projeto desenvolvimentista da região, as áreas ocupadas há gerações pelos povos tradicionais são consideradas espaços vazios, e, portanto, abertos à expansão do agronegócio; por esse motivo, muitos proprietários de terras aproveitam para invadir territórios e fazer as comunidades reféns em seu próprio território. As políticas de financiamento, expansão agrícola, pesquisa e produção de conhecimentos e técnicas para a agropecuária, infraestrutura e energia não abrangem os pequenos produtores rurais das comunidades, cercando-as ainda mais em um espaço apagado pelo discurso de desenvolvimento econômico nacional.



Cezar Oliveira  
IM #7, Rio Grande 2018



A autora  
AP #4, *Paredão* 2021





Em contrapartida, termos como “economia verde” e “codesenvolvimento” foram criados em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como uma das medidas para alcançar uma economia consciente e têm sido amplamente discutidos em âmbitos internacional e nacional, sendo algumas medidas adotadas nesse sentido de forma incipiente na região. A economia verde diz respeito a um conjunto de ações que tem como intuito a promoção de uma economia de crescimento que concilia os três pilares do desenvolvimento sustentável: a economia; o ambiental, cujo foco é a redução de riscos ambientais e a preservação do meio natural; e o social, que tem como prioridade o bem-estar social atual e das gerações futuras.

O modelo de desenvolvimento sustentável não será considerado neste trabalho como a solução para problemas advindos dessa dinâmica, dado que, segundo Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 11):

Em sua versão sustentável, o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista pressupõe a possibilidade do aumento da riqueza e prosperidade social sem que isto necessariamente implique aumento da degradação ambiental e das injustiças

sociais. Entretanto, essa pretensão do sistema capitalista é essencialmente utópica, tendo em vista que, considerando seus fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos, sobretudo, ao se notar que os elementos constituintes do capitalismo não se desvinculam de uma concepção política liberal, centrada na hegemonia de uma ideologia burguesa que apregoa o sucesso econômico como o único caminho possível para a sociedade.

[...] Observa-se ainda que o modelo dominante do desenvolvimento sustentável tanto não questiona a hegemonia do mercado como orientador da atividade produtiva, como pouco discute até que ponto a lógica de produção para o mercado é coerente com o propósito de manutenção da vida no planeta e da redução das injustiças sociais. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 11)

Abro, aqui, espaço para o questionamento do que é o desenvolvimento sustentável e como podemos atualizá-lo de forma a minimizar, de fato, os impactos ambientais sofridos pelo Cerrado e, conseqüentemente, por todas as camadas que se atravessam e se entrelaçam nessa dinâmica. Os povos tradicionais do Cerrado são, sem dúvida, quem sofre diretamente com tais ameaças; contudo, a longo prazo, poderemos perceber que não

existem barreiras quando se pensa no malefício gerado pela supressão de todo um bioma.

Alguns órgãos possuem propostas para a região MATOPIBA no âmbito do codesenvolvimento, mas que visam a não repetir o modelo de expansão do passado que levou ao desaparecimento de boa parte do Cerrado, deixando um rastro de forte concentração de terra e exclusão social. A finalidade é buscar meios para desenvolver o potencial de produção de alimentos sem degradar o ambiente, e garantindo qualidade de vida para os habitantes da região. Contudo, a tentativa de alinhar a produção agrícola com o baixo impacto ambiental existe, ainda, de forma muito incipiente.

Portanto, é tímida a implementação de medidas concretas capazes de enfrentar os principais desafios relacionados à efetividade de políticas, pesquisas e outras estratégias que articulem os aspectos econômicos aos sociais e ambientais. Os valores monetários atribuídos são relativos e não há parâmetros totalmente confiáveis para definir com total justiça os demais valores (simbólicos, culturais etc) de cada local. Dessa forma, a natureza e as comunidades que dela dependem continuam sendo tratadas como mercadoria.



*caminho do sol*

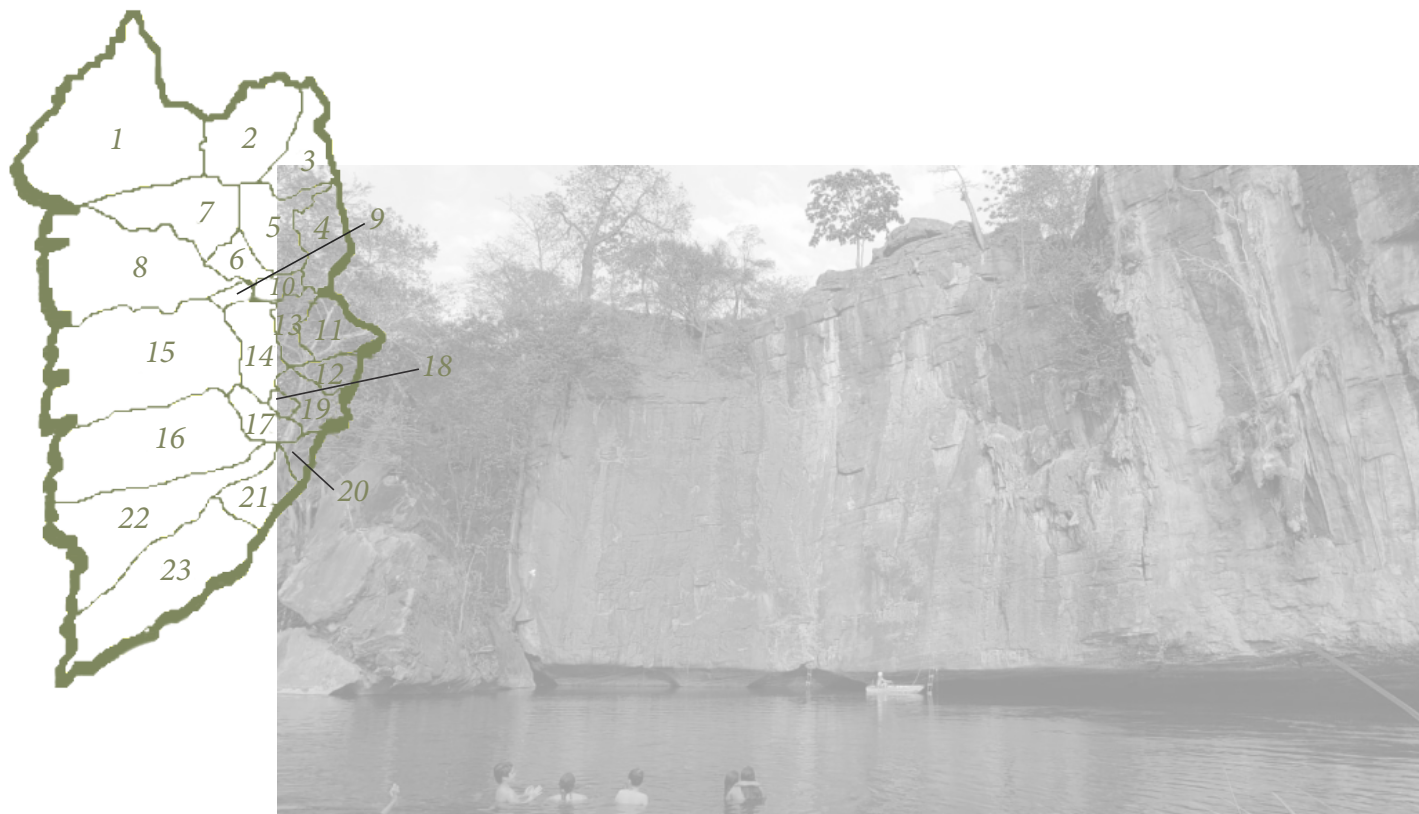
*“O que faço eu pra defender a dama do Oeste tomada de assalto?”  
Ao puxão do peixe, ele em sobressalto:  
“O que faço pra defender a dama em pleno cassino da soja?”*

*Clebert Luiz, “Poemas de Nicanor do Boa” (2021)*





Sam Earl  
AP #5, *Reflexo solar* 2022



1. Formosa do Rio Preto
2. Santa Rita de Cássia
3. Mansidão
4. Wanderley
5. Cotegipe
6. Angical
7. Riachão das Neves
8. Barreiras
9. Catolândia
10. Cristópolis
11. Brejolândia
12. Serra Dourada
13. Tabocas do Brejo Velho
14. Baianópolis
15. São Desidério
16. Correntina
17. Santa Maria da Vitória
18. Canápolis
19. Santana
20. São Félix do Coribe
21. Coribe
22. Jaborandi
23. Cocos

Reprodução/ Prefeitura de São Desidério (autor desconhecido)  
 IM #8, Sem título 2022

O Oeste da Bahia é formado por todo o território do Estado da Bahia

situado à margem esquerda do Rio São Francisco, sendo composto por 35 municípios. A região possui características peculiares, que diferem das outras regiões que compõem o mesmo estado. Parte disso se dá pela influência do clima, relevo e hidrografia, fortemente ligados ao bioma Cerrado, e por sua inserção na poligonal que delimita a MATOPIBA.

Ainda no século XVI, a descoberta de minas no alto do São Francisco possibilitou que nessa região se formasse um crescimento populacional por toda a extensão do vale, comunidades que se distribuíam espacialmente no que foi chamado de “currais” ao longo do rio. Os rios que compõem a bacia do Rio Grande proporcionaram aos antigos povoados do Oeste da Bahia um ponto de escoamento de produção de carne bovina e vegetais, fortalecendo-os economicamente ao longo dos anos.

Essas famílias que aí então habitavam se autodenominavam beradeiros”<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Beradeiros são pessoas que moram na beira do rio.

ou “brejeiros”<sup>12</sup>, e se estabeleceram nas terras mais baixas, próximas aos cursos d’água, também devido à abundância de terras férteis, atividade de pesca e terrenos para criação de gado. Conforme o número do gado aumentava, a demanda por pasto crescia e as famílias o liberava para circular livremente em busca de alimento. As terras mais altas, onde são localizadas as nascentes dos rios, eram utilizadas para cultivo e para soltura desses animais.

Anos depois, à época de colonização no cenário brasileiro, o Além do São Francisco<sup>13</sup>, como foi chamada a porção esquerda desse rio, foi ocupado por colonizadores que se apropriavam do máximo de extensão territorial, salvaguardando essa porção. Esses colonizadores buscavam a produção de cana-de-açúcar, além da criação de gado, mas, nesse momento, em baixa

<sup>12</sup> Brejeiros são um conjunto de moradores residentes ou temporários vinculados a áreas de brejo, que se dedicam a atividades pesqueiras, agrícolas, artesanais e ao trabalho sazonal.

<sup>13</sup> Além do São Francisco é uma expressão popular utilizada para se referir ao Oeste da Bahia, e possui diferentes grafias a depender da literatura consultada. Por se tratar de um local, adota-se aqui a grafia com iniciais maiúsculas.

escala, devido à falta de mecanização. Em um terceiro momento, essas porções ganharam novos usos devido aos aspectos de interiorização, marcha para o Oeste, expansão da fronteira agrícola e integração nacional.

A porção Oeste da Bahia, por ser localizada geograficamente distante da capital do estado, não tinha uma forte presença do governo no que diz respeito a políticas públicas e investimentos. Na falta do Estado, os “coronéis de curral” representavam a força política e econômica no Oeste: “a lei, a ordem, a justiça, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política e o cotidiano das pessoas passavam sempre pelas mãos desses potentados” (FREITAS, 1999, p. 61 apud OLIVEIRA, 2015, p. 145). O papel do Estado, nesse momento, se confundia com o papel dos coronéis, de forma que a população evitava indispor-se com essa representação de poder. Por conseguinte, o investimento naquele espaço ficava por conta do capital privado, que muitas vezes não atendia às necessidades da população como um todo.

Na ausência de grandes ações do Estado, na não aplicabilidade de políticas territoriais e em virtude da influência dos líderes locais (os coronéis dos currais), acirra-se a construção do discurso de isolamento e ausência de políticas, enraizando-se um sentimento local de que a Bahia não considerava a porção mais ocidental do seu território, estando esta distante, longínqua e isolada, relegada à condição de um Além São Francisco. (OLIVEIRA, 2015, p. 141)

É possível perceber, nesse contexto, raízes de questões que se arrastam na caracterização dos municípios do Oeste baiano até hoje. Discursos como “terra de ninguém”, “cidades isoladas”, “falta de identidade baiana” são ainda atuais e refletem um histórico de décadas de negligência de ações por parte do Estado para valorizar e documentar as tradições que surgem às margens dos rios, de modo que esses territórios são marcados por uma força política desassociada do cenário nacional, ou até mesmo estadual. A narrativa de “isolamento do Oeste” é, ainda, responsável pela falta de informação por parte de toda

população nacional – e internacional – sobre a riqueza de tradições de comunidades ribeirinhas e da vegetação nativa locais.

Na república, especialmente nas últimas quatro décadas, as demandas estão relacionadas à nova estruturação política e econômica, fruto da expansão do agronegócio de grãos e permissividade do Estado. Estas mais recentes reavivem o desejo secular, mas conflitam interesses divergentes entre a sociedade historicamente enraizada no oeste e as novas classes de migrantes e produtores agrícolas. Ao que indica, o embate está longe de ser solucionado e muitas manifestações ainda podem suscitar novas discussões. (OLIVEIRA, 2015, p. 12)

A base produtiva do Além do São Francisco era configurada como “catado”, denominação que se associa à multiplicidade de atividades desenvolvidas em pequena escala e com pouca produtividade (OLIVEIRA, 2015, p. 141). A soma da agricultura pouco especializada, pecuária e atividades extrativistas era a base econômica para ascensão dos coronéis de currais, apoiados ao discurso

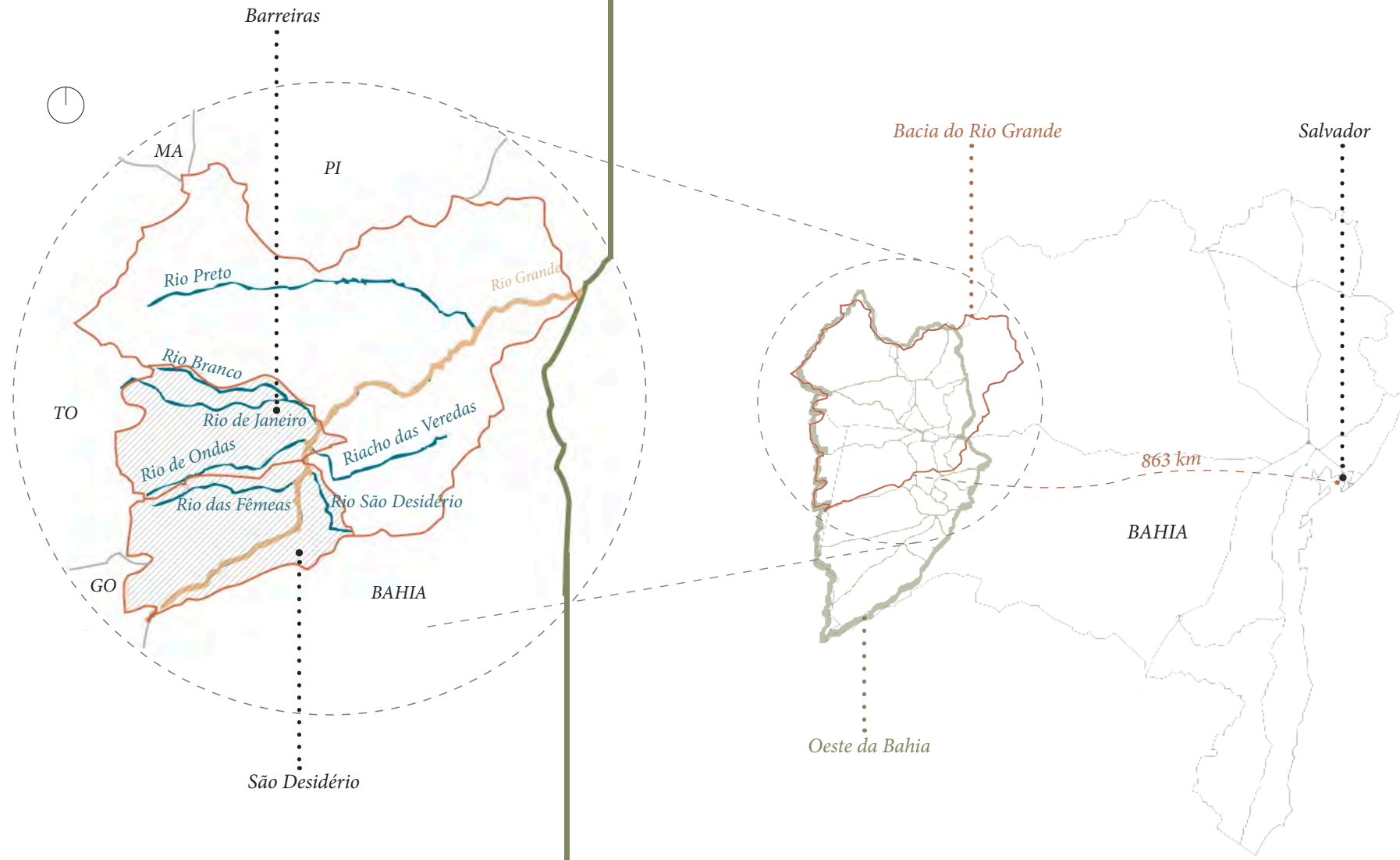
de abandono por parte do Estado. Toda área era conhecida por seus traços culturais vinculados ao rio, que moldavam seus costumes e modos de viver. A amplitude dos rios tornava o fluxo de pessoas e de mercadoria possível com o Rio Grande, Rio Preto e Rio Corrente, que permitiam o acesso às comunidades mais distantes.

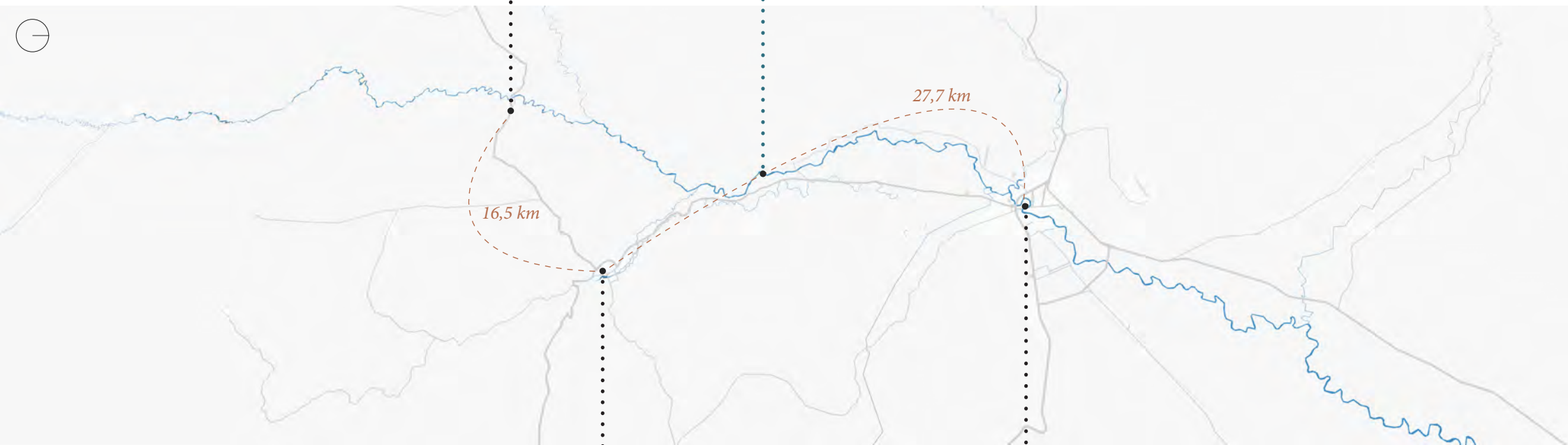
Naquela época, a principal via de ligação dos “são franciscanos” era a fluvial, atividade que experimentara seus primeiros movimentos com a descoberta/apogeu do ouro em Minas Gerais e Goiás ainda em meados do século XVIII. Toda a comunicação era feita por áreas navegáveis dos rios perenes e, na ausência de estradas e ligações por terra, esta era a principal, e por vezes única, via de ligação entre o interior e o litoral do estado. (OLIVEIRA, 2015, p. 142)

Devido à grande potencialidade hídrica presente na região e já descrita no primeiro capítulo, aproximar, a primeira grande medida em nível nacional de incentivo à economia do Além do São Francisco foi a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 15 de dezembro de



Rio São Francisco





Elaboração autoral  
IM #10, *Relações espaciais entre Rio Grande e centros urbanos estudados 2022*  
Sem escala

São Desidério

Barreiras

1948. A Comissão tinha o explícito interesse de promover o aproveitamento hidrelétrico e implantar projetos de mecanização agrícola em toda a extensão do vale. Em um contexto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização da nação, foram incentivados projetos que suprissem a demanda energética que surgira.

À luz da Comissão, a primeira hidrelétrica do Oeste baiano, construída na cidade de Barreiras em 1920, através da criação de canais que captassem as águas do Rio de Ondas, passou a ser posse da Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco (CODEVASF), com o objetivo de fornecer energia para as agroindústrias e outras indústrias.

A região do Oeste da Bahia é uma região formada, desde o princípio, pela abundância de águas que desaguam no Rio São Francisco, por isso sua forte ligação com esse elemento. É lá que se encontram as nascentes de rios e bacias que seguem seus cursos e desvios até se encontrarem com o Rio São Francisco, em sua margem esquerda. Portanto, a história social, econômica, ambiental foi moldada

atravessando-se os leitos de rios que compõem e que, por sua vez, matam a sede e a fome das comunidades que ali se estabeleceram.

O objetivo, aqui, é entender a região a partir do curso das águas, elemento muito presente nesse território e que guiará nosso banho de rio. O recorte de estudo se dá na bacia do Rio Grande, que corta os principais municípios do extremo Oeste baiano. A bacia como um todo abrange 18 municípios e tem como principais afluentes o Rio das Fêmeas, o Rio de Ondas, o Rio Branco e o Rio Preto. Esses rios intermitentes são fontes de dinâmicas, tradições, cultura, lazer, transporte e economia, tendo um importante papel na atividade econômica regional.

Os núcleos urbanos inseridos no Oeste da Bahia a serem analisados neste trabalho são os municípios de Barreiras e São Desidério, por serem ligados não só pelo Rio Grande, mas também por suas paisagens, histórias, dinâmicas e particularidades, fortemente influenciadas pela atividade da agroindústria.

A cidade de São Desidério é o segundo maior município da Bahia, dada sua vasta extensão territorial; entre-

tanto, sua população estimada, em 2020, é de 34.266 habitantes, segundo dados do IBGE (2020, n.p). O município apresenta um forte apelo turístico, uma vez que em seu território localizam-se grutas, paredões de pedras e formações geológicas milenares, que, carregando a história da região, carregam também a história da vida humana. Apesar da forte presença de grandes latifúndios, ainda é possível identificar comunidades tradicionais ribeirinhas que vivem à beira do Rio Grande por gerações.

Barreiras, considerada a “capital do Oeste baiano”, é cortada pelo Rio Grande e tem sua história atravessada pelas águas. Sua população estimada, em 2021, era de 158.432 habitantes (IBGE, 2021, n. p.), sendo assim, o nono município mais populoso do estado. A construção da primeira hidrelétrica da região em Barreiras, marca um histórico uso das águas para fins econômicos, além da chegada de imigrantes a partir da década de 1970, com um discurso colonizador e desenvolvimentista justificado pelo agronegócio.

A divisão entre vale e planaltos, muito presente na formação geoló-

gica desses dois municípios ocorre não somente quando se pensa nas formações de relevo, mas também nas dinâmicas e lutas que ali existem, e compreendem uma disputa por terras entre os grandes latifundiários e as pequenas comunidades. Portanto, ao entender o território e suas formações, é possível conhecer práticas de corpos que estão intrinsecamente conectados ao território e ao bioma onde estão inseridos e, principalmente, à vida que a presença de água possibilita, tanto na irrigação das *commodities*, quanto no dia a dia dos povos ribeirinhos.

Quando se pesquisa sobre o Oeste baiano, é muito comum encontrar textos relacionados à sua produção agrícola e pecuária, nos quais discursos hegemônicos são reproduzidos, e pouco se discute sobre grupos subalternos e suas táticas de sobrevivência. Dado isto, ressalta-se a necessidade de pluralizar narrativas sobre esse Oeste georreferenciado para que melhor se compreenda sua história, modos de vida e subjetividades.



*sopro de re-existência*

*No coração do Brasil, essas guardiãs e guardiões das águas, da terra e das sementes, formam a última barreira contra a violência a esse grande ancestral que atravessa o país e conecta todos os outros biomas. Uma formação de rede e diálogo para a manutenção da vida.*

*Ludmila Almeida, "O Cerrado ensina pela resistência e insistência das mulheres" (2021)*





Sam Earl  
AP #6, *Prainha* 2022

## Ao longo das terras nativas remanescentes do Cerrado

estão distribuídas comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, geraizeiras, entre outras, ali corporificados há mais de doze mil anos (WWF, 2012, n. p.) em total sintonia com o meio. “Guardiões da água”, como são conhecidos, esses povos representam diversidade, luta e resistência pelo seu território e pela vida.

Esses povos de cultura ancestral vivem em harmonia com o meio ambiente – tiram seu sustento, principalmente, da agricultura familiar, do artesanato e do extrativismo. São detentores de profundo conhecimento sobre a natureza e seus aspectos nutricionais e medicinais. Por essas características, os povos e comunidades do Cerrado atuam como verdadeiros guardiões da água e da biodiversidade. (CAMPANHA CERRADO, 2020, n. p.)

Os chapadões, por serem planos, eram áreas prioritárias a serem ocupadas. São justamente os locais de onde nascem os rios; onde o regime pluviométrico é propício ao plantio. Essas terras eram utilizadas de forma comum por camponeses e pecuaristas para produção de alimentos, mas não

eram lugar para moradia de povos tradicionais, de modo que se criou e se vinculou a elas um discurso que eram terras desocupadas. Porém, as chapadas faziam parte do dia-a-dia das populações locais e eram necessárias para manutenção dessas vidas, uma vez que de lá coletavam alimentos, especiarias medicinais; lá caçavam e soltavam o gado.

Com os pés na terra, os cerrateiros (povos do Cerrado) estabeleceram suas raízes e vidas entrelaçadas às árvores, animais e águas que o bioma proporciona, detendo conhecimento sobre a natureza e sua manutenção. Por meio de saberes, práticas, tradições, esses povos conservam e multiplicam a biodiversidade do Cerrado, se reinventam, se adaptam e persistem lutando. Atravessando gerações e valorizando conhecimentos ancestrais, os povos tradicionais vivem um cotidiano cujo manejo das paisagens se traduz no cuidado e manutenção da vida.

Com a expansão da fronteira agrícola, na década de 1970, a ocupação dessas terras inviabilizou o uso por parte das comunidades tradicionais, sobretudo

do, fechando-se fronteiras para que continuassem migrando conforme os grandes latifúndios se expandiam. Diversas comunidades deixaram de existir, perdendo-se, com elas, histórias e saberes específicos dessa região.

Por outro lado, as comunidades mais próximas aos cursos dos rios, localizados nos vales, muitas vezes, mantiveram a posse de suas terras. Criaram técnicas para plantar nesses vales e sobreviverem ao meio modificado, passando a integrar o mercado de trabalho nos períodos de safra agrícola, majoritariamente; porém, sob condições de trabalho análogas à escravidão. É importante ressaltar que comunidades remanescentes ainda sofrem tentativas de expropriação, repetindo ciclicamente esse histórico.

Assim como havia o uso comum das terras, também existia o uso comum das águas, com interesse na manutenção das nascentes e cursos em boas condições como forma de respeito ao elemento que lhes fornece alimento e exercício de uma responsabilidade coletiva.

O uso dado pelas famílias se caracterizava por entender os vales como um



local de estoque de bens da natureza de caráter comum: plantas medicinais, fibras, pastagens, lenha e água. Já as terras para cultivo, nos chapadões, configuravam a atividade de trabalho familiar: roça, terreiro, horta, pomar; estes, de uso mais privativo, restrito à família.

É comum na região a realização de mutirões para a abertura de valas, por onde a água fará um desvio de seu curso natural, formando pequenos canais artificiais, que atendem às diversas necessidades das famílias residentes no trajeto onde ele é escavado. Permitem aguadas aos bois e às lavouras, facilitando ainda sua captação para o consumo humano (beber e cozinhar) e a realização das atividades de se banhar e lavar roupa e louça. (SAMPAIO, 2012, p. 4)

O conhecimento dessas populações também era compartilhado, a serviço do interesse coletivo. Os saberes dos mateiros<sup>6</sup> e raizeiros<sup>7</sup> era imprescindível,

<sup>14</sup> Mateiros são responsáveis pela tradição de classificação e identificação de espécies arbóreas, além do saber de como essas espécies se relacionam com o meio.

<sup>15</sup> Apresentam conhecimentos empíricos para identificar, coletar, preparar e indicar vegetais, como forma de tratamento para algum mal ou enfermidade.

Un<sup>14</sup> vez que es<sup>15</sup>s conheciam profundamente as espécies de plantas de uso medicinal, quais épocas do ano e de que forma poderiam ser extraídas e qual tipo de madeira era mais adequado para cada atividade (confeção de artesanatos, instrumentos, construção de habitações etc). Da mesma forma, beradeiros e brejeiros passavam, através de gerações, conhecimentos para prática da pecuária e de plantio, e mulheres aprendiam com suas mães as receitas e formas de produzir alimento.

Alguns desses costumes podem ser observados até hoje na região, onde ainda é presente a criação de gado à solta, a produção da farinha de mandioca, a tradição de cozinhar a galinha caipira, a pesca, a confecção de rapaduras, de pingas, do óleo do coco babaçu, do doce de buriti, do artesanato, entre outras práticas características do Cerrado, que abriga espécies animais/ vegetais únicas, compondo os saberes dos povos tradicionais. Essas tradições, às quais não se pode atribuir valor monetário, vivem sob ameaças há décadas por parte do grande capital que, quando não expulsa, estipula um valor irrisó-

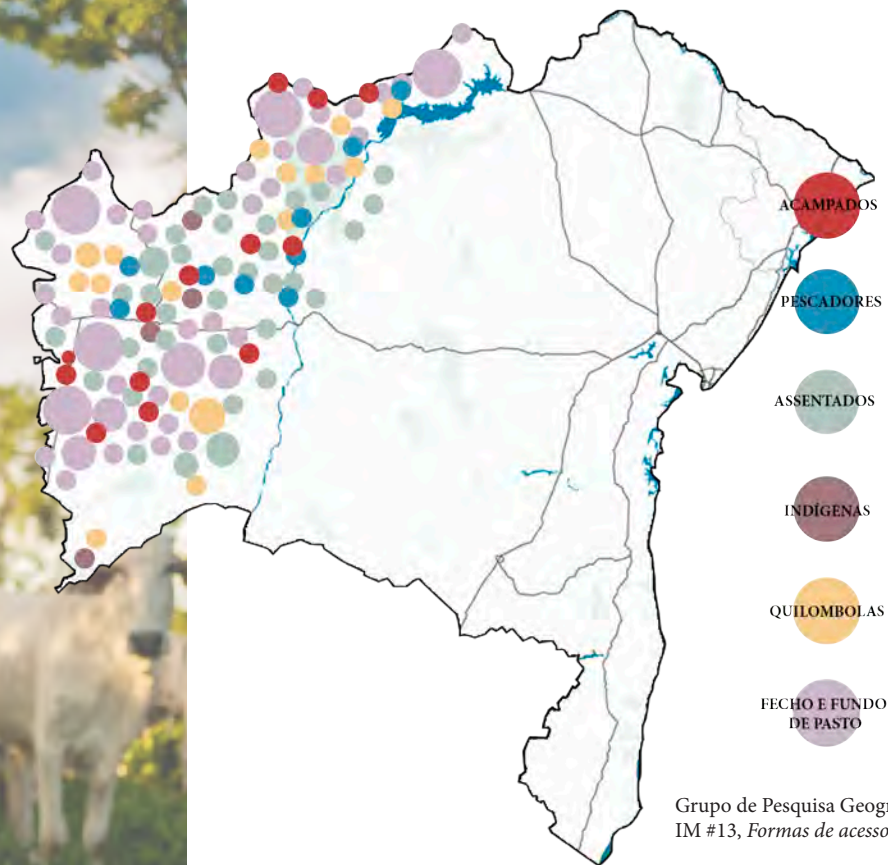
rio sobre as terras através de compras e indenizações.

Os defensores do Cerrado lutam, desde 2010, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 504/10, que prevê a instauração da savana brasileira – o Cerrado – como patrimônio mundial. Isso se dá por conta da importância mundial do bioma, que, conforme já mencionado, é casa de vegetação, animais, povos, rios, culturas e tradições. Dos biomas brasileiros, apenas o Cerrado e a Caatinga não são considerados patrimônios mundiais. Além disso, a luta pela posse de terras é constante.

Muitas das comunidades ainda não possuem garantia sobre a posse da terra da qual depende diretamente a **sua re-existência – entendida, neste trabalho, como uma manutenção da existência que resulta da resistência de seus povos**. Diante disso, as comunidades são constantemente “engolidas” pela expansão do agronegócio, por meio de construção de barreiras que lhes impedem de acessar as matas. Assoladas pela especulação imobiliária agrícola e grilagem de terra, muitas famílias são expropriadas e obrigadas a migrar dos lugares



Gui Gomes (Repórter Brasil)  
IM #11, *Sem título*, sem data



Grupo de Pesquisa Geografar (Edição livre/ elaboração autoral)  
IM #13, *Formas de acesso à terra identificados no Estado da Bahia*, 2019

onde seus ancestrais habitaram por gerações. Esse fato acaba gerando mais pobreza e problemas sociais, já que esses povos são obrigados a recomeçar sua vida, muitas vezes do zero, sem nenhum tipo de incentivo e praticamente desconectados de sua cultura.

Também ali, nos sertões do Cerrado, as comunidades quilombolas constituíram territórios de liberdade no enfrentamento à escravidão, conjugando sua ancestralidade africana em modos de vida marcados pelo bem-viver e a felicidade guerreira. No encontro das tradições indígenas, afrodescendentes e de populações migrantes europeias pobres, foram se constituindo comunidades e práticas, com territorialidades específicas em diálogo com as paisagens do Cerrado. Memórias presentes que nos conduzem aos fazeres das raízes e quebradeiras de coco-babaçu que desafiam ideias convencionais de território ao manejar paisagens repletas de plantas medicinais e babaçuais muito além de suas terras de posse direta. (AGUIAR; LOPES, 2020 apud CAMPANHA CERRADO, 2022, n. p.).

Nesse sentido, convido o leitor a refletir sobre o que é o corpo, o território e como a Arquitetura e Urbanismo pode se relacionar com esses termos. Nesse universo, abro espaço para o estudo do corpo da mulher e o território rural, e no território rural, tendo em mente que, como afirma Iazanna Guizzo (2018, n. p.), o arquiteto está agenciado não apenas a territórios físicos, mas também existenciais. E, nesses termos, a micropolítica – modo de recortar a realidade a partir do campo das forças, na medida em que essas também produzem realidades, afetos, desejos – é indissociável do campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.

Busco investigar, no processo deste trabalho de conclusão de curso, de que forma a Arquitetura e Urbanismo pode romper os limites urbanos e gerar reflexões sobre os modos de vida outros de corpos que se articulam e ocupam o espaço construído não somente de concreto, mas também de águas, tradições e re-existências.

mergulhar

*corpo, território, movimento*

*Mas por que a pergunta é qual mundo e não quais mundos – ou como – queremos habitar? O objetivo está longe da defesa de uma única verdade; muito mais, a pergunta quer anunciar a necessária quebra dos muros e evidenciar um contraste necessariamente interligado.*

*Iazana Guizzo, “Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo” (2019)*





Sam Earl  
AP #7, *Mergulho* 2022





## Com o objetivo de melhor compreender

o espaço em estudo e a maneira como se relacionam seus elementos, busco aqui definir estes três conceitos: corpo, território e movimento, que, juntos, constituirão o fio-guia de pensamento durante este mergulho. Ao entender a forte ligação entre os corpos e o território, sobretudo as relações de movimento entre eles, convido o leitor a refletir sobre esses três conceitos que compõem o objeto de estudo.

Inicialmente, busquei compreender a primeira camada: o que seria o corpo que habita um determinado espaço. À luz de Gilles Deleuze, “um corpo pode ser qualquer coisa, pode ser um animal, pode ser um corpo sonoro, pode ser uma alma ou uma ideia, pode ser um *corpus* linguístico, pode ser um corpo social, uma coletividade” (DELEUZE, 2002, p. 132 apud GUIZZO, 2018, n. p.). Nesse contexto, o corpo pode ser definido pela sua composição, que é traduzida pelo conjunto de relações de movimentos e repouso de partículas, sem ser fixo ou proporcional; mas partículas que se relacionam com outros corpos.

Os corpos são um agrupamento desse emaranhado de partículas que, juntas, constituem um corpo d'água, ou uma planta, ou uma casa, ou um ser humano; afetam e são afetadas. Essas relações de afeto podem ser, ainda, positivas ou negativas, responsáveis pela construção da subjetividade de cada um. E é através do afeto, e não de um modelo universal de concepção espacial, que se encontra a Arquitetura e Urbanismo que melhor se relaciona com seus habitantes, afetando-os de forma positiva (GUIZZO, 2018, n. p.).

Spinoza, o filósofo da ética e dos afetos, define um corpo qualquer ou a individualidade de duas maneiras simultâneas: eles são relações de movimento e repouso entre partículas (cinética) e possuem um poder de afetar e ser afetado (dinâmica). Isto é, um corpo não se define por uma forma, por suas funções, como uma substância ou uma identidade, mas pelos afetos de que é capaz. (GUIZZO, 2018, n. p.)

Iazana Guizzo, em seu texto “O construir como afeto: a casa como corpo e não manifesto” (2018), classifica esses

afetos como bons e maus. Defende, ainda, que são esses afetos que fazem variar o grau de potência de um corpo, que pode ser preenchido com afetos de alegria ou de tristeza. O bom, nesse contexto, pode ser tudo que está diretamente relacionado à constituição desse corpo, um alimento, um livro, uma paisagem, um ambiente. Por isso, uma casa boa é um espaço pensado a partir de um viver de quem a habita;<sup>16</sup> viver esse, que afeta e é afetado pelo meio, onde o morador habita a casa habitando também a si mesmo, dispensando modelos do habitar.

Por isso, quando se pensa no conceito de corpo, é preciso mergulhar em práticas outras que definem os modos de fazer da vida conectada ao seu entorno. Corpos imbricados em um certo local constituem ali uma relação de ação e reação com o meio, boas ou ruins, no qual as ações são realizadas de acordo com uma expansão cor-

<sup>16</sup> “Através do habitar doméstico, praticado no cotidiano, transforma-se o sentido de casa para um espaço habitado, rico de significados, onde o sentido de liberdade e a posse são pontos fundamentais, e que se materializam.” (SAVI; DISCHINGER; HESPANHOL, 2015, p. 13)

poral que pode ser qualificada aqui como os conhecimentos passados de geração em geração, de forma coletiva, dentro das comunidades tradicionais. Entendo, dessa maneira, o território para além do meramente funcionalista, material, construído; ele passa a ser o conjunto que expressa as práticas, um *ethos* produtor de personagens e paisagens, culturas e tradições.

Os motivos ou as forças de expressão não são mais explicados pelos personagens e pela cena de suas ações, mas, ao contrário, são esses que surgem através dos motivos e expressões. O território não se constitui como um domínio de ações e funções, mas sim como um *ethos*, que é ao mesmo tempo morada e estilo. (PASSOS; ALVEREZ, 2009, p.134 apud GUIZZO, 2018, n. p.)

O significado de território é defendido por muitos autores como “manipular um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993, p. 153), ou “numa aceção de área, superfície ou extensão de terra, controlada por uma jurisdição político-administrativa,

base geográfica da soberania de um Estado” (NETO, 2013, p. 25).

Neste trabalho, entende-se que o território é formado por uma amplitude de dinâmicas potencializadas pelos corpos. É considerada não somente a noção do território como um espaço delimitado e georreferenciado, mas que também perpassa a materialidade para se tornar um local de pertencimento, de afetamentos alegres, “o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323 apud LIMA; YASUI, 214, p. 599).

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323 apud LIMA; YASUI, 2014, p. 599)

É por esse motivo que, ao conhecer as comunidades tradicionais do Cerrado, é inevitável considerar o espaço onde estão inseridas, suas atividades e tradições ligadas à terra, aos animais e, principalmente, à água. Esses corpos, que convivem, que se afetam, que determinam hábitos e formam vidas estão entrelaçados e resultam numa dinâmica – ou em dinâmicas várias – que não só se desenvolvem, mas dependem do espaço onde se configuram. Dessa forma, corpo e meio, ou corpo e território, afetam e são afetados pelas suas subjetividades intrínsecas.

Nesse contexto, um exemplo de afeto seria a produção de rapadura por mulheres de comunidades ribeirinhas. Esse alimento é produzido não por um só corpo, mas pelos afetos sentidos por meio da coletividade de gerações que configuram a imaterialidade do saber, desde o cultivo da cana, até o produto final (rapadura). Nessa prática, corpos de mulheres são afetados, afetam e se expandem para acessar um saber que não pode ser tocado, mas sentido. O mesmo afeto



Sam Earl  
AP #8, Vida 2022



Sam Earl  
AP #9, *Cotidiano* 2022



Sam Earl  
AP #10, *Teto de palha* 2022



Sam Earl  
AP #11, *Brincadeira de argila* 2022

pode ser sentido na construção de um espaço, que se concretiza através de saberes imateriais e afetam um território e os corpos ali inseridos. Por isso, o objeto de trabalho do arquiteto-urbanista está relacionado não apenas a territórios físicos, mas também existenciais, e ao objetivo de construir espaços que afetam positivamente os corpos ali presentes.

A noção de território existencial aqui definida corrobora com a perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que compreendem o território como um agenciamento entre seres, fluxos e matérias (HAESBAERT; BRUCE, 2002 apud LIMA; YASUI, 2014, p. 599)

As subjetividades de um território envolvem espaços construídos com elementos materiais e imateriais, ou seja, afetivos, que são apropriados do meio e constituem lugares para viver. Nesse sentido, os territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas da região Oeste da Bahia carregam em si não somente a terra, ou o conjunto de moradores, mas também costumes, tradições e saberes imateriais, com-

pletamente afetados pelo rio, elemento do qual reverbera a manutenção da vida.

Suas construções, disposições, modos de fazer são resultados de um coletivo; coletivo esse que compartilha não só a terra ou a água, mas a luta e resistência contra maus afetos, que prejudicam o bem-estar dos corpos. Ressalto, ainda, que a noção de territórios dessas comunidades não deve se fechar em si, mas influenciar o espaço como um todo, em diferentes escalas, conectadas pelos percursos hídricos que as configuram.

As figuras dos raizeiros e benzedeiros, com conhecimento da medicina tradicional; dos beradeiros e brejeiros, com o manejo das terras e das águas; do fecho e fundo de pasto, com técnicas pecuaristas; dos pescadores, que tiram do rio o alimento; a figura das lavadeiras, responsáveis pela manutenção da casa; das quebradeiras de coco, produtoras de alimentos e artesanatos; enfim, todos esses corpos são detentores de saberes que se completam, se afetam, são afetados pelo clima, pelo solo, pela vegetação e,

como não poderia deixar de ser, por forças do capital privado que marginalizam e desconsideram a sutileza e as demais camadas que compõem o território e que extrapolam a sua materialidade.

Os modos de fazer Arquitetura e Urbanismo dentro dos espaços devem considerar a complexidade desses corpos que habitam territórios não urbanos, partindo de um movimento transversal que seria capaz de atravessar movimentos de cima para baixo (impor decisões projetuais às comunidades) e de baixo para cima (levar apenas em consideração os saberes existentes sem reinventá-los para beneficiar o território) e, dessa forma, construir proposições mais assertivas. Esse movimento transversal está pautado na transdisciplinaridade, que leva em consideração a somatória de conhecimentos não só dentro da academia como fora dela. A ideia, então, é de pensar movimentos que respeitam o coletivo, tradicionalmente presentes na configuração das comunidades ribeirinhas, onde os diferentes podem estar lado a lado e

se transformar entre si, relacionando seus corpos ao território e aos movimentos ali existentes.

Refletindo sobre esses conceitos, proponho um aprofundamento sobre os corpos, territórios e movimentos que podem existir nas dinâmicas dessas comunidades, com foco nos corpos das mulheres que afetam (e se afetam), produzem, cuidam e resistem no espaço não urbano. Que movimento transversal seria esse e como esse movimento contribuiria para a manutenção do território e, consequentemente, da vida? Quais são os movimentos já existentes nessas comunidades? Como a Arquitetura e Urbanismo pode ser pensada como agente ativo em meio a todos esses questionamentos?



*mulheres de rio*

*Fortalecidas pelas nossas ancestrais e pelo encontro com nossas companheiras,  
entendemos que nossos caminhos são como afluentes que deságuam: “mulheres são  
como águas, crescem quando se encontram”.*

*Trecho excerto da “Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado” (2019)*







Fábio Tito  
IM #12, *Dirani Francisco Maia* 2019



Cena do documentário "Encantadas" (divulgação)  
IM #13, 2019

Ser mulher, no espaço rural ou no urbano,

significa entender que nossos corpos estão afetados por uma série de questões determinadas historicamente pela lógica do patriarcado. O lugar das mulheres no grupo social foi, ao longo do tempo, colocado em uma posição inferior, e nossa participação ativa nas funções coletivas colocada em dúvida. Com a constituição do Estado, da propriedade privada e da família consanguínea, ocorreu a consolidação do patriarcado, que delega aos filhos legítimos a herança da propriedade e riquezas do pai e limita a figura da mulher (feminina?) ao papel reprodutivo e de cuidado com questões domésticas.

A história do ser humano parte de uma organização de agrupamento nômade, no qual ao homem é delegada a função de prover a alimentação de toda a família. Em um ambiente hostil, o homem precisou desenvolver características de sobrevivência, como o uso da força para se defender e conquistar alimento. A partir da primeira Revolução Agrícola (8 mil a.C. a 5 mil a.C.), esse panorama mudou. As mulheres passaram a ter a função

de cuidar do plantio para produzir alimento, estabelecendo-se em um só local. A família passou a ser matrilinear, onde é considerada a descendência da mulher, que conquista um importante papel político.

A mulher transfere à domesticação das plantas o cuidado oferecido aos filhos. O uso da força pelos homens não é mais tão necessário para a atividade de plantio: nesse momento, o homem passa a ficar responsável pela segurança familiar e pela caça. A mulher tem função prioritária em toda cadeia de manutenção e cuidado, desde a alimentação até a fabricação da primeira versão de recipientes de argila e de cestos.

A organização das aldeias também é feita por mulheres, com forte presença na construção da sociopolítica.

Com a produção de excedentes e a domesticação de animais para consumo, o papel do homem para segurança das aldeias se fazia mais necessário, uma vez que o homem agora não só precisaria se proteger de animais, mas também de si mesmo, na disputa pelos excedentes. O acúmulo de

riquezas gerado pelos excedentes, a domesticação de animais e a própria terra passam a pertencer à família e seus descendentes.

A criação de técnicas para fundir o ferro possibilitou ao homem a produção de utensílios, como o arco e flecha, ou até mesmo o maquinário rudimentar para aumentar a produção agrícola. Aos poucos, o homem passou a estar mais presente na geração de alimentos, na caça, na segurança, e a ele surge a necessidade de exercer o poder sobre o espaço doméstico.

No século XIII, durante a Idade Moderna, a matrilinearidade é invertida, e passa a ser dos filhos homens o direito à herança dessas riquezas, sendo os homens os donos únicos dessa propriedade privada. A figura de chefe de família é estabelecida, consolidando-se, nesse momento, a família patriarcal e a perda da força política por parte das mulheres, que devem obedecer ao homem.

O que se percebe é que quando surge o Estado e a família patriarcal, esta se torna proprietária de todos os

membros que, de uma forma ou outra, contribuem com o aumento das riquezas. Como exemplo, temos os escravos como instrumento de trabalho e as mulheres como instrumento de procriação da força de trabalho. Esse tipo de família é a que preponderou na civilização com o surgimento do Estado, representada pelo poder do homem acima da mulher, sendo essa família heteronormativa a representante da unidade econômica da sociedade (IOP, 2009, p. 240).

As mulheres, produtoras e reprodutoras da força de trabalho, são relegadas ao ambiente doméstico e subordinadas às relações familiares, com determinadas funções que ainda hoje são enraizadas na dinâmica dos seus corpos, e se reproduzem como um modelo ideal a ser seguido.

A figura da mulher “bela, recatada e do lar”<sup>17</sup> reduz o ato de ser mulher a uma só definição, dentro de uma sociedade que, historicamente, condena as pluralidades e subjetividades

<sup>17</sup> Expressão criada pela Revista Veja para intitular matéria publicada em 2016, cujo conteúdo define um ideal de mulher como aquela que vive às sombras, para aludir aos tempos sombrios que temos presenciados desde o ano citado.

das mulheres. Limitados ao espaço do lar,<sup>18</sup> os nossos corpos foram oprimidos. As tomadas de decisões e construção de cidades como hoje conhecemos foram pensadas por homens e construídas por homens. A nós, mulheres, ao longo do tempo, foram determinadas atividades que contribuíssem para o capital privado – como a manutenção da vida, para que os homens pudessem trabalhar em período integral – e sem que fossem consideradas como trabalho (atividades domésticas não são remuneradas). Marcadas pela colonização, ainda hoje carregamos o peso da obtenção barata de trabalho para gerar mais riquezas, assim como foi todo processo de tomadas de terras e recursos naturais em solos brasileiros desde a colonização e continua sendo através da grilagem de terra.

No Brasil, segundo dados do IBGE, em 2019, as mulheres se dedicaram aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas durante cerca de 21,4 horas semanais, enquanto os homens fizeram pouco mais que metade disso,

<sup>18</sup> Considera-se o sentido de lar como local onde mora uma família, heteronormativa ou não.

contabilizando 11 horas semanais (IBGE, 2019, n. p.).

Essa ocupação limita a presença de mulheres em outros espaços, como o mercado de trabalho e/ ou espaços de destaque, onde podem ser ouvidas; mas também as sobrecarrega, dado que mulheres que optam por desenvolver outras atividades fora do espaço doméstico ainda são pressionadas a cumprir as obrigações domésticas e reprodutoras, sendo pressionadas para sempre desempenhar multitarefas.

Existe, portanto, uma sobreposição de funções de trabalho, tanto na vida das mulheres que vivem na cidade, como no espaço rural, quando precisam articular o cuidado da casa e dos filhos com a renda familiar.

Ainda é relevante a diferença salarial entre mulheres e homens, reflexo de empregadores que reproduzem essa desigualdade por acreditarem em uma ideia de “fragilidade” das mulheres construída ao longo da história e até mesmo por negarem direitos relacionados à atividade de maternidade. Apesar disso, hoje, a inserção das mulheres no mercado de traba-

lho, que teve seu início marcado pelo capitalismo industrial pós Segunda Guerra Mundial, tem contribuído para a nossa presença expressiva nos mais diversificados cargos e funções.

A relação dos nossos corpos com as cidades é uma relação conturbada, dado que a figura das mulheres sempre fora relacionada com o ambiente privado. Ainda são pensadas políticas públicas que suavizam essa ruptura na relação de pertencimento das mulheres com espaços públicos; numa pesquisa da Universidade de Brasília – UnB, constatou-se que 78% das mulheres entrevistadas na capital federal sentiam medo de se deslocar a pé pela cidade de Brasília.

A configuração do nosso espaço urbano é onde espelham-se as desigualdades sociais e essas são reforçadas (...). Essas particularidades, embora não citadas, são assimiladas pelas pessoas que interagem entre si e com o espaço. Andando pelas cidades, sabemos intuitivamente se estamos em lugares sociais acolhedores, percebemos os lugares hostis e permanecemos nos lugares em que o sentimento de pertencimento é despertado. Também sabemos exatamente onde estão os

espaços de poder e decisão, onde mora o privilégio. Sabemos onde a cidade é branca e onde a cidade é negra. Sabemos também quais são os espaços femininos e masculinos, ainda que sensivelmente se misturem ou camuflam, essa divisão de gênero também acontece. (BERTH, 2019 apud GALETTI; DRUMOND, 2020, p. 4)

O modelo de propriedade privada, baseado no acúmulo de riquezas, fortalece um sistema capitalista que é, por si só, produtor de desigualdades. Para garantir uma ampliada produção de capital, o modelo se utiliza de estratégias que antagonizam espaços e relações dentro de um modelo hegemônico eurocentrista, ocidental, branco, heteronormativo, patriarcal. Nessa lógica, os espaços rurais e urbanos são também desvinculados, antagonizados e hierarquizados, dificultando a compreensão das questões rurais e como se articulam entre si.

Por serem associadas à manutenção da casa e dos filhos, as mulheres assumem, ainda, atividades relacionadas à água (DIAS, 2022, p. 191). Por consequência, o papel central de gestão, coleta, fornecimento e proteção das

águas é das mulheres, que a utilizam para beber, cozinhar, lavar, plantar e cuidar. Essa dinâmica pode ser observada no Brasil, majoritariamente, em ambientes rurais, apesar de também estar presente nas cidades.

Ainda assim, muitas vezes as mulheres desempenham esse papel informalmente, uma vez que são impossibilitadas de participar de decisões ligadas ao uso adequado das águas por consequência da posição desigual que ocupam na sociedade. O tempo dedicado à coleta da água em espaços sem saneamento básico poderia ser aproveitado por essas mulheres para o desenvolvimento de outras atividades, como a participação em atividades públicas, estudo, atividades culturais ou de lazer. São também as mulheres que mais sofrem com a falta de água: são mais propensas a infecções, necessitam de cuidados maiores durante o período menstrual, e muitas apresentam problemas na coluna, que surgem a partir do transporte de grandes baldes de água até suas casas.

Quando se trata de acesso e uso da água, há claras diferenças de gênero



Foto: reprodução (Central Única do Brasil)  
IM #14, *Sem título*, 2018

devido aos papéis e às responsabilidades sociais e às relações de poder neles baseadas. Levar o aspecto de gênero em consideração ao tomar decisões no setor de água é fundamental para uma gestão sustentável e socialmente justa. As dimensões de gênero dizem respeito, particularmente, aos aspectos do poder criativo e da participação feminina nos processos de tomada de decisão. (DIAS, 2022, p. 191)

A água, portanto, também é um elemento importante para construção das chamadas masculinidades hegemônicas, diante do poder político atrelado à sua posse e investimentos para a geração de atividades econômicas que partem de sua disponibilidade. Basta refletir sobre a figura do coronel de curral,<sup>19</sup> que exercia poder sobre os territórios cortados pelos rios; ou sobre Geraldo Rocha, engenheiro que construiu a primeira hidrelétrica no Oeste da Bahia; ou, até mesmo, sobre a insuficiente presença de mulheres na política, na vida e ambientes públicos, em particular, no nosso caso, em espaços onde são determinadas as gestões das águas.

<sup>19</sup> Conferir capítulo Aproximar, página 47.

Analisar a questão do gênero entrelaçada a outros eixos discriminatórios, como etnia, poder aquisitivo ou deficiência, torna visível outras formas de vulnerabilidades que podem ocorrer; por si só, a desigualdade de gênero é uma violação dos direitos humanos universais. Somente uma abordagem transformadora, pautada na igualdade de gênero e na revisão de atividades geradoras de capital seria capaz de desestabilizar conceitos enraizados na sociedade que reproduz a exclusão.





*apagamentos*

*Escrever nem uma coisa  
Nem outra -  
A fim de dizer todas -  
Ou, pelo menos, nenhuma.  
Assim,  
Ao poeta faz bem  
Desexplicar -  
Tanto quanto escurecer acende os vaga-lumes.*

*Manoel de Barros. "O guardador de águas" (1989)*





Sam Earl  
AP #12, *Estradas* 2022

Considerando a conjuntura na qual o Oeste da Bahia foi espacializado,

onde paisagens urbanas e rurais estão entrelaçadas, pode-se inferir a existência de uma “ideia de região” voltada para o agronegócio exportador (WAN-DALL JUNIOR; RÊGO; ROCHA, 2020, p. 2680). Em meio a esse ambiente já consolidado, é preciso escapar pelos desvios lampejantes caros a modos de vida resistentes; olhar para o vivo opaco de franjas, bordas e margens (WAN-DALL JUNIOR; RÊGO; ROCHA, 2020, p. 2680) que constituem uma realidade muito mais complexa do que do agronegócio irrigado; uma realidade local quase devastadora para muitas comunidades além-urbe.

No meio urbano e no meio rural, constata-se um jogo de forças atravessado pela posse de propriedades com potencial agricultor ou hídrico somado à falta de apoio e infraestrutura e à expropriação de famílias.

Nesse trabalho, os vaga-lumes representam as mulheres ribeirinhas, sobreviventes e resistentes às forças do discurso de desenvolvimento regional que implica no rebaixamento do nível das águas.

Propõe-se, neste trabalho, seguir caminhos outros, sem com isso ter por finalidade apontar “culpados”, mas de tirar as forças de verdades absolutas considerando espaços opacos. Das margens do Rio Grande partem práticas excluídas dos planos e planejamentos urbanos, ou até mesmo de um georreferenciamento atualizado, tratando-se de apreender o espaço a partir dessas margens. Para Ana Clara Torres Ribeiro, em diálogo com Milton Santos,

os espaços opacos seriam espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização, enfim, da vida plena, clean e justa que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas. (RIBEIRO, 2012, p. 67)

Trata-se, portanto, de apreender territórios por meio da multiplicidade e da não homogeneidade desses corpos, partindo de espaços de resistência, de sobrevivência em meio a uma história única e uníssona que apaga todas as outras, na tentativa de esmagar suas

possibilidades narrativas.

Mulheres e rios passam por um processo de apagamento ao longo da história, justificado por um discurso pautado em uma sociedade capitalista que expropria, limita, sobrecarrega tanto a força das mulheres quanto a força das águas. Os corpos das mulheres, afetados por discursos patriarcais, estão em constante luta contra apagamentos rebatidos também ao elemento das águas, que, aos poucos, secam até desaparecer em materialidade e passam a residir apenas nas memórias daqueles que viveram às margens do Rio Grande.

Por esse motivo, por meio deste trabalho, buscou-se pluralizar a narrativa de uma região Oeste da Bahia não só marcada pelas agroindústrias, mas, sobretudo, por meio de práticas tradicionais criadas e reproduzidas por mulheres através das águas do Rio Grande, que apesar disso sofrem paulatinas tentativas de apagamento. Um território que tece seus modos de fazer à luz de mulheres, defendido por mulheres e seus corpos imersos afetados pelos rios, é contrastado

pelo apagamento que é próprio lugar da contramão do grande capital, ironicamente travestido de gegrador de eletricidade, de luz pela PCH. As guardiãs das águas são símbolos de resistência, pequenas luzes (para citar Georges Didi-Huberman) que lampejam e sobrevivem diariamente às ameaças e tentativas de apagamento.

A narrativa aqui desenvolvida é, portanto, resultado de experiências corporais das comunidades ribeirinhas, no caso particular das comunidades de Sítio de Cima, Barreiro e Palmeiral, por meio do reconhecimento de diferentes “maneiras de fazer” e de apreender o espaço físico com o corpo imbricado, culminando em interlocuções que ressignificam o panorama, quebram estereótipos e traduzem a história do cotidiano da região que chamamos de Oeste da Bahia.



*construir como afeto*

*Nem todas as pessoas têm a capacidade de construir uma casa; mas achamos que a maioria sabe aplicar e aperfeiçoar aquela série de regras e princípios transmitidas de geração para geração.*

*José da Silva e Matto é um desses homens do povo que fabricou a sua casa num lugar bem afastado para escapar à monotonia e à pasmaceira das cidadezinhas. Foi para o Amazonas, penetrou na selva, carregando seu saco de roupas e poucas ferramentas, talvez uma serra, um martelo, um machado e pregos, que obteve em troca de serviços prestados a um capitalista do sul. José viajou bastante, mas compreendia que a selva não é de ninguém e ao mesmo tempo é de todos, de qualquer pessoa de boa vontade que sabe renunciar à geladeira, à bateadeira elétrica, ao aspirador de pó. As árvores, as flores, os bichos, são de quem os pega. José fabricou sua casa sem arquiteto, sem o auxílio daqueles escritórios técnicos que só sabem encher a cidade de “finos palacetes” em estilo português e mexicano. Êste arquiteto de quem falamos, êste arquiteto sem compasso, regua T e tecnigrado; êste homem simples e feliz, trabalhou dias e dias escolhendo a boa madeira, a mais leve, a mais resistente, a mais útil. José sentiu o prazer da arquitetura, o gosto de planejar, de sistematizar sua vida em baixo de um teto: um dos mais nobres prazeres do homem. Conhecia, por tradição, a arte de construir e sua belíssima casa ali está, firme, espaçosa e agradável, no meio da natureza, em plena selva, no coração do Amazonas.*

*Aquele mundo exuberante que é o Amazonas tem na habitação de José um pequeno momento de ordem, de carinho e poesia humana, onde tão bem se compreende que construir é viver. É uma singela porém profunda lição para todos nós das cidades grandes, onde construir tornou-se mais uma forma de morrer do que uma forma de viver.*

*Lina Bo Bardi, “Construir é viver” (1952)*







Sam Earl  
AP #13, *As casas* 2022

Diante do cenário atual,

é necessário repensar os modos de projetar, de construir territórios, de pensar cidades, de praticar Arquitetura e Urbanismo de forma a ir além do conhecimento predominantemente ocidental e quebrar barreiras que homogeneizam esses saberes. É preciso abrir os porões e trazer à tona a perversa poeira neles escondida, assim como abrir as lógicas de resistência e as práticas contra-hegemônicas que estão espalhadas pelos territórios e fogem às fronteiras do Estado-nação (GUIZZO, 2019, p. 23).

É preciso, ainda, saber que, no Brasil, há várias linguagens que re-existem, que habitam territórios outros, para além dos limites geográficos de estados e municípios. O desenvolvimento de uma cultura autóctone parte desse entendimento, que vai além dos modos de pensar científicos, acadêmicos e atravessa práticas outras enraizadas na Terra e nos elementos da natureza. O popular, que parte desses modos de fazer ancestrais, representa, aqui, um contraponto à lógica colonizadora, patriarcal e ocidental disseminada no país em variadas áreas de conhecimento.

Uma tomada de consciência coletiva é necessária, qualquer divagação é um delito na hora atual. A desaculturação está em curso. (...) o artista deve agir, além de ligado ao intelectual, como parte ligada ao povo ativo. (BARDI, 1994, p. 11 apud GUIZZO, 2019 p. 23)

O processo de ressignificação do campo da Arquitetura e Urbanismo nos convida a repensar modos de projeto, propondo uma postura menos vertical, de cima-para-baixo, e mais transversal, autoral, participativa, coletiva, que convida o outro a construir seu próprio habitat sem desconsiderar a expressão dos habitantes na concepção do seu ambiente construído. Esta metamorfose da Arquitetura e Urbanismo é, também, transdisciplinar, uma vez que na interdisciplinaridade cada um continua sendo o mesmo.

[...] isso não é o mesmo que uma organização vertical do processo de projeto (especialista-habitante), tampouco horizontal (apenas habitantes ou apenas especialistas). Em uma participação transversal, os diferentes podem estar lado a lado (no sentido existencial e não físico) ou em uma

equidade sem que se tornem os mesmos. (GUIZZO, 2019, p. 24)

Geralmente, a figura do arquiteto-urbanista, ao abrir uma roda de conversa com diferentes atores, ainda está atrelada à detenção de poder e conhecimento, causando uma hierarquização mesmo que inconscientemente – não é um papel neutro, lado a lado. O detentor de conhecimento, poder, posturas habituais e termos técnicos, acaba por instaurar uma atitude de benevolência na prática de escuta do habitante, de forma hierárquica. A partir desta escuta, com as informações necessárias colhidas, o arquiteto-urbanista volta para seu habitat, projetando, ainda, com técnicas ocidentais que sobrepõem os modos de fazer tradicionais. A lógica de desenho, estruturada em outro contexto, já chega pronta, por isso é de difícil articulação com o território.

O caminho contrário, do arquiteto-urbanista que se neutraliza, sem questionar os anseios apontados em conversa de acordo com seus conhecimentos e projetando puramente os desejos do outro, também pode ser



Sam Earl  
AP #14, *Detalhes* 2022



Sam Earl  
AP #15, Morada 2022

arriscado – já que pode significar um projeto que, a longo prazo, apresente problemas para os próprios habitantes.

O modo de pensar e projetar Arquitetura e Urbanismo sem considerar saberes ancestrais geracionais, culturas e técnicas que são passadas de geração em geração acaba passando por demolições com o passar do tempo, já que não considera a dinâmica viva dos espaços. Seria uma maneira viva de construir, orgânica e regenerativa, nos moldes de nosso próprio corpo, em contraposição àquela que seria morta, fixada, sem abrir possibilidades para assertividade de um projeto que parte desses saberes.

Espaços devem ser, nessa lógica, pensados como seres vivos: com o passar do tempo, os espaços mudam, se transformam, necessitam de reparos. As demandas apontadas pelas comunidades, que hoje existem, podem não mais existir amanhã ou podem se transformar conforme passam por novas gerações. Os espaços construídos jamais cessam de ser feitos, refeitos, de forma orgânica e mutável.

É importante considerar, além da escuta do outro, seu conhecimento a priori da concepção projetual, dos usos, costumes, movimentos corporais da comunidade; um outro tipo de percepção: o questionamento do uso existente. Somado ao respeito ao território e tradições, questiona-se como isso pode ser melhorado, criando perspectivas imaginárias de um projeto que, além de estar ligado ao seu contexto, pode melhorá-lo; não limitando a comunidade a prender-se em seu próprio passado. Nesse sentido, “em vez de fixar a comunidade em um saber que ela já conhece de si mesma, talvez fosse preciso desenvolver um processo no qual a reforma do ambiente construído possa ser quase um pretexto para um reposicionamento da comunidade diante da Terra”. (GUIZZO, 2019, p. 100)

Além de seus valores propriamente ditos, a perda de saberes tradicionais também pode significar a perda de uma renda, de uma vida mais digna para aquelas comunidades. De acordo com Guizzo, Hassan Fathy, arquiteto egípcio, em seu livro *Construindo para o povo: arquitetura para po-*

*bres* (1980), relata que uma inteira comunidade rural vivia em condições de habitação precária porque perdeu, com o passar do tempo, a técnica ancestral de construir telhados com adobe, muito mais barata do que as onerosas coberturas com madeira que não conseguiam pagar.

A partir de Guizzo, ao resgatar esta tradição construtiva, Fathy pôde comprovar que as casas feitas inteiramente de adobe, exceto a fundação de pedra, custariam bem menos, podendo ser maiores, mais confortáveis, mais baratas, mesmo adicionando-se os custos dos serviços de um arquiteto-urbanista; além de oferecer vantagens, como a perfeita integração à paisagem, autonomia da comunidade para futuros reparos e ampliações e um conforto térmico maior.

Isso prova a importância de um processo projetual que leva em conta os corpos, o território e os movimentos ali existentes. Além disso, esse contexto coloca a Arquitetura e Urbanismo como narrativa de espaços outros, que afeta e é afetada pelas subjetividades. Traz a arquitetura para a relação solo-clima-ambiente-vida, na qual

emergiria “numa maneira maravilhosamente primitiva, a partir das mais espontâneas formas de arquitetura: a arquitetura rural” (BARDI, 2009, p. 115 apud GUIZZO, 2019, p. 102).

Alcançar um equilíbrio entre o ofício tecnicista do arquiteto-urbanista e as subjetividades que configuram um espaço e que não podem ser colocadas em medidas é um desafio que deve ser cada vez mais estimulado para um exercício mais humano da profissão, ainda que não haja uma resposta correta para os questionamentos levantados ao longo desse trabalho.

aprofundar

*comunidades ribeirinhas do Rio Grande*

*Todos os anos, as mulheres roçam esse pedaço de chão, limpam, adubam e plantam  
Aqui, nosso bem maior é o nosso rio, e ali é a nossa fonte de vida, nossa fonte de lazer  
Aqui, é onde nós sobrevivemos  
Plantamos nossa horta, é daqui que nós lutamos  
Somos todos ribeirinhos.*

*Pirá, ribeirinha do Sítio de Cima (2022)*







Sam Earl  
AP #16, *Horizonte* 2022



Comunicação: AATR  
IM #15, Agronegócio Estrondo 2018

Entende-se por povos e comunidades tradicionais,

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, n. p.)

Entre as comunidades tradicionais brasileiras estão os indígenas, quilombolas, extrativistas, ciganos; as comunidades de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, comunidades de fecho e fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, beiradeiros e muitos outros. O Brasil é vasto em extensão territorial, por isso também é rico em comunidades tradicionais diversas.

Na região Oeste da Bahia, ao observar os Cerrados contemporâneos, percebe-se que há, igualmente, uma pluralidade de comunidades: ribei-

rinhos, geraizeiros e/ou cerradeiros, sertanejos, quebradeiras de coco-babaçu, areeiros, vazanteiros ou barranqueiros e outros, além dos povos indígenas e quilombolas.

Como visto anteriormente (capítulo mergulhar, página 71), o território dessas comunidades implica dimensões não somente materiais, mas também simbólicas, onde estão impressos memórias, fatos históricos, práticas; um conhecimento profundo vivenciado todos os dias, inclusive da água, que molda a forma como habitam os ribeirinhos. Frequentemente, esses territórios ultrapassam as divisões político-administrativas, e por isso é importante respeitar a distribuição espacial tradicional dessas comunidades.

No Oeste da Bahia, diversas famílias vivem em comunidades tradicionais na zona rural, cuja principal característica é o uso compartilhado da terra para criar gado e para a agricultura de subsistência (plantio de mandioca, pomares, hortas), pesca e extrativismo de raízes. É comum encontrar em uma única unidade doméstica,

vários núcleos familiares, divididos entre avós, pais, filhos, netos. Trata-se de todo um modo de vida orientado por valores comunitários, culturais e ecológicos que se reproduzem há milhares de anos. Embora sejam os legítimos donos, a grande maioria das famílias camponesas das comunidades não possuem a garantia da posse e propriedade sobre os seus territórios, e isso também acontece nas comunidades ribeirinhas do Oeste da Bahia. A paisagem da região é dividida entre grandes fazendas, perímetros urbanos, áreas de preservação ambiental e comunidades.

A tradição da posse comum de terras ainda não é regularizada, sendo essas comunidades marcadas pela ausência de uma política efetiva de regularização fundiária. Esse fator contribui para o acirramento de conflitos externos nessas comunidades, que ainda valorizam muito a “palavra”, e têm aprendido, nos últimos anos, a importância e validade dos papéis. Para continuar re-existindo, as famílias têm enfrentado muitas ameaças, como a grilagem de terras

por fazendeiros, invasão de empresas do agronegócio, mineradoras e, mais recentemente, de pequenas centrais hidrelétricas em construção apoiadas pelo Estado.

Atualmente, graças à articulação coletiva e luta das comunidades tradicionais do Brasil e do mundo, há um conjunto de normativas jurídicas que defendem os direitos territoriais e os modos de vida desses povos por meio da Constituição Federal e/ ou das Convenções Internacionais, das quais o Brasil é signatário. Entretanto, observa-se que o Estado da Bahia, reproduzindo ciclos historicamente já constatados, tem sido ausente não só na regularização fundiária, mas também na garantia de terra, soberania alimentar, hídrica, cultural e socioambiental dessas comunidades. Portanto, apesar de existir uma garantia jurídica sobre esses territórios tradicionalmente ocupados, isto não tem sido colocado em prática; pelo contrário, essas comunidades vêm se descaracterizando ao longo do tempo por conta do movimento de expropriação e venda de terras para

chacareiros.<sup>20</sup>

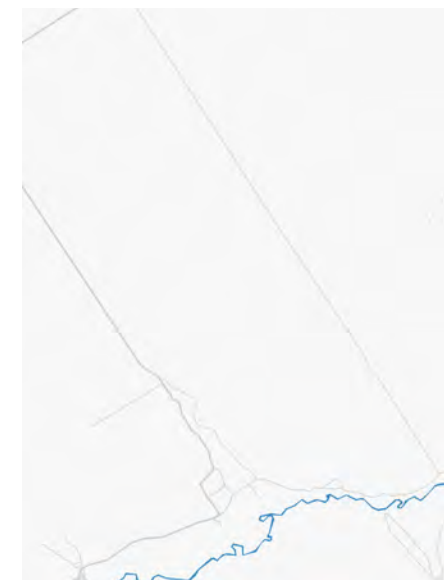
Devido à grande disponibilidade hídrica regional, a maior parte das comunidades tradicionais do Oeste da Bahia estabeleceram morada nas margens do Rio Grande. O Rio Grande nasce na serra Geral de Goiás, no município de São Desidério, e percorre 580 km até sua foz, no rio São Francisco, na cidade de Barra-BA. Sua bacia hidrográfica conta com área total de cerca de 75 mil km<sup>2</sup> e abrange 18 municípios. O Rio Grande corre na direção Sudoeste-Nordeste, e seus afluentes se encontram com ele fluindo pela direção Oeste-Leste. Os rios Preto, Branco, Rio de Ondas e Rio das Fêmeas têm suas nascentes espalhadas pelo Oeste e desaguam no Rio Grande. Isso evidencia a importância da preservação desde as nascentes até o curso d'água e a interdependência desses elementos, bem como a importância das comunidades como guardiãs dessas águas.

Não cabe a este trabalho nominar to-

<sup>20</sup> Chacareiros são pessoas que compram terrenos beira-rio para construção de chácaras, geralmente destinadas à atividade privativa de lazer.

das as comunidades existentes nessa região, até porque a construção e o reconhecimento formal de suas identidades e territórios encontram-se em processo ainda muito incipiente. Essas comunidades possuem práticas tradicionais específicas, vínculos territoriais e de parentesco, lutas políticas pela recuperação de territórios ou pela manutenção de seus modos de vida; luta pela ampliação e efetivação dos seus direitos (FILHO; MENDES, 2014, p. 15). Todos são ligados por esse elemento que também é vida: as águas do Rio Grande, que atravessa tanto a zona rural como os perímetros urbanos existentes das cidades circunvizinhas.

As mulheres do Barreiro, Manoel de Souza, Palmeiral e Sítio de Cima têm papel ímpar nessa luta, onde dividem a atividade de plantio, manutenção da casa, quebra do coco-babaçu, pesca, produção de farinha, rapadura, sabão, com a educação dos filhos, participação em audiências públicas, encontros, visitas a câmaras municipais em defesa do território e pelas águas do Rio Grande.



Manoel de Souza



Sítio de Cima



Sítio Grande



Elaboração autoral  
IM #16, Comunidades ribeirinhas interlocutoras 2022  
Sem escala



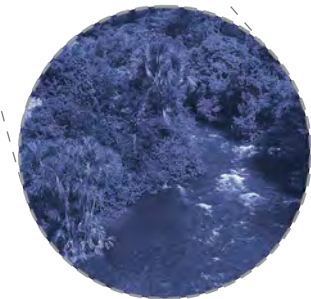
Palmeiral



Barreiro



São Desidério



Rio Grande



Sam Earl  
AP #17, *Chacareiros* 2022

Todas as comunidades citadas ficam localizadas na porção do Rio Grande que corta a região de São Desidério. Nela, podem ser encontradas marcas de povos que viveram ali há gerações, sendo encontradas evidências de épocas Pleistocênica e Holocênica (RIGONATO, 2017, p. 91). A presença humana, com o passar do tempo, foi importante para a flora do Cerrado, pois ali viviam humanos coletores e dispersores. A alternância das épocas de seca e de chuva, junto às águas e ações do vento, resultou na presença de formações rochosas nessa região, que parecem terem sido esculpidas. A configuração climática da região foi decisiva para o estabelecimento das comunidades, atraídos pela disponibilidade das águas.

Estudos revelam que a região oeste na pré história era habitada por tribos indígenas. A descoberta de sítios arqueológicos, urnas funerárias e pinturas rupestres que ainda hoje podem ser encontradas em grutas de São Desidério atestam indícios de vida humana na época das cavernas. (BRASIL, 2016 p. 1)

Todavia, a disponibilidade das águas, atualmente, não tem sido mais a mesma. O nível das águas do Rio Grande mudou substancialmente de dez anos para cá. Essas comunidades, marcadas pela construção de canais fluviais para irrigação de seus plantios, testemunham a baixa no nível do rio e, conseqüentemente, a seca desses regos, tão importantes para agricultura familiar.

As primeiras a observarem a mudança da cor, vazão e pureza do Rio Grande são as mulheres habitantes dessas comunidades, e que, até pouco tempo, ainda buscavam baldes de água no rio para abastecerem suas casas e lavavam suas roupas no próprio curso d'água.

Atribui-se a recente seca dos canais a prática da atividade agrícola na região, que se utiliza de pivôs para irrigação das grandes monoculturas, como visto anteriormente. A tecnologia relacionada à economia de água pelos pivôs mais modernos vem crescendo, mas não se prova ainda suficiente para deixar de ser uma ameaça aos rios, e muito menos devolver

à bacia do Rio Grande a mesma quantidade de água encontrada pelas comunidades quando estabeleceram ali suas práticas e tradições. Além da luta contra as forças de um agronegócio ainda devastador, as comunidades lutam, ainda, contra a instalação já em curso de uma Pequena Central Hidrelétrica.





*Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia*





Movimento dos Atingidos por Barragens, autor desconhecido  
IM #17, Sem título 2021



Movimento dos Atingidos por Barragens, autor desconhecido  
IM #18, Sem título 2021

## As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

são usinas de tamanho e potência reduzidas. Foram criadas como uma alternativa de pouco impacto ambiental e fonte limpa de geração de energia elétrica. Esses empreendimentos têm, obrigatoriamente, entre 5 e 50 megawatts (MW) de potência e devem ter menos de 13 km<sup>2</sup> de área de reservatório. Contudo, um estudo apresentado em artigo da revista Forbes mostra que as pequenas centrais hidrelétricas, na verdade, “têm um impacto maior por megawatt do que os grandes projetos hidrelétricos” (OPPERMAN, 2018, n. p.). Esses impactos podem variar em escala, mas, em sua maioria, trazem efeitos ambientais, sociais e econômicos negativos.

Ainda que fosse somada toda energia produzida por PCHs previstas no país – somente no Oeste da Bahia são 49 unidades –, a energia gerada seria insignificante quando comparadas com outras fontes de energia locais, como as fazendas de energia solar. A assimetria entre os benefícios e prejuízos é muito relevante, deixando às PCHs um rastro de conflito por onde

vão sendo instaladas. No Pantanal, por exemplo, foi comprovado que a consolidação das pequenas centrais hidrelétricas previstas para a região impediria a migração de peixes, afetando a atividade de pesca e podendo ser responsável pela extinção de espécies.

[...] da China ao Brasil e países dos Bálcãs, vários países aprovaram políticas que reduzem a necessidade de planejamento e regulação para PCHs, muitas vezes dentro de programas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Embora as PCHs não inundem vales inteiros, como costumam fazer as grandes represas hidrelétricas, elas fragmentam os cursos de água, impedem ou no mínimo dificultam a migração dos peixes rio acima e desviam a maior parte da água dos canais principais para as casas de força, deixando longos trechos com fluxo drasticamente reduzido durante a maior parte do ano. Isso sem falar da degradação estética da paisagem. Estudos feitos na Noruega, na Espanha e na China, concluíram que as PCHs têm um impacto maior por megawatt do que os grandes projetos hidrelétricos. No exemplo da bacia do rio Douro, na Espanha, projetos hidrelétricos com menos de 10 MW causam quase

1/3 dos impactos hidrelétricos na bacia, enquanto produzem apenas 7% do total de energia gerada. Além disso, as 140 PCHs ali existentes criaram sete vezes mais barreiras (para, por exemplo, a movimentação de peixes) do que as 17 grandes [hidrelétricas], para gerar uma energia 15% mais cara e menos flexível para o atendimento da demanda da rede. (O texto da Forbes, traduzido por ClimaInfo, 2018, n. p.)

Na mesma medida que países como os Estados Unidos têm diminuído, nos últimos anos, a construção de hidrelétricas e criado projetos para remoção de barragens, o Brasil flexibiliza a concessão de licenças ambientais para pequenas centrais hidrelétricas. Nos estudos de impacto ambiental realizados para construção de uma PCH não são considerados o desmatamento, perda de biodiversidade, deslocamento de milhares de pessoas – que, muitas vezes, deixam as margens dos rios para habitar as margens das cidades –, além das mudanças climáticas que resultam dessa diminuição de oferta da água. Por esse motivo, barragens estão sendo mais removidas do que construídas



Alessandro della Valle  
IM #19, *Keystone*, sem data

em continentes como América do Norte e Europa.

O custo atrelado à remoção das hidrelétricas após sua vida útil também não é levado em consideração. É um alto custo, que por muitas vezes pode inviabilizar os projetos. Nesse sentido, cerca de 800 represas foram removidas nos últimos 30 anos nos Estados Unidos. Os objetivos da remoção são vários: restaurar o fluxo dos rios para a fauna aquática, possibilitar o reacúmulo de sedimentos e o fluxo de nutrientes ou eliminar riscos à segurança.

A energia gerada por essas pequenas centrais hidrelétricas não costuma beneficiar as comunidades diretamente afetadas pela sua construção, sendo jogada diretamente para uma rede nacional e distribuída pelo o país. Observa-se que ainda com o acréscimo de pequenas centrais hidrelétricas no cenário nacional, o Brasil continua a enfrentar constantes aumentos no preço de energia, contrariando o discurso de quanto maior a oferta de energia, menor seu custo para as famílias brasileiras.

Apesar destes fatos, foi construída a primeira pequena central hidrelétrica da região Oeste da Bahia, chamada Pequena Central Hidrelétrica Sítio Grande. Anunciada em 2007 pelo grupo Neenergia, empresa responsável pela construção da PCH, localizada no Rio das Fêmeas, na altura de São Desidério, foi recebida pelos moradores das comunidades de forma negativa, mas, apesar disso, não foram ouvidos. À época, ao tomarem conhecimento da possibilidade de implantação de uma segunda PCH, a Santa Luzia, ribeirinhos escreveram uma carta anunciando motivos pelos quais não aprovam a construção de PCHs:

- (01) Aqui é nosso lugar, foi aqui que nossos antepassados nasceram. Portanto, não queremos perder nossas terras;
- (02) A água é fonte de vida, não pode ser privatizada;
- (03) Nossa cultura é um bem precioso, não pode ser destruída;
- (04) Nossas famílias serão desagregadas;
- (05) Nosso atrativo turístico Paredão

- Deus Me Livre ficará comprometido;
- (06) A Piracema não pode ser comprometida, com os obstáculos no seu percurso;
- (07) A pesca artesanal será afetada;
- (08) Seremos expulsos de nossas casas para morar nas periferias das cidades (São Desidério, Barreiras, Brasília ou até Goiânia);
- (09) Sem a terra não teremos de onde retirar nossa sobrevivência;
- (10) O lucro da comercialização da energia será para as empresas e as comunidades ficarão sem nada;
- (11) A energia produzida não será para beneficiar as comunidades (pois até hoje não temos energia elétrica no Sítio de Cima, Barreiro e Jatobá);
- (12) O Sítio do Rio Grande, segundo o pessoal da PRISMA ENGENHARIA LTDA, é área de RISCO, podendo sumir do mapa a qualquer momento;
- (13) Há muitos casos de barragens/PCHs que estouraram: é o caso de Alagoa Grande/PB e recentemente Barragem de Algodão/PI; o povoado de Sítio de Cima e o Distrito de Sítio do Rio Grande podem ser os próximos;
- (14) O Rio Grande representa para nós a vida, o bem estar de todos, com seus recursos naturais e sua beleza; ele representa, sobretudo, a sobrevivência

de seu povo com cultura, crenças, costumes, liberdade e tradições. (MAPA DE CONFLITOS, 2010, n. p.)

Mesmo com esse movimento, a obra da PCH Sítio Grande foi finalizada. Técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA verificaram que as operações da Neoenergia, contrariando recomendação do Instituto de Meio Ambiente da Bahia (IMA), teriam provocado o rebaixamento de 60 centímetros no nível da água do Rio Grande, na altura de Barreiras, devido ao barramento de até 80% das águas do Rio das Fêmeas nas primeiras 48 horas após o início do enchimento do reservatório da PCH Sítio Grande. O grupo foi multado, mas continuou construindo a PCH, que, apesar de ter sido responsável pela baixa do nível do Rio das Fêmeas, hoje já está consolidada.

A somatória desse empreendimento com a Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia tem sido alarmante para as comunidades tradicionais ribeirinhas diretamente afetadas, que temem ainda novas liberações

de licenças ambientais nos próximos anos. A PCH Santa Luzia, realizada pelo grupo pernambucano Ara Empreendimentos e pela empresa britânica Contourglobal, prevê retirar, num trecho de oito quilômetros, 80% das águas do Rio Grande, criando um novo curso d'água que terminaria nas turbinas da sua casa de força. O trecho seco gerado pela PCH Santa Luzia será sete vezes maior que o trecho seco gerado pela PCH Sítio Grande (um quilômetro), provocando cheias (enchentes) e rebaixamentos (secas) inesperados.

A barragem prevê um largo de 10 hectares, um barramento de 6 metros de altura e o secamento do Rio Grande nas comunidades de Manoel de Souza e Beira Rio, que, conseqüentemente, perderão o trecho do rio que corta seus territórios, perdendo, também, sua fonte de sustento e de lazer – como beber, cozinhar, lavar roupa e tomar banho. Moradores denunciam que não foi feito nenhum tipo de acordo entre a empresa e habitantes que recusaram vender ou ser indenizados por sua

terra, e se queixam de receberem ameaças diárias de funcionários da empresa em seu próprio terreno. Os moradores argumentam que a maior demanda energética hoje no Oeste da Bahia provém das agroindústrias, que, por si só, já comprometem e usam as águas fluviais disponíveis na região para irrigação. A instalação de pequenas centrais hidrelétricas agrava esse fator e contribui para a maior exploração dessas águas, criando um sistema quase que contraditório: das águas é retirada a energia que alimenta outros equipamentos, mas que, por sua vez, comprometerão os níveis dessas mesmas águas.

O empreendimento teve licença de implantação autorizada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), órgão responsável por licenciamentos ambientais em nível nacional, através da Portaria nº 17.563, de 20 de dezembro de 2018; mas os moradores das comunidades só tomaram conhecimento dos documentos em meados de 2019. Em 2020, as comunidades acionaram a Procuradoria Regional Ambiental do



Junior Petar  
IM #20, Sem título 2018

o nível das águas do Rio Grande reduzirá em 80% neste trecho  
novo nível das águas do Rio Grande: 20% do total atual

8 km

início da PCH

• Manoel de Souza

Ponte de acesso  
para comunidade

fim da PCH

• Palmeiral

Elaboração autoral  
IM #21, Esquema da PCH Santa Luzia 2022  
Sem escala





Ministério Público Estadual (MPE), denunciando a ARA Geração de Energia e o INEMA, elencando irregularidades no processo de licenciamento e apontando os impactos socioambientais que a PCH Santa Luzia pode causar. A partir disso, foi feita uma alteração do projeto da PCH, devido ao aprofundamento de estudos estruturais, contudo, a PCH foi posteriormente aprovada. Afirma-se, ainda, que houve uma flexibilização nessa licença, uma vez que técnicos da empresa que realizaram os estudos na época não encontraram viabilidade de localização do empreendimento por conta da estrutura do solo.

Questiona-se, também, se o projeto seria de fato benéfico em relação à quantidade de energia gerada, uma vez que a implantação de usinas de energia solar previstas para região produz cerca de dez vezes mais energia do que as pequenas centrais hidrelétricas, sendo instaladas em áreas já desertificadas e sem comprometer o curso original dos rios e as comunidades tradicionais ribeirinhas que dele dependem.

Neste ínterim, as obras da PCH Santa Luzia continuam aceleradas. Houve manifestações contra o empreendimento em 2021, reuniões organizadas pela agência 10envolvimento e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), cartas, denúncias; contudo, essas vozes foram silenciadas e o conflito, ironicamente apagado pelas “grandes luzes” (DIDI-HUBERMAN, 2009) do capital privado que, com seus holofotes, tentam ofuscar modos de vida tradicionais. Teme-se, por parte dos moradores, um futuro no qual a PCH vire uma realidade, ao mesmo tempo em que se sonha que o empreendimento se inviabilize por si só.



*pegar com as mãos*





Sam Earl  
AP #18, *Roda de conversa* 2022

Tendo em vista a importância da atividade de campo

para uma compreensão que transcende a teoria por meio do corpo imbricado do local, de um caminhar que se apropria da topografia e de uma postura antropológica que abre espaço para maneiras outras de interpretar, ouvir e sentir o território, foram estabelecidas táticas de aproximação que culminariam no trabalho de campo realizado neste trabalho. Apropriando-se da definição de Alesia de Biase, consideramos que

a postura antropológica é intimamente ligada à maneira de se perguntar incansavelmente sobre a realidade que está na nossa frente e, por isso, o detalhe ganha significado. Por isso eu defendo que os arquitetos e urbanistas podem ter uma postura antropológica, se quiserem, no sentido de se abrir para a possibilidade de ver que o mesmo lugar, se temos que falar de espaço, pode ser interpretado, visto e sentido de maneiras outras, e que essas maneiras outras participam da construção desse lugar, e essas outras

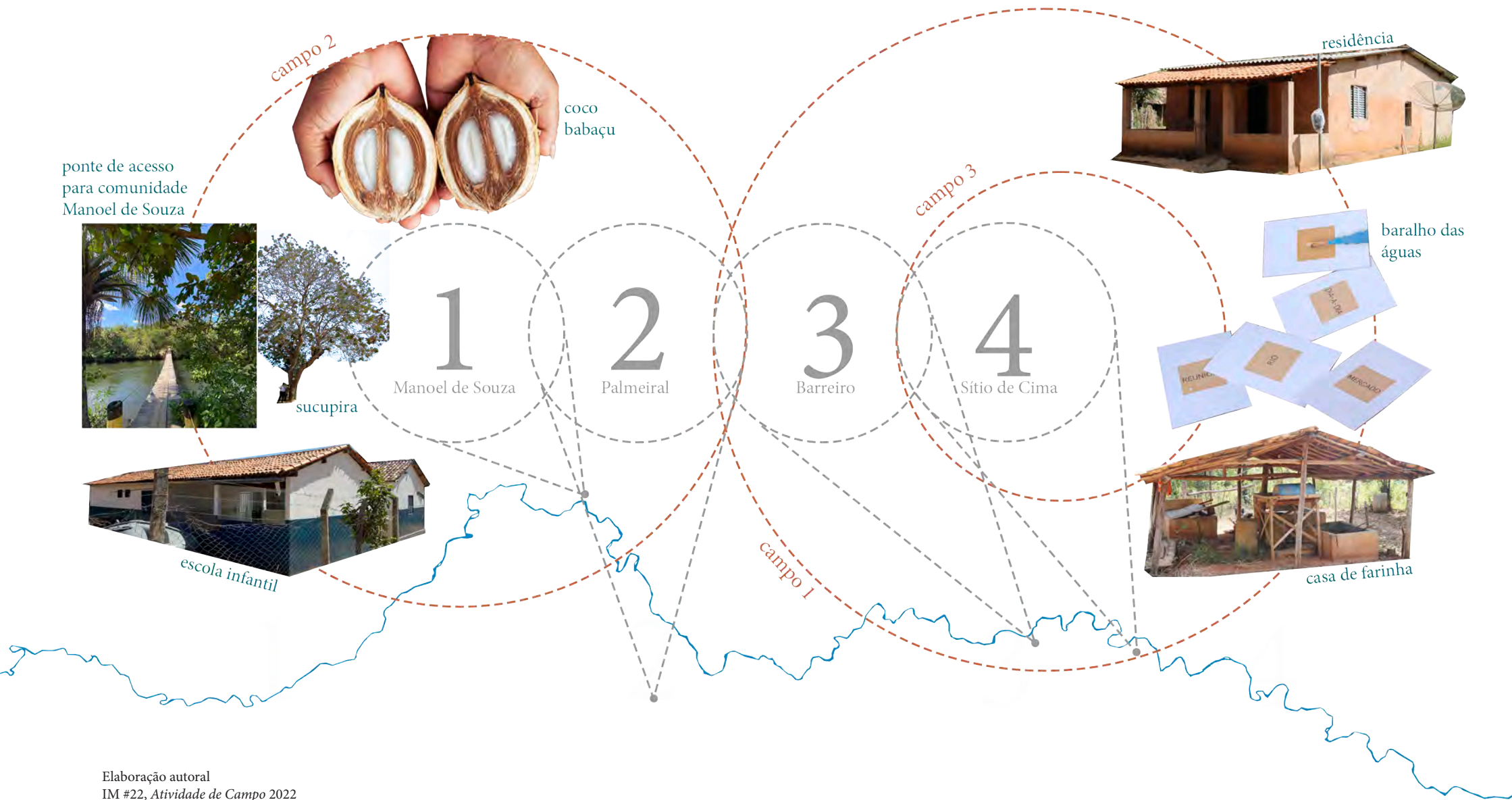
maneiras controem [sic] também a nossa maneira de olhar a cidade. A postura é o modo como nós podemos compreender as maneiras dos outros olharem a cidade, por exemplo. (BIA-SE, 2012, p. 13-14)

A atividade de campo desse trabalho aflorou de um desvio feito a partir de uma conversa com a engenheira sanitarista e ambiental Amanda Souza, que trabalha para agência 10envolvimento. Por intermédio dela, surgiu o conhecimento de comunidades ribeirinhas em São Desidério que lutavam pelas águas, e essa luta seria, sobretudo, conduzida por mulheres. Mulheres que re-existem em meio a ameaças externas e batalham pelo direito às águas do Rio Grande, que será desviada e reduzida com a implantação da Pequena Central Hidrelétrica Santa Luzia. Ribeirinhas que plantam, quebram o coco-baça, cuidam de suas crianças e

ascendentes. Mulheres que, até pouco tempo, carregavam baldes de água do rio para abastecerem suas casas e que tiram seu alimento da terra irrigada por esse elemento hídrico.

Por meio do contato com a agência 10envolvimento, e respeitando o tempo e espaço das ribeirinhas, bem como a agenda da agência, o campo se deu em três momentos: o primeiro encontro, em abril, e os dois seguintes, em maio. Após cada momento de atividade de campo, foram registradas em um caderno de campo as interlocuções realizadas com as mulheres ribeirinhas, que preferiram permanecer em anonimato quando da redação deste trabalho.<sup>21</sup> A seguir, compartilho trechos do caderno de campo, no intuito de aprofundar as experiências vividas para o leitor.

<sup>21</sup> Foram adotados pseudônimos com nomes de peixes típicos do Rio São Francisco com o objetivo de preservar a identidade dessas mulheres interlocutoras.

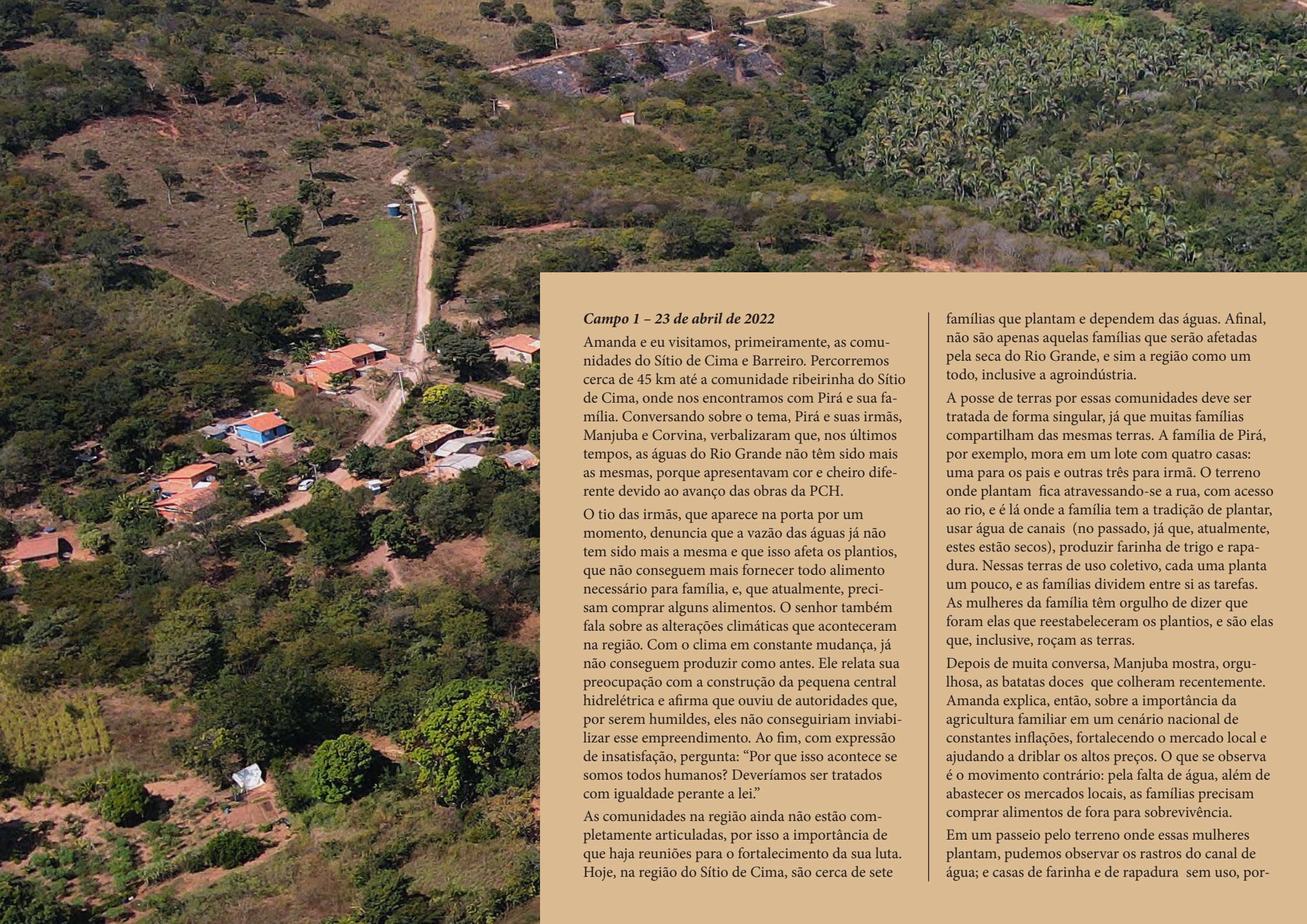


Sam Earl  
AP #19, Imensidão 2022









### *Campo 1 – 23 de abril de 2022*

Amanda e eu visitamos, primeiramente, as comunidades do Sítio de Cima e Barreiro. Percorremos cerca de 45 km até a comunidade ribeirinha do Sítio de Cima, onde nos encontramos com Pirá e sua família. Conversando sobre o tema, Pirá e suas irmãs, Manjuba e Corvina, verbalizaram que, nos últimos tempos, as águas do Rio Grande não têm sido mais as mesmas, porque apresentavam cor e cheiro diferente devido ao avanço das obras da PCH.

O tio das irmãs, que aparece na porta por um momento, denuncia que a vazão das águas já não tem sido mais a mesma e que isso afeta os plantios, que não conseguem mais fornecer todo alimento necessário para família, e, que atualmente, precisam comprar alguns alimentos. O senhor também fala sobre as alterações climáticas que aconteceram na região. Com o clima em constante mudança, já não conseguem produzir como antes. Ele relata sua preocupação com a construção da pequena central hidrelétrica e afirma que ouviu de autoridades que, por serem humildes, eles não conseguiriam inviabilizar esse empreendimento. Ao fim, com expressão de insatisfação, pergunta: “Por que isso acontece se somos todos humanos? Deveríamos ser tratados com igualdade perante a lei.”

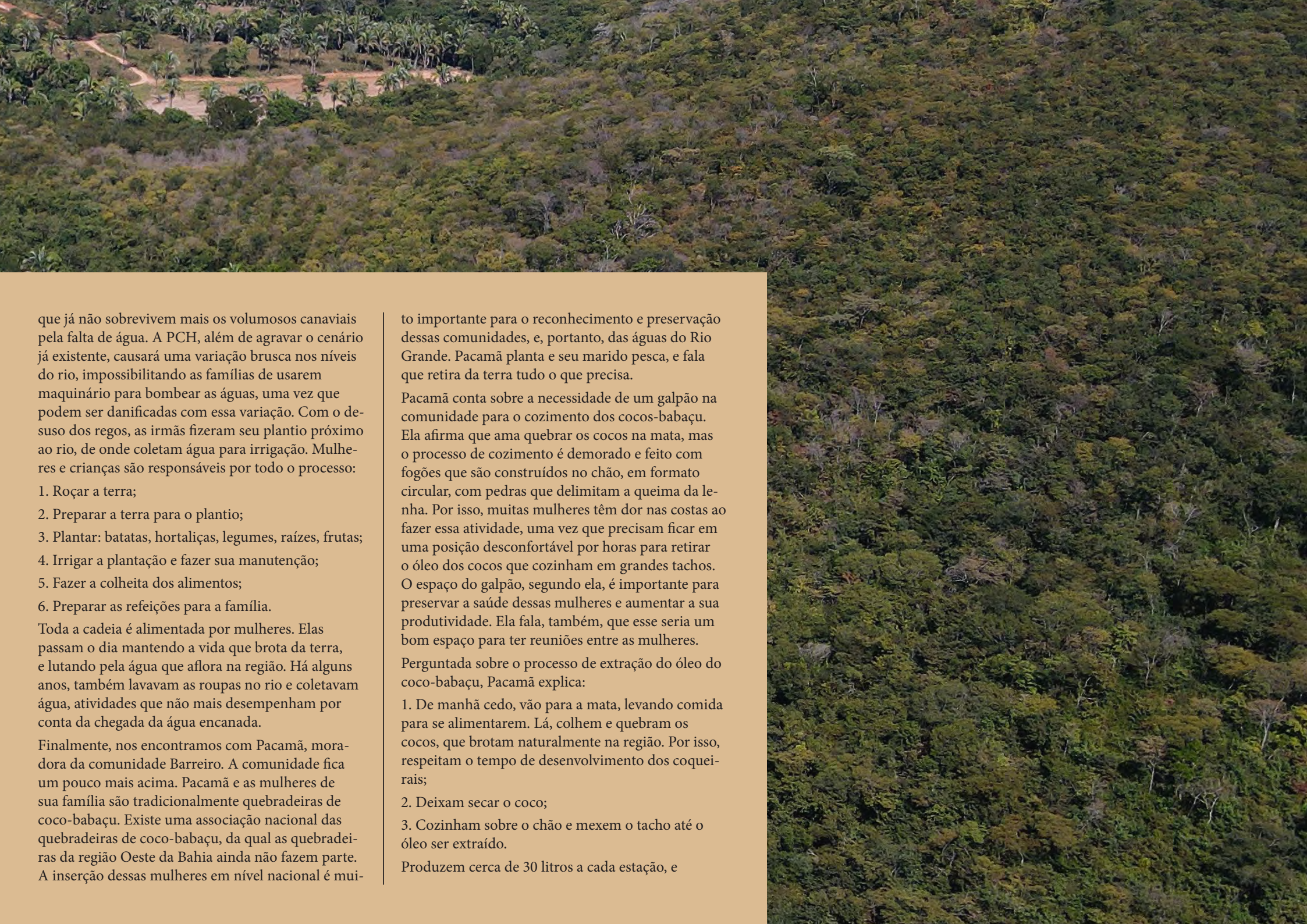
As comunidades na região ainda não estão completamente articuladas, por isso a importância de que haja reuniões para o fortalecimento da sua luta. Hoje, na região do Sítio de Cima, são cerca de sete

famílias que plantam e dependem das águas. Afinal, não são apenas aquelas famílias que serão afetadas pela seca do Rio Grande, e sim a região como um todo, inclusive a agroindústria.

A posse de terras por essas comunidades deve ser tratada de forma singular, já que muitas famílias compartilham das mesmas terras. A família de Pirá, por exemplo, mora em um lote com quatro casas: uma para os pais e outras três para irmã. O terreno onde plantam fica atravessando-se a rua, com acesso ao rio, e é lá onde a família tem a tradição de plantar, usar água de canais (no passado, já que, atualmente, estes estão secos), produzir farinha de trigo e rapadura. Nessas terras de uso coletivo, cada uma planta um pouco, e as famílias dividem entre si as tarefas. As mulheres da família têm orgulho de dizer que foram elas que reestabeleceram os plantios, e são elas que, inclusive, roçam as terras.

Depois de muita conversa, Manjuba mostra, orgulhosa, as batatas doces que colheram recentemente. Amanda explica, então, sobre a importância da agricultura familiar em um cenário nacional de constantes inflações, fortalecendo o mercado local e ajudando a driblar os altos preços. O que se observa é o movimento contrário: pela falta de água, além de abastecer os mercados locais, as famílias precisam comprar alimentos de fora para sobrevivência.

Em um passeio pelo terreno onde essas mulheres plantam, pudemos observar os rastros do canal de água; e casas de farinha e de rapadura sem uso, por-



que já não sobrevivem mais os volumosos canaviais pela falta de água. A PCH, além de agravar o cenário já existente, causará uma variação brusca nos níveis do rio, impossibilitando as famílias de usarem maquinário para bombear as águas, uma vez que podem ser danificadas com essa variação. Com o desuso dos regos, as irmãs fizeram seu plantio próximo ao rio, de onde coletam água para irrigação. Mulheres e crianças são responsáveis por todo o processo:

1. Roçar a terra;
2. Preparar a terra para o plantio;
3. Plantar: batatas, hortaliças, legumes, raízes, frutas;
4. Irrigar a plantação e fazer sua manutenção;
5. Fazer a colheita dos alimentos;
6. Preparar as refeições para a família.

Toda a cadeia é alimentada por mulheres. Elas passam o dia mantendo a vida que brota da terra, e lutando pela água que aflora na região. Há alguns anos, também lavavam as roupas no rio e coletavam água, atividades que não mais desempenham por conta da chegada da água encanada.

Finalmente, nos encontramos com Pacamã, moradora da comunidade Barreiro. A comunidade fica um pouco mais acima. Pacamã e as mulheres de sua família são tradicionalmente quebradeiras de coco-babaçu. Existe uma associação nacional das quebradeiras de coco-babaçu, da qual as quebradeiras da região Oeste da Bahia ainda não fazem parte. A inserção dessas mulheres em nível nacional é mui-

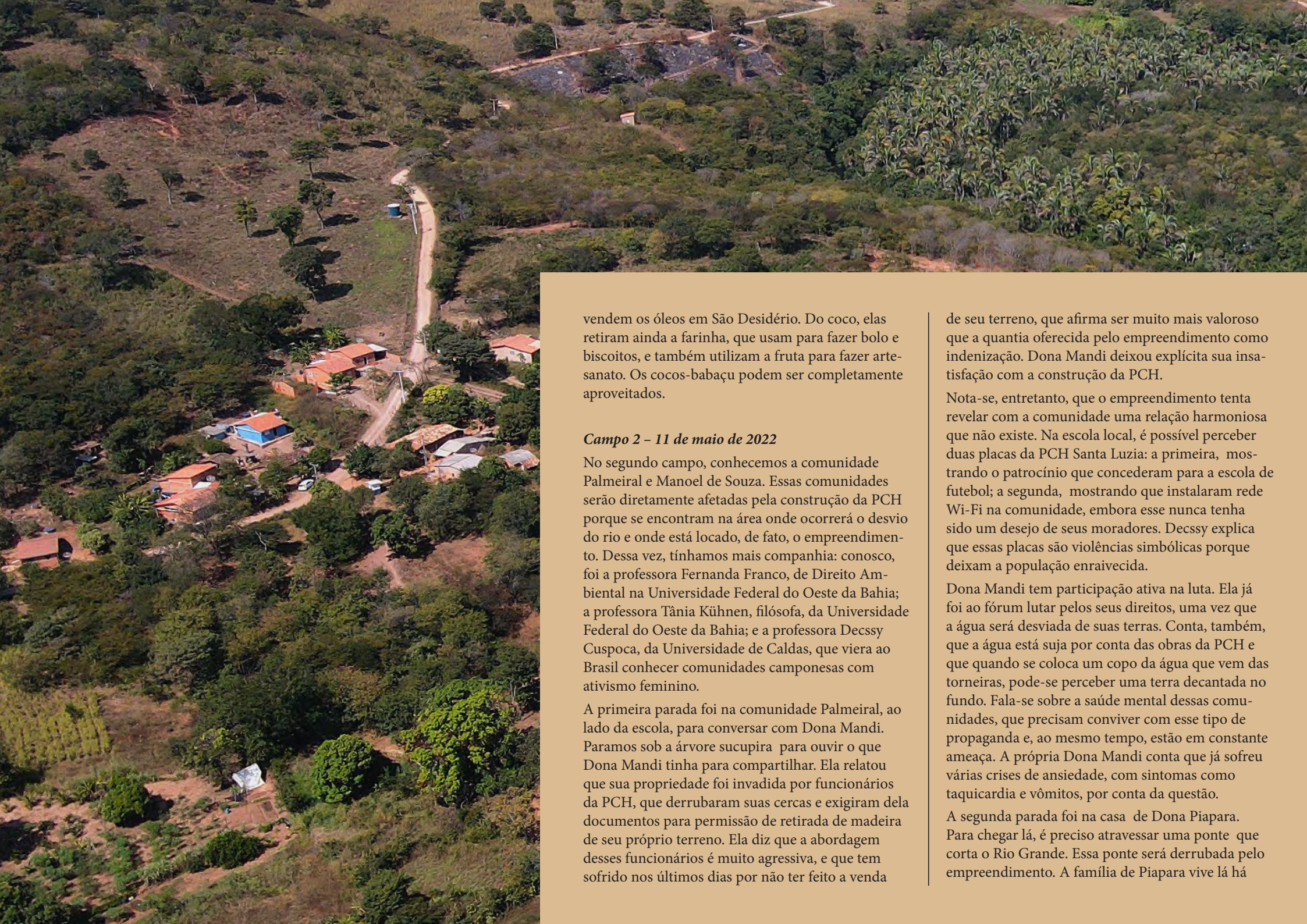
to importante para o reconhecimento e preservação dessas comunidades, e, portanto, das águas do Rio Grande. Pacamã planta e seu marido pesca, e fala que retira da terra tudo o que precisa.

Pacamã conta sobre a necessidade de um galpão na comunidade para o cozimento dos cocos-babaçu. Ela afirma que ama quebrar os cocos na mata, mas o processo de cozimento é demorado e feito com fogões que são construídos no chão, em formato circular, com pedras que delimitam a queima da lenha. Por isso, muitas mulheres têm dor nas costas ao fazer essa atividade, uma vez que precisam ficar em uma posição desconfortável por horas para retirar o óleo dos cocos que cozinham em grandes tachos. O espaço do galpão, segundo ela, é importante para preservar a saúde dessas mulheres e aumentar a sua produtividade. Ela fala, também, que esse seria um bom espaço para ter reuniões entre as mulheres.

Perguntada sobre o processo de extração do óleo do coco-babaçu, Pacamã explica:

1. De manhã cedo, vão para a mata, levando comida para se alimentarem. Lá, colhem e quebram os cocos, que brotam naturalmente na região. Por isso, respeitam o tempo de desenvolvimento dos coqueirais;
2. Deixam secar o coco;
3. Cozinham sobre o chão e mexem o tacho até o óleo ser extraído.

Produzem cerca de 30 litros a cada estação, e



vendem os óleos em São Desidério. Do coco, elas retiram ainda a farinha, que usam para fazer bolo e biscoitos, e também utilizam a fruta para fazer artesanato. Os cocos-babaçu podem ser completamente aproveitados.

#### ***Campo 2 – 11 de maio de 2022***

No segundo campo, conhecemos a comunidade Palmeiral e Manoel de Souza. Essas comunidades serão diretamente afetadas pela construção da PCH porque se encontram na área onde ocorrerá o desvio do rio e onde está locado, de fato, o empreendimento. Dessa vez, tínhamos mais companhia: conosco, foi a professora Fernanda Franco, de Direito Ambiental na Universidade Federal do Oeste da Bahia; a professora Tânia Kühnen, filósofa, da Universidade Federal do Oeste da Bahia; e a professora Decssy Cuspoca, da Universidade de Caldas, que viera ao Brasil conhecer comunidades camponesas com ativismo feminino.


A primeira parada foi na comunidade Palmeiral, ao lado da escola, para conversar com Dona Mandi. Paramos sob a árvore sucupira para ouvir o que Dona Mandi tinha para compartilhar. Ela relatou que sua propriedade foi invadida por funcionários da PCH, que derrubaram suas cercas e exigiram dela documentos para permissão de retirada de madeira de seu próprio terreno. Ela diz que a abordagem desses funcionários é muito agressiva, e que tem sofrido nos últimos dias por não ter feito a venda

de seu terreno, que afirma ser muito mais valioso que a quantia oferecida pelo empreendimento como indenização. Dona Mandi deixou explícita sua insatisfação com a construção da PCH.

Nota-se, entretanto, que o empreendimento tenta revelar com a comunidade uma relação harmoniosa que não existe. Na escola local, é possível perceber duas placas da PCH Santa Luzia: a primeira, mostrando o patrocínio que concederam para a escola de futebol; a segunda, mostrando que instalaram rede Wi-Fi na comunidade, embora esse nunca tenha sido um desejo de seus moradores. Decssy explica que essas placas são violências simbólicas porque deixam a população enraivecida.

Dona Mandi tem participação ativa na luta. Ela já foi ao fórum lutar pelos seus direitos, uma vez que a água será desviada de suas terras. Conta, também, que a água está suja por conta das obras da PCH e que quando se coloca um copo da água que vem das torneiras, pode-se perceber uma terra decantada no fundo. Fala-se sobre a saúde mental dessas comunidades, que precisam conviver com esse tipo de propaganda e, ao mesmo tempo, estão em constante ameaça. A própria Dona Mandi conta que já sofreu várias crises de ansiedade, com sintomas como taquicardia e vômitos, por conta da questão.

A segunda parada foi na casa de Dona Piapara. Para chegar lá, é preciso atravessar uma ponte que corta o Rio Grande. Essa ponte será derrubada pelo empreendimento. A família de Piapara vive lá há



gerações, e ela já está criando seus bisnetos. O rio também será desviado de sua morada. Dona Piapara explica que a empresa nunca visitou a comunidade para ouvi-los, sendo esta constituída por cerca de quinze famílias. Seguimos para casa de Agassiz, que nos relatou que a construção da PCH a incomoda muito. A pouca água que sobrar no local ficará alterada por conta da obra, e não poderão utilizá-la. Agassiz explica, também, que ali não existe poço artesiano porque seria muito caro para instalar.

Nos reunimos todos novamente na casa de Dona Piapara. Amanda afirma que as mulheres têm um papel muito ativo na luta contra a PCH. São várias comunidades que serão afetadas com o empreendimento: Julião, Palmeiral, Beira Rio, Barreiro, Coqueirinho, Sítio de Cima, Sítio Grande, Embalsador, Morrão. Existem famílias que, ainda que não vivam à beira do rio, têm seus roçados/ plantios ali, e por isso são diretamente impactadas. Os contratos de venda de terras realizados na região foram feitos “de boca”, como chamam, pois muitos moradores locais não sabem ler. As comunidades vivem sob intimidação e ameaças.

### ***Campo 3 – 22 de maio de 2022***

Para esse campo foi aplicada a metodologia do jogo de cartas (ver página 138, a seguir). Com base nas palavras que mais me chamaram atenção no primeiro campo, foi criado um jogo de cartas que pudesse resultar em um possível programa de necessidades

especiais para o galpão mencionado no campo 2. Foi organizada uma roda de conversa entre mulheres, na prainha, espaço de lazer para as ribeirinhas e seus filhos. Pirá mostrou a todos, novamente, a casa de farinha, a casa de rapadura, e contou que tem memória de quando os canais eram tão cheios que podiam tomar banho ali. Explicou, também, que este ano não será possível plantar cana, pois o clima está muito seco, e a cana só dá em anos chuvosos. Ela conta, também, que os canaviais eram possíveis por conta da disponibilidade de água que tinham com os canais. Seguindo em direção ao rio, Pirá nos mostra, novamente, seu plantio. Já era perceptível a evolução das plantas desde o campo anterior; agora encontramos um cenário todo verde.

Na prainha, formada por um banco de areia que reduz a profundidade do rio naquela área, esticamos alguns tecidos no chão, sentamos e começamos a conversa. As crianças nos acompanharam por todo o tempo. Começamos tirando as cartas. A primeira foi a carta “mercado”, e Pirá, a primeira interlocutora no jogo, explicou que, atualmente, elas dependem do mercado para fazerem compras. Contou que as irmãs vão a pé até o Sítio Grande, e de lá pegam ônibus para São Desidério, onde fazem as compras do mês. Por não conseguirem plantar com a redução das águas do rio, elas mantêm essa dependência com núcleos urbanos. Com isso, pude perceber o quão é difícil o deslocamento dessas mulheres e a falta de apoio do governo para facilitá-los.



Sobre a construção da PCH Santa Luzia, todas as mulheres relataram estar muito desesperançosas quanto a sua inviabilização. Elas contam que as obras já estão muito avançadas e que seria difícil tal embargo. Apesar disso, compartilharam seus sentimentos de uma luta que continua, minimizando, assim, os impactos que poderiam ser ainda maiores para o Rio Grande. Falamos sobre a importância de a luta ganhar força e não permitir que futuros projetos de PCHs sejam instalados na região.

Para explicar sobre esses acessos, Pirá desenha um mapa no papel sobre o chão localizando as comunidades afetadas e sua posição em relação ao Rio Grande. Ela desenha a ponte que dá acesso às comunidades de Palmeiral e Manoel de Souza e desenha, também, para onde o rio será desviado e comenta como essas comunidades ficarão isoladas se não for prevista outra ponte.

Corvina foi a próxima a pegar a carta. A carta tirada foi “reuniões”, e Corvina nos conta que as comunidades não são completamente articuladas para realizarem reuniões periódicas. Geralmente, participam de reuniões promovidas pelas associações que apoiam as comunidades, e essas reuniões são feitas debaixo de alguma sombra disponível.


Por último, Manjuba tira a carta “dia a dia”, e o adjetiva como muito corrido, no qual as mulheres dali vivem para o plantio, para cuidar das crianças e para a manutenção da casa. Não possuem outro lazer que não seja o rio. Ela conta que o momento de lazer

delas é quando estão fazendo farinha ou rapadura, porque as mulheres se reúnem, ligam o som, conversam sobre tudo, proporcionando um momento descontraído.

Nesse terceiro campo, apesar das 19 cartas do jogo, foram tiradas apenas três; foi o suficiente para deixar as mulheres confortáveis para abordarem os outros assuntos que já estavam propostos nas cartas sem mesmo ter que tirá-las. As mulheres falam, então, da escassez de coco-babaçu na região e de como essa tradição de extração do seu óleo tem se perdido com o tempo, apagada pelas mudanças climáticas e pela falta de disponibilidade de água, que prejudica as veredas.

Foi nesse momento que elas falaram da necessidade de construir um espaço com usos diversificados, já que a produção de coco-babaçu diminuiu ao longo dos anos. Descreveram com brilho nos olhos as atividades que sabem fazer e que aprenderam com a mãe, como a própria farinha de mandioca, a rapadura de coco-babaçu, a galinha caipira, a polpa de frutas e até mesmo um sabão que tira “toda a gordura” e para o qual Manjuba havia feito testes para adicionar aromas. Elas contam, ainda, que têm o sonho de ter sua própria marca e participar da Feira do Cerrado que acontece mensalmente em São Desidério, onde poderiam vender todas as suas produções.

Partiu delas a demanda de espaço que disponibilizasse de insumos para a produção e estocagem de óleo de coco-babaçu. Elas falam que não produzem



o óleo de coco-babaçu em larga escala atualmente por não terem insumos para isso, inclusive quando se trata do artesanato que pode ser feito com o coco-babaçu, pois não possuem as ferramentas adequadas para tal produção.

Enquanto acontecia a roda de conversa, foram gravadas imagens de drone para melhor compreender e visualizar o espaço como um todo, já que as imagens de satélite disponibilizadas *on-line* não possuem boa resolução para essa região. As crianças, além de se divertirem com o rio, se divertiram com a presença do drone no local.

Essa atividade foi autorizada pelas ribeirinhas, que sugeriram novas gravações em outros terrenos em um futuro possível. As imagens, inclusive, são importantes para registrar o nível do rio e suas futuras alterações com a construção da PCH.

Sam Earl  
AP #19, Imensidão 2022









Foto 4  
AP #23, Canais 2022

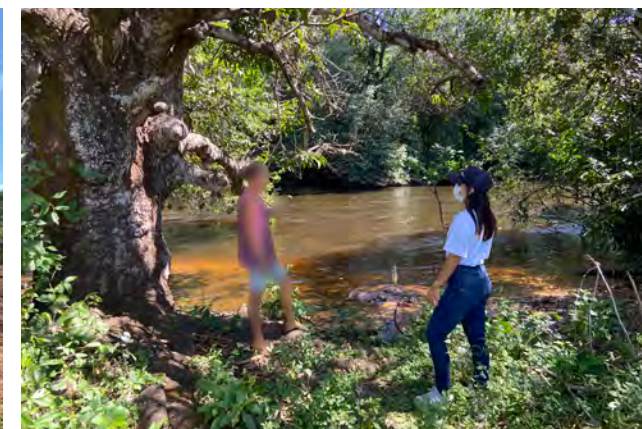


Foto 3  
AP #22, Rio 2022



Foto 1  
AP #20, Casas 2022



Foto 2  
AP #21, Plantam 2022



Foto 5  
AP #24, Doces 2022



Foto 8  
AP #27, *Sucupira* 2022



Foto 6  
AP #25, *Farinha e rapadura* 2022



Foto 7  
AP #26, *Escola* 2022



Foto 9  
AP #28, *Primeira* 2022



Foto 10  
AP #29, *Segunda* 2022

Foto 12  
AP #31, Casa 2022



Foto 11  
AP #30, Ponte 2022



Foto 13  
AP #32, Cartas 2022



Foto 14  
AP #33, Conversa 2022

Foto 16  
AP #35, *Plantio* 2022



Foto 15  
AP #34, *Prainha* 2022



Foto 17  
AP #36, *Crianças* 2022



Foto 18  
AP #37, *Mapa* 2022

A seguir, disponibilizo o jogo utilizado em campo como método de aproximação das mulheres ribeirinhas e convido o leitor a recortá-lo:



COCO  
BABAÇU

CLIMA

CANAIS

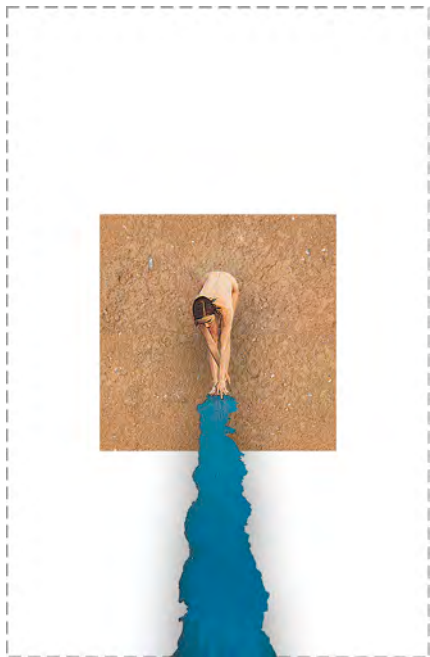
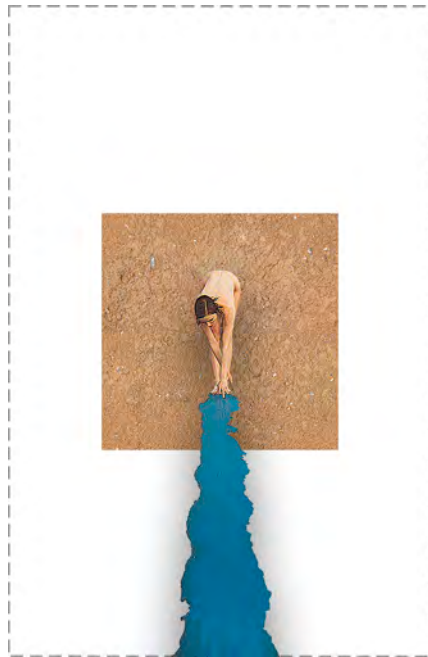
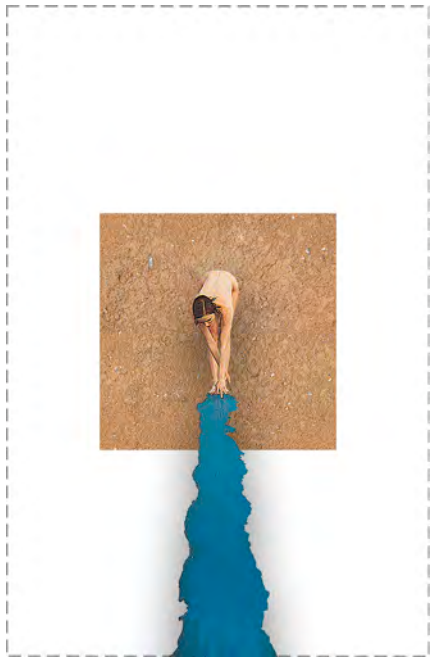
ALIMENTOS

BOMBAS

DIA A DIA

GALPÃO

HISTÓRIA





LUTA

MATA

MERCADO

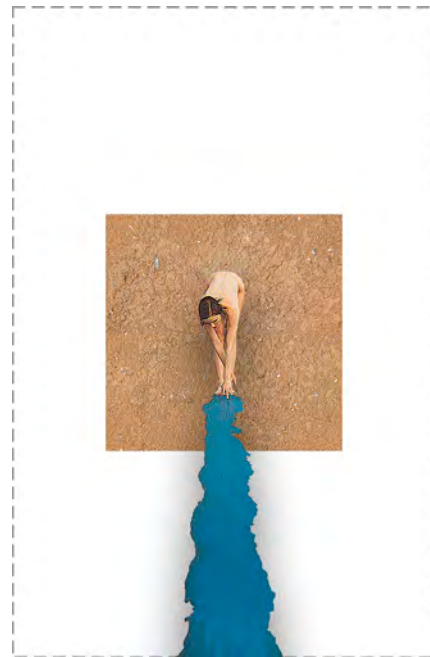
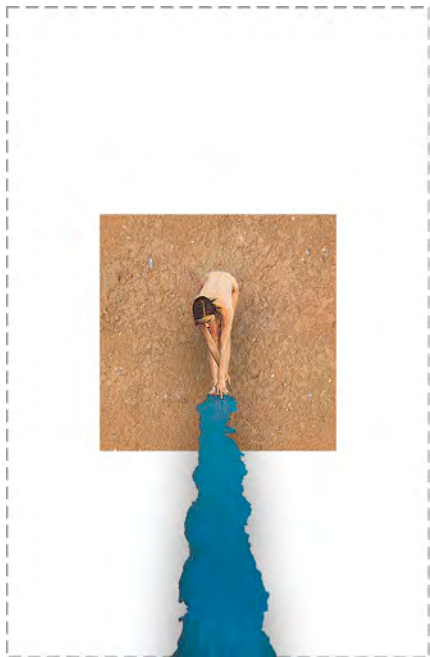
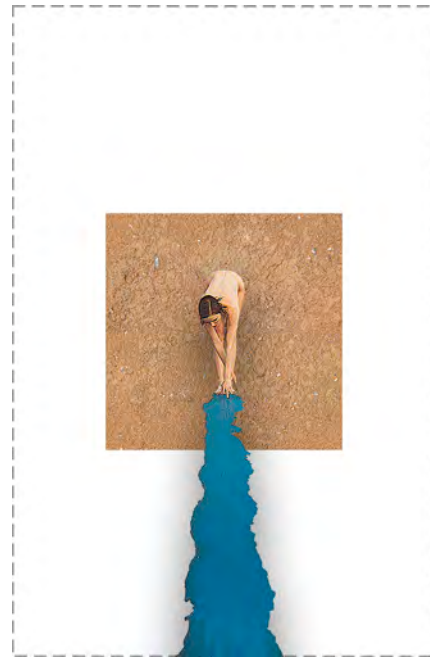
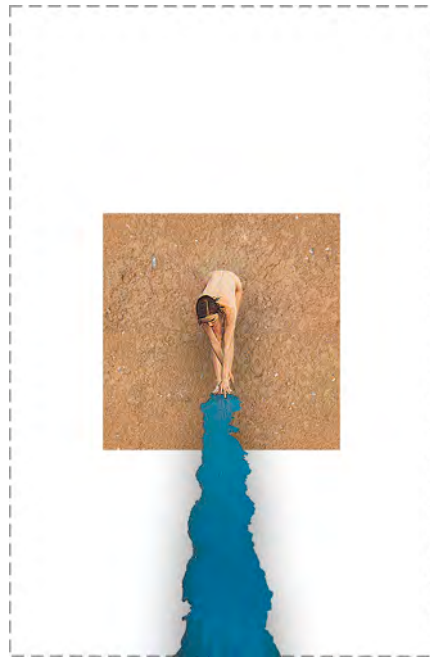
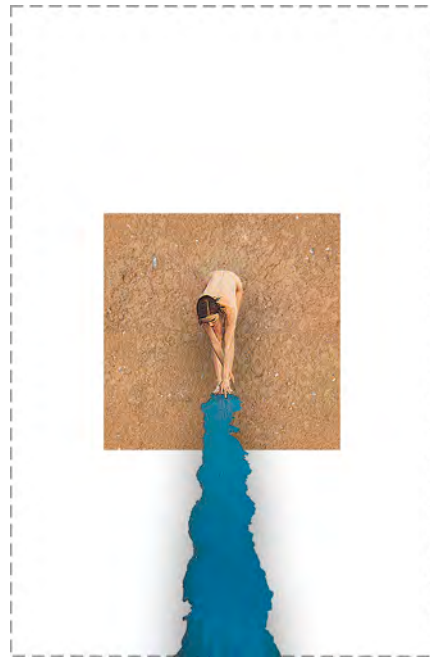
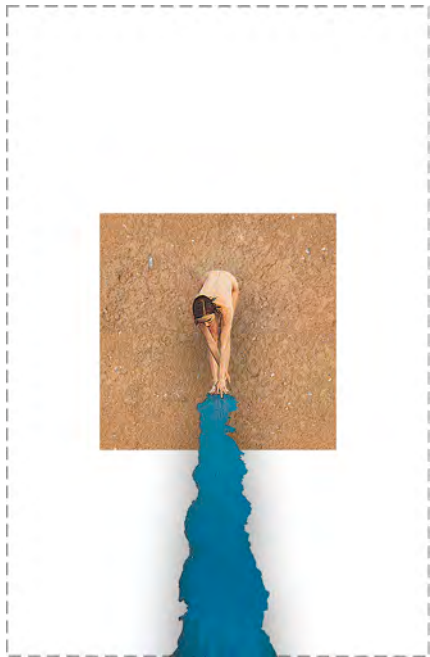
MULHERES

PCH

PESCA

PIVÔS

PLANTIO





REUNIÕES

RIO

?



A atividade de campo foi imprescindível para a melhor compreensão da dinâmica dos corpos das mulheres que habitam os territórios visitados, bem como os movimentos que conformam seu dia a dia, os apagamentos que enfrentam e a vontade de re-existir na luta contra a PCH a ser construída.

Considerando os corpos das mulheres e a sua *expansão* através dos afetos, construindo um território existencial *de mulheres e para mulheres* que resistem à grande luz do capital e do patriarcado (como vimos há algumas páginas), é proposto, aqui, um movimento transversal que responde, por meio de um ensaio projetual, os anseios narrados pelas ribeirinhas por uma arquitetura que representa uma construção afetiva e coletiva. Propõe-se que o ensaio projetual (ou a narrativa) seja habitado (ou lido), atraves-

sado pelo protagonismo das mulheres ribeirinhas, tal como as águas do Rio Grande atravessam seu território.

#### *Mas é “só” um galpão?*

Através da atividade de campo, pude perceber na Arquitetura e Urbanismo uma forma de proporcionar espaços que não só contribuam para qualidade de vida, no caso de um maior conforto na manipulação do coco-babaçu; mas também na articulação e empoderamento dessas ribeirinhas que ainda estão – permito-me conjecturar – descobrindo a força que têm.

#### *A quem o ensaio responde?*

O ensaio projetual surge **primeira e unicamente** da projeção dos sonhos das interlocutoras, que foram compartilhados comigo em campo, de ocuparem um espaço físico onde pudessem produzir o óleo de coco-babaçu e ou-

tros produtos artesanais de forma mais eficiente. Simbolizando um estímulo para seus propósitos e, consequentemente, para manutenção do Rio Grande – uma vez que essas mulheres são as guardiãs dessas águas – o ensaio projetual materializa modos de fazer típicos das ribeirinhas.

Após a vivência do campo, pensei sobre como podem ser narradas as histórias e tradições compartilhadas por mulheres ribeirinhas, e como essa narrativa poderia ser percursora do encurtamento de danos das águas, fortalecendo lutas e resistências de suas guardiãs. O objetivo final deste trabalho, parte, então, parte de ouvir as vozes das mulheres e ecoá-las onde ainda não são ouvidas, fazendo-se ouvir ou sentir à grande distância; quer no espaço, quer no tempo.



*casa de óleo de coco-babaçu*

*Para começar, gostaria de fazer uma analogia, ou melhor, o que parece, à primeira vista, ser uma analogia: um paralelismo estreito entre arquitetura e narratividade, onde a arquitetura seria para o espaço o que a narrativa é para o tempo [...]; um paralelismo entre, por um lado, construir, edificar no espaço, e de outro, narrar, impor a intriga no tempo. [...] Em outras palavras, trata-se de cruzar o espaço e o tempo através do construir e do narrar.*

*Paul Ricoeur, "Arquitetura e narratividade" (2021)*







Sam Earl  
AP #34, *Temperatura* 2022

### O local sugerido para o ensaio projetual

é a Comunidade Sítio de Cima, por estar localizada próxima ao Sítio Grande, um núcleo urbano um pouco maior que a comunidade e que pode ser ponto de apoio para distribuição e comercialização do óleo.

Considerando a nomenclatura já adotada pelas ribeirinhas interlocutoras para os espaços de trabalho existentes (casa de farinha, casa de rapadura), chamaremos este ensaio de casa de óleo de coco-babaçu.

Com o objetivo de materializar no espaço a tradição das quebradeiras de coco-babaçu da região, foram feitas interlocuções com a ribeirinha Pirá (ver página 121), que descreveu com detalhes os passos da extração do óleo de coco-babaçu, desde a coleta até o envase. Paralelamente, foi analisado o conteúdo do “Manual tecnológico: aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu” (CARRAZZA; ÁVILA; SILVA, 2012), que, além de descrever as diversas formas de aproveitar o fruto, prevê recomendações para condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos onde ocorre a manipulação do coco-babaçu e venda

do produto final.

O programa de necessidades foi criado a partir da interlocução com as ribeirinhas, reunindo e reafirmando, assim, elementos do passado, presente e futuro observados em suas falas, rebatidas no espaço do ensaio.

Por se tratar de um local muito ligado ao labor e ao modo de fazer do óleo, a casa de óleo de coco-babaçu tem seu programa de necessidades partindo das etapas do processo de extração, alinhando a elas um maior conforto ergonômico e térmico para que não só haja o aumento da produção bem como a manutenção da saúde das ribeirinhas.

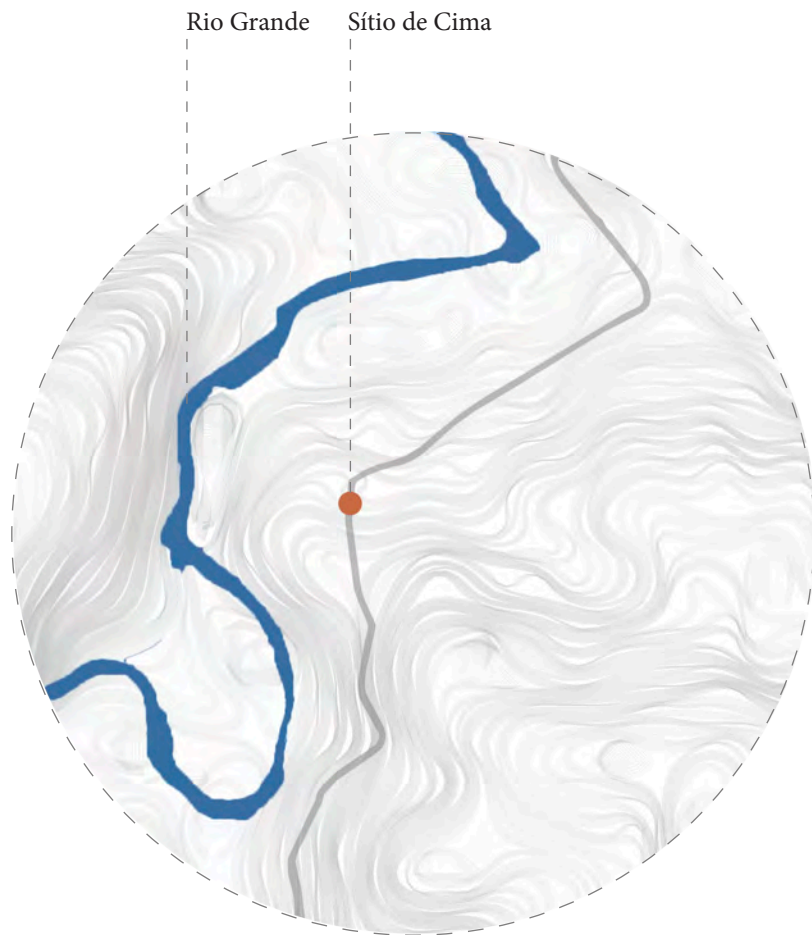
Tão importante quanto a saúde física dessas mulheres é a saúde mental delas. Para tanto, a casa de óleo de coco-babaçu surge como instrumento de empoderamento das ribeirinhas, proporcionando um espaço para reuniões entre moradoras e reuniões com órgãos que prestam serviço para as comunidades (como a agência 10envolvimento e a AATR - Barreiras), além de um possível local para recebimento de visitas estudantis,

prática cada vez mais comum entre estudantes da região que desejam conhecer melhor essas comunidades.

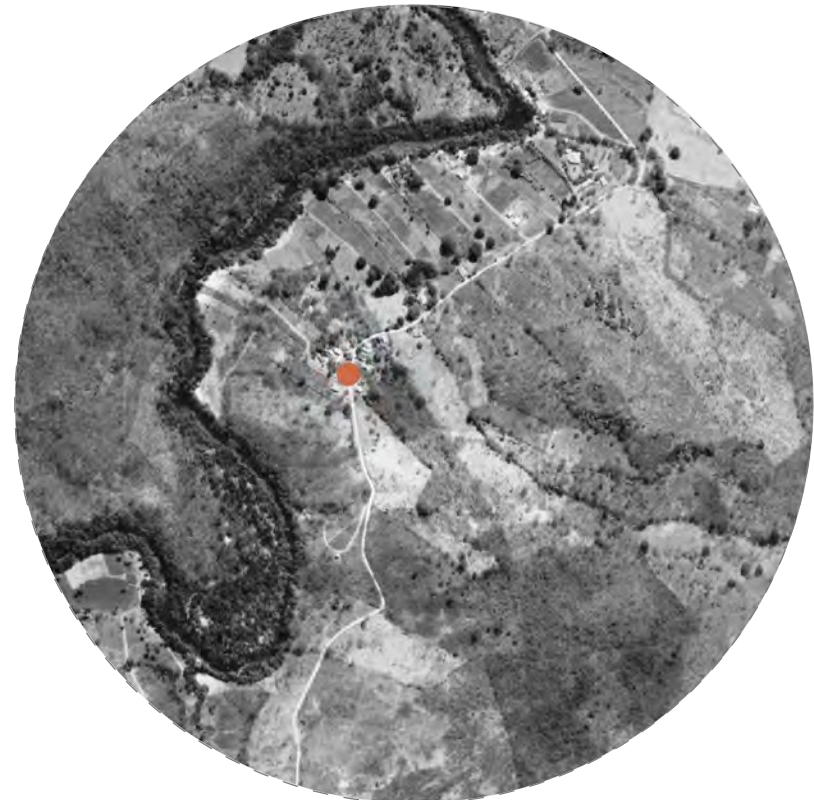
Foi inserido no programa, ainda, um espaço para descompressão para as ribeirinhas, que atualmente encontram no labor o seu momento de lazer. O uso sugerido é de um redário, que pode ser apropriado inclusive por crianças para momentos em que as ribeirinhas precisarem cumprir a dupla jornada de mães e trabalhadoras.

É pensando nessa dupla jornada, inclusive, que toda a volumetria do espaço da casa de coco-babaçu se abre para área externa através das esquadrias. Dessa maneira, além de garantir ventilação cruzada, as esquadrias também garantem que as ribeirinhas possam estar sempre atentas aos filhos sem que esses necessariamente estejam dentro do espaço da casa de óleo.

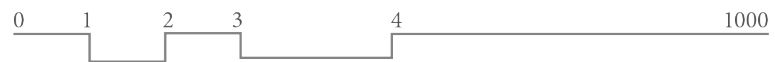
A seguir, compartilho o programa de necessidades desenvolvido durante o processo, e, nas páginas seguintes, a descrição detalhada de escolhas projetuais para a casa de óleo de coco-babaçu.



Topografia, Hidrografia



Satélite



Legenda: ● Área prevista para localização do ensaio projetual



### Filtragem

Assim que é retirado e resfriado todo o óleo das amêndoas, as quebradeiras filtram o produto para retirar todas as impurezas.

9

### Armazenamento

Recomenda-se armazenar o óleo envasado em um local seco, coberto e arejado.

11

### Espaço para reuniões

É destinado um espaço para reuniões entre as ribeirinhas, quebradeiras de coco-babaçu ou não, com o intuito de fortalecer a articulação dessas mulheres na sua luta pelo Rio Grande.

13

### DML

O depósito de material de limpeza é importante para a manutenção da limpeza do espaço.

14

8

### Envase

Por último, é feito o envase do óleo de coco-babaçu. As ribeirinhas interlocutoras envasam o óleo em garrafas PETs reaproveitadas.

10

### Banheiro

Um banheiro acessível é destinado para o espaço.

12

### Descompressão

Sugere-se um espaço destinado à descompressão das quebradeiras, que pode também ser utilizado por crianças.



A

Plantio

Canavial

Rio Grande

Pomar

Casa de rapadura

Casa de farinha

Canal



0

2

3

4

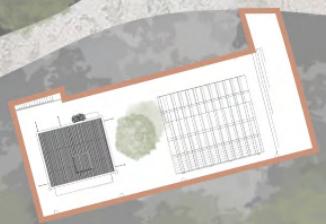
1000

-----passado -----presente -----futuro



A

Construções de uso residencial



Área prevista para localização do ensaio projetual

### Construções de uso residencial

A maioria das construções localizadas no Sítio de Cima são de uso residencial.

### Casa de óleo de coco-babaçu

A casa foi posicionada próxima às construções já existentes, com intuito de facilitar o acesso para pedestres e o transporte de mercadorias.

### Novas vias

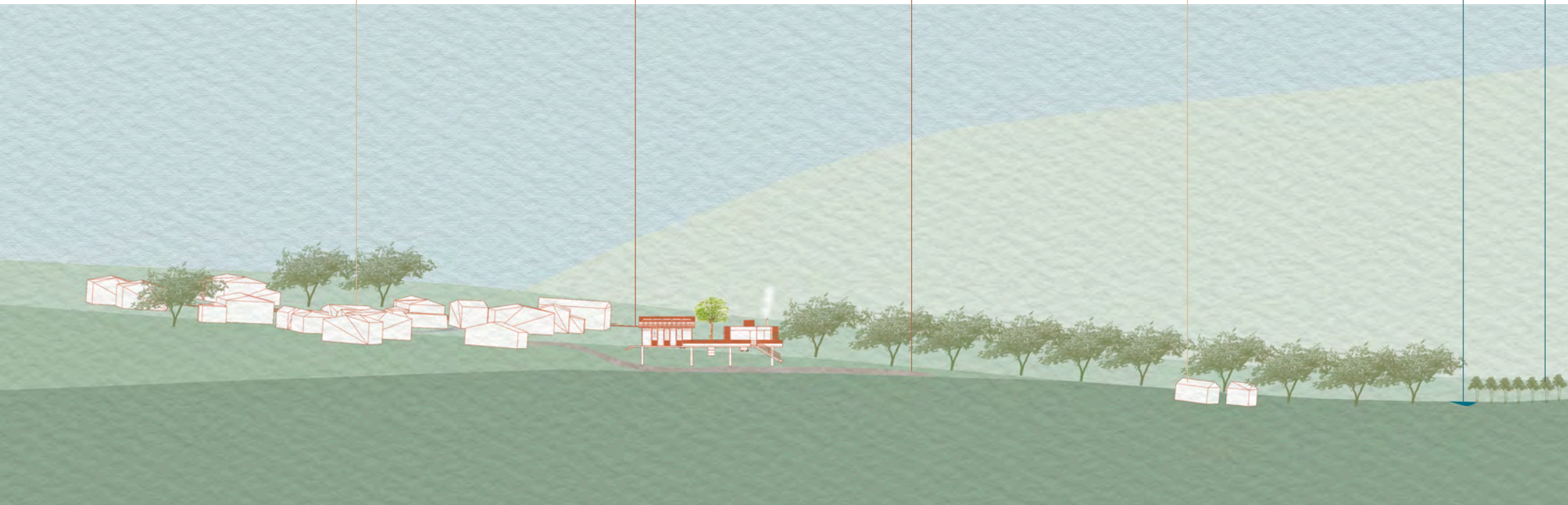
Propõe-se novas vias de acesso, seguindo o desenho da via já existente no local. A nova via é proposta com o objetivo de melhorar o acesso, principalmente de carros, para carga e descarga de insumos e mercadorias.

### Casas de farinha e de rapadura

A casa de farinha e a casa de rapadura são locais de produção e de lazer das ribeirinhas. Elas produzem farinha de mandioca e rapadura a partir da cana-de-açúcar.

### Canal

Os canais são tradicionalmente construídos por famílias ribeirinhas na região. As ribeirinhas falam como o canal é presente em suas memórias, quando podiam, até mesmo, tomar banho nessas águas.



Corte AA - Situação  
Escala 1:1000

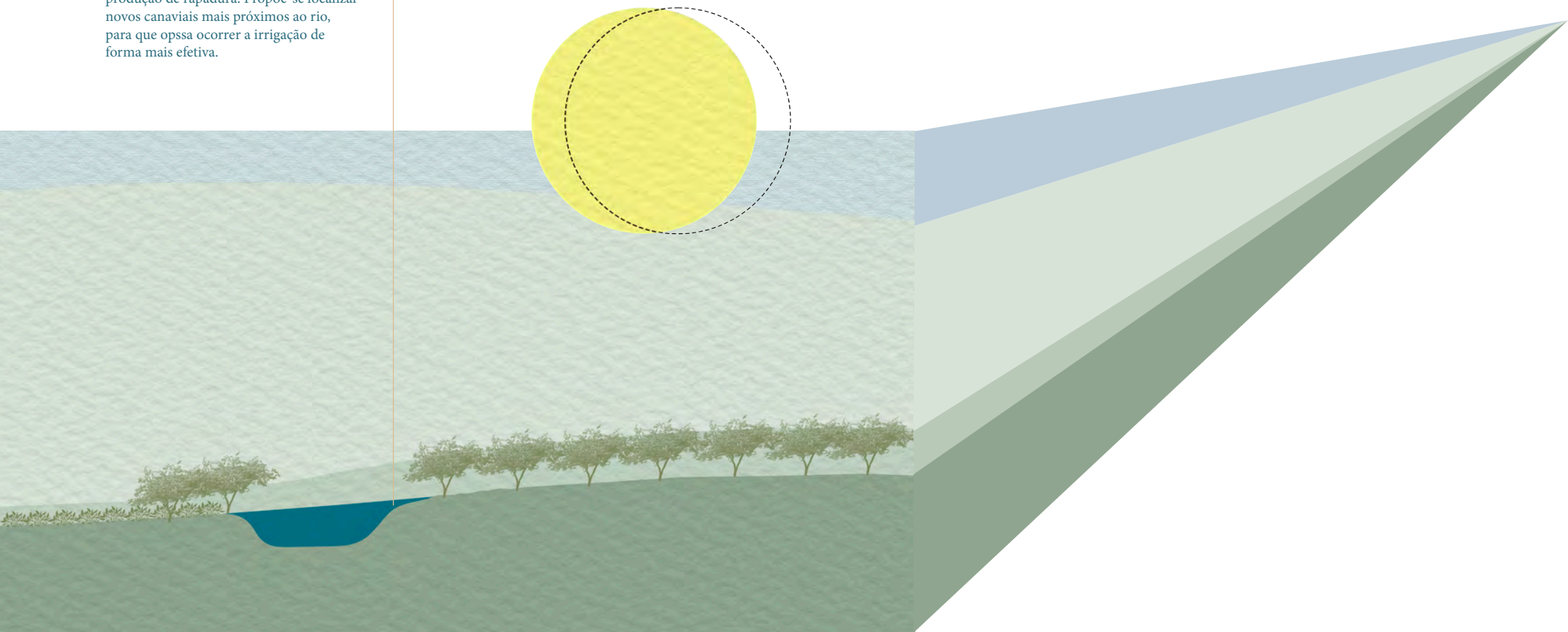


### Canavial

Os canaviais são elementos presentes na memória das ribeirinhas interlocutoras, que utilizavam a canade-açúcar para produção de rapadura. Propõe-se localizar novos canaviais mais próximos ao rio, para que possa ocorrer a irrigação de forma mais efetiva.

### Rio Grande

O Rio Grande é fonte de vida para as comunidades ribeirinhas, e é com o uso das suas águas que as mulheres plantam, pescam e abastecem suas casas.



A edificação é dividida em dois blocos com o intuito de aumentar o conforto térmico na casa de óleo. O bloco B, onde está localizado o fogão – e por isso é naturalmente mais quente – foi posicionado de modo a proteger o bloco A da incidência de raios solares no período da tarde.

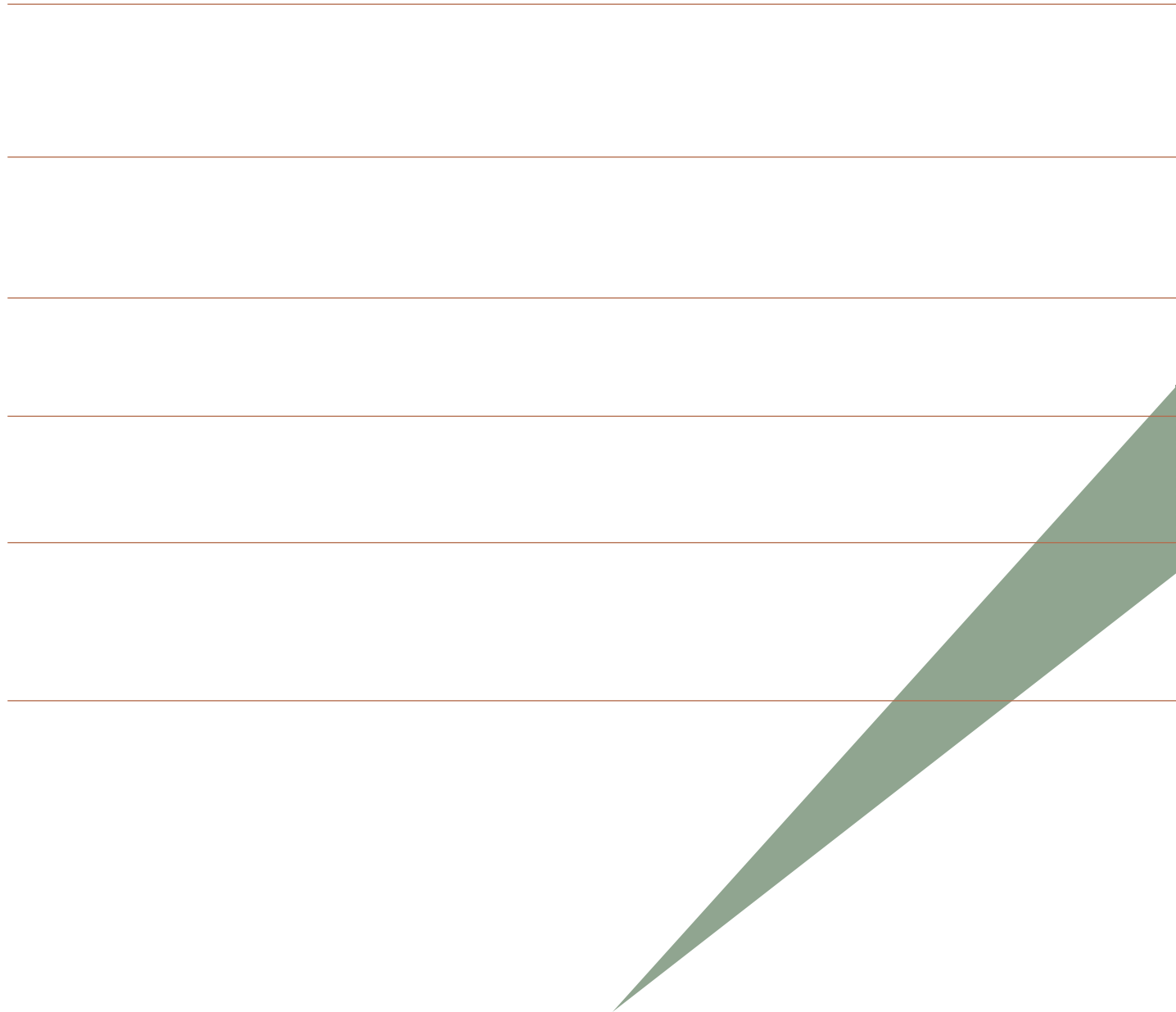
O material das esquadrias é a madeira, considerando seu baixo custo. São desenhadas de modo a formar um ripado que permite a passagem da ventilação e iluminação natural, exceto as esquadrias do banheiro e DML, completamente vedadas. Todas as esquadrias possuem uma proteção de policarbonato que pode abrir ou fechar para proteger a casa de insetos e poeira.

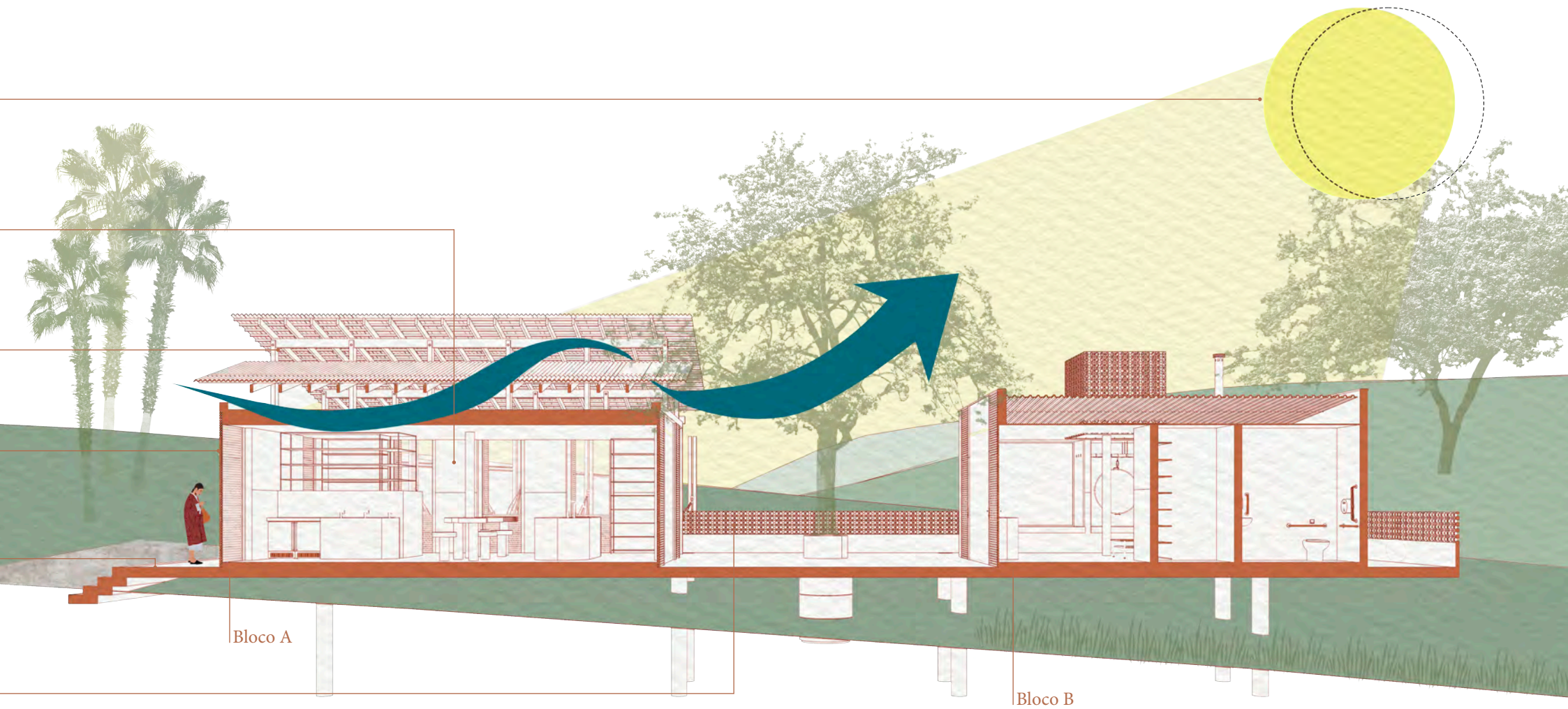
A ventilação no local parte da direção leste a oeste. A partir disso, o telhado foi posicionado com abertura que permite a passagem de vento e protege a laje inferior a ele, formando uma camada dupla de proteção contra a ação do sol.

As esquadrias foram posicionadas de forma a permitir a ventilação cruzada do ambiente, no bloco A. No bloco B, as esquadrias não são posicionadas com esse objetivo, dado que a ventilação cruzada pode atrapalhar o funcionamento do fogão à lenha.

O piso, descolado do solo e sustentado por meio de pilares, foi escolhido para evitar a movimentação de terra que poderia agregar muito no valor da construção. Além disso, essa solução permite passagem de ventilação também sob a casa de óleo, melhorando seu conforto térmico.

O guarda-corpo externo é feito de tijolos ecológicos, assim como sugere-se que seja feita toda edificação. O tijolo ecológico, além de reduzir o custo da obra, absorve menos calor que o tijolo cerâmico convencional e pode ser também composto por cinzas das sobras de coco-babaçu, dando possibilidade às ribeirinhas de fornecer esse material aos fabricantes da região e reduzir ainda mais o custo de novas edificações.

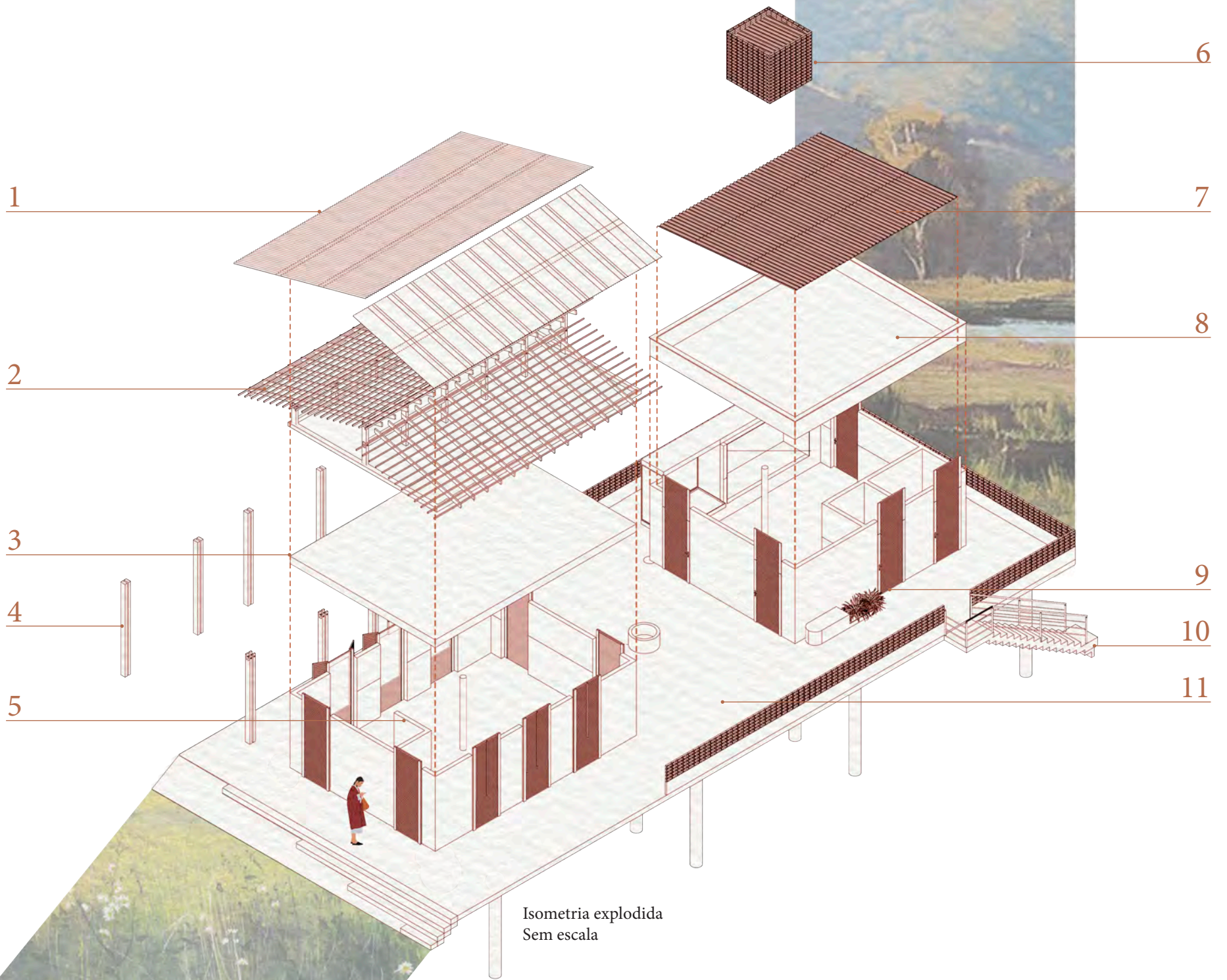




Bloco A

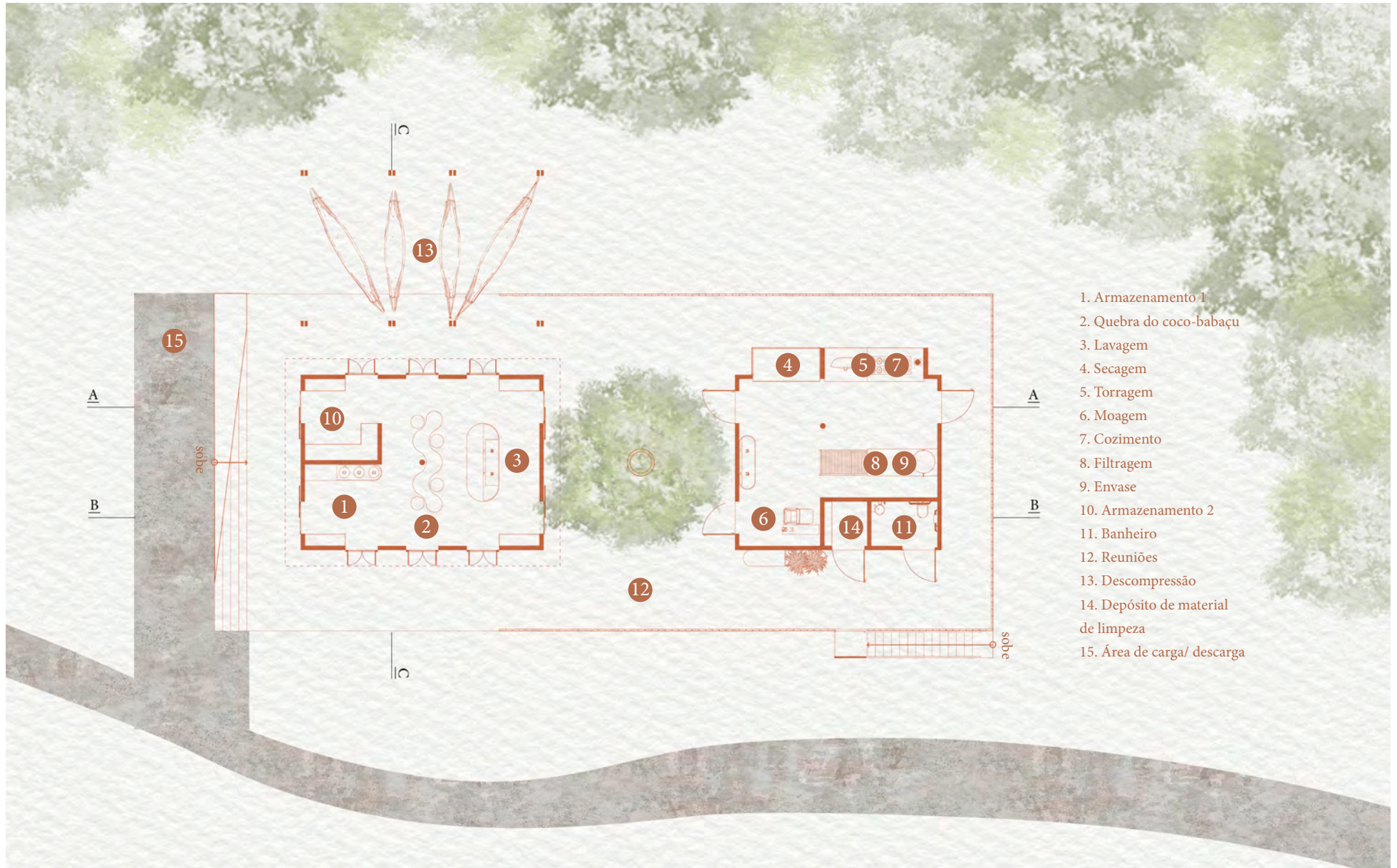
Bloco B

Corte esquemático  
Sem escala



Isometria explodida  
Sem escala

- 1 O material sugerido para o telhado é a telha ecológica, material com baixo impacto ambiental que possui um bom isolamento térmico quando comparado com o telhado cerâmico.
- 2 A estrutura do telhado é feita em madeira e permite a passagem de ventilação.
- 3 Laje em concreto que faz o fechamento da edificação para evitar a entrada de insetos e poeira.
- 4 Pilares em madeira posicionados para fazer apoio ao uso do espaço de descompressão com redes.
- 5 No interior do bloco A, a parede não vai até o teto, permitindo uma permeabilidade visual e a passagem da ventilação cruzada por todo bloco.
- 6 Caixa d'água.
- 7 Para o bloco B, sugere-se o uso da telha metálica sanduíche, que, além de proporcionar um bom isolamento térmico, permite uma menor inclinação, de forma que a volumetria para esse bloco não seja tão alta – respeitando o gabarito das outras edificações já existentes no local.
- 8 Uso de laje para uma camada de dupla proteção contra incidência solar.
- 9 Banco com espaço para jardineira, permitindo o plantio de ervas que possam colaborar no dia a dia da casa de óleo de coco-babaçu, como a citronela, que mantém insetos longe.
- 10 A escada posicionada no ponto mais baixo do terreno permite outras possibilidades de fluxo e acesso.
- 11 Os blocos são unidos por um grande pátio, responsável pelo espaçamento ideal para que o calor do fogão não interfira nas demais atividades. No pátio, é possível acontecer outras atividades, como as reuniões das ribeirinhas. As mulheres interlocutoras relataram o costume de fazer reuniões sob o sombreamento de árvores; desse modo, sugere-se que seja plantada uma árvore de escolha das ribeirinhas para que não se perca essa tradição.

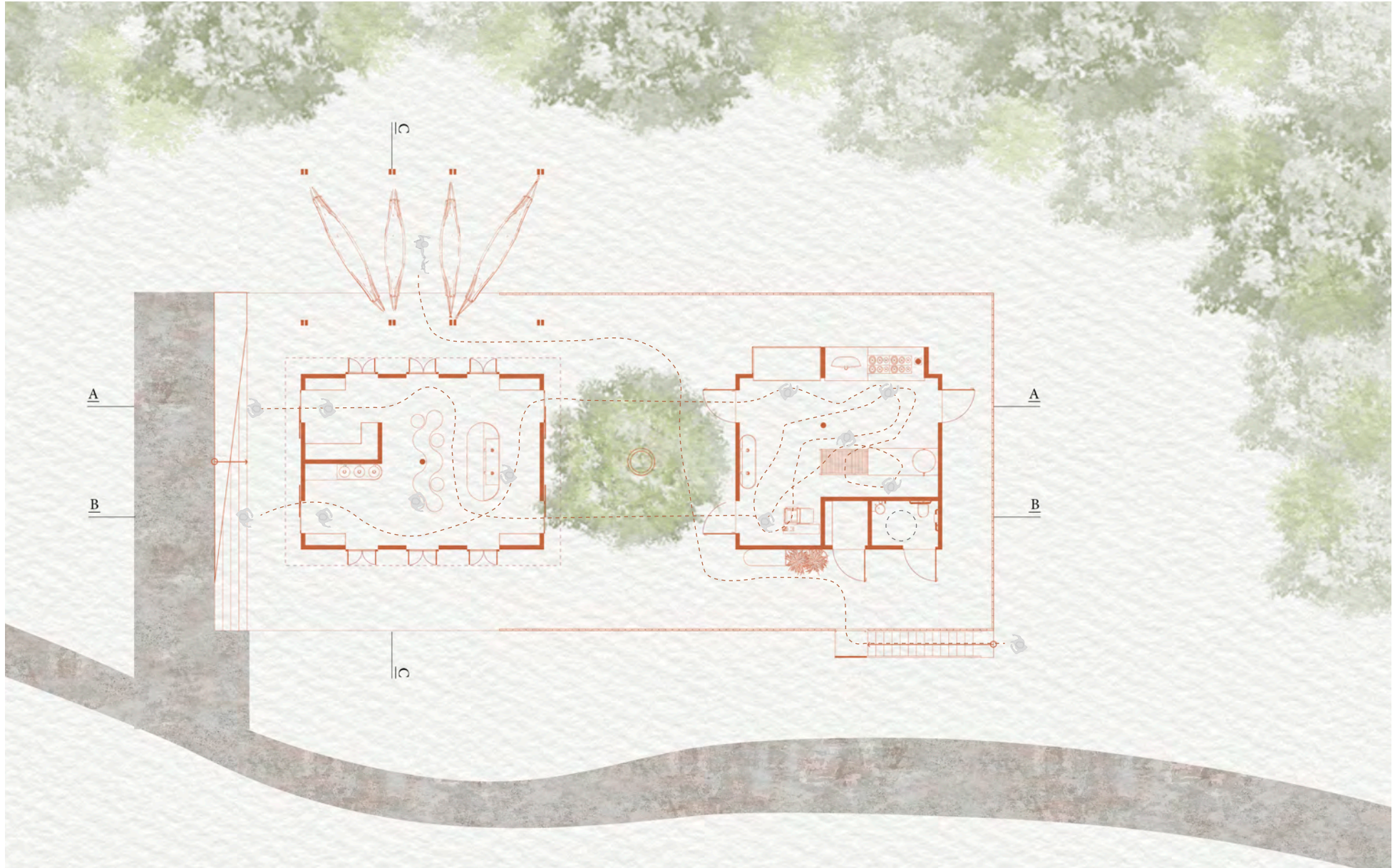


- 1. Armazenamento 1
- 2. Quebra do coco-babaçu
- 3. Lavagem
- 4. Secagem
- 5. Torragem
- 6. Moagem
- 7. Cozimento
- 8. Filtragem
- 9. Envase
- 10. Armazenamento 2
- 11. Banheiro
- 12. Reuniões
- 13. Descompressão
- 14. Depósito de material de limpeza
- 15. Área de carga/ descarga

Planta baixa  
Escala 1:200



0 4 8 20



Planta de fluxos  
Escala 1:200



0

4

8

20



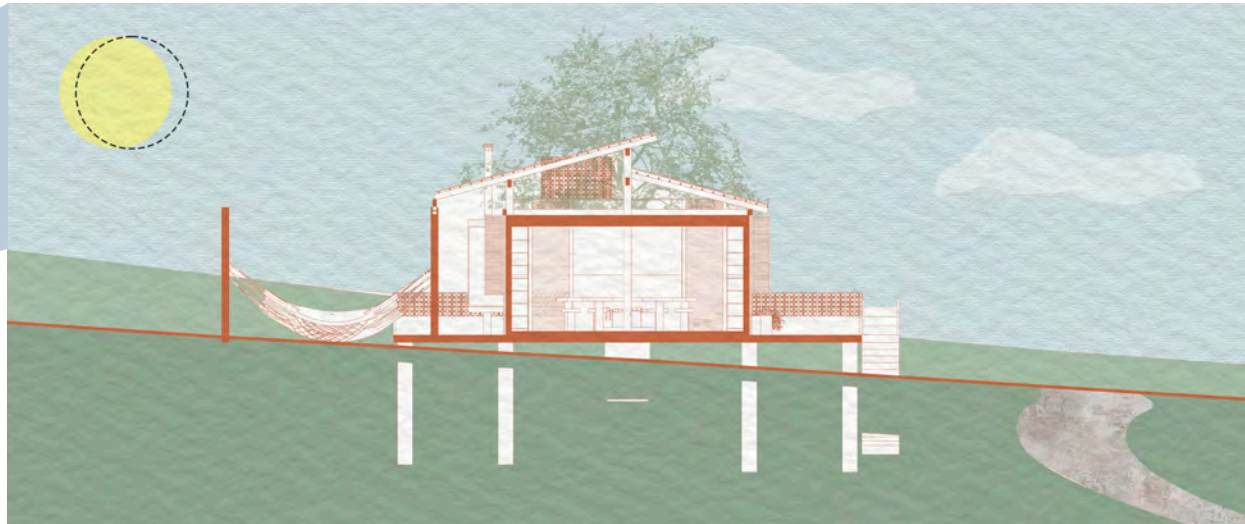


Corte AA  
Escala 1:200



Corte BB  
Escala 1:200





Corte CC  
Escala 1:200



Fachada nordeste  
Sem escala



Bloco A  
Sem escala



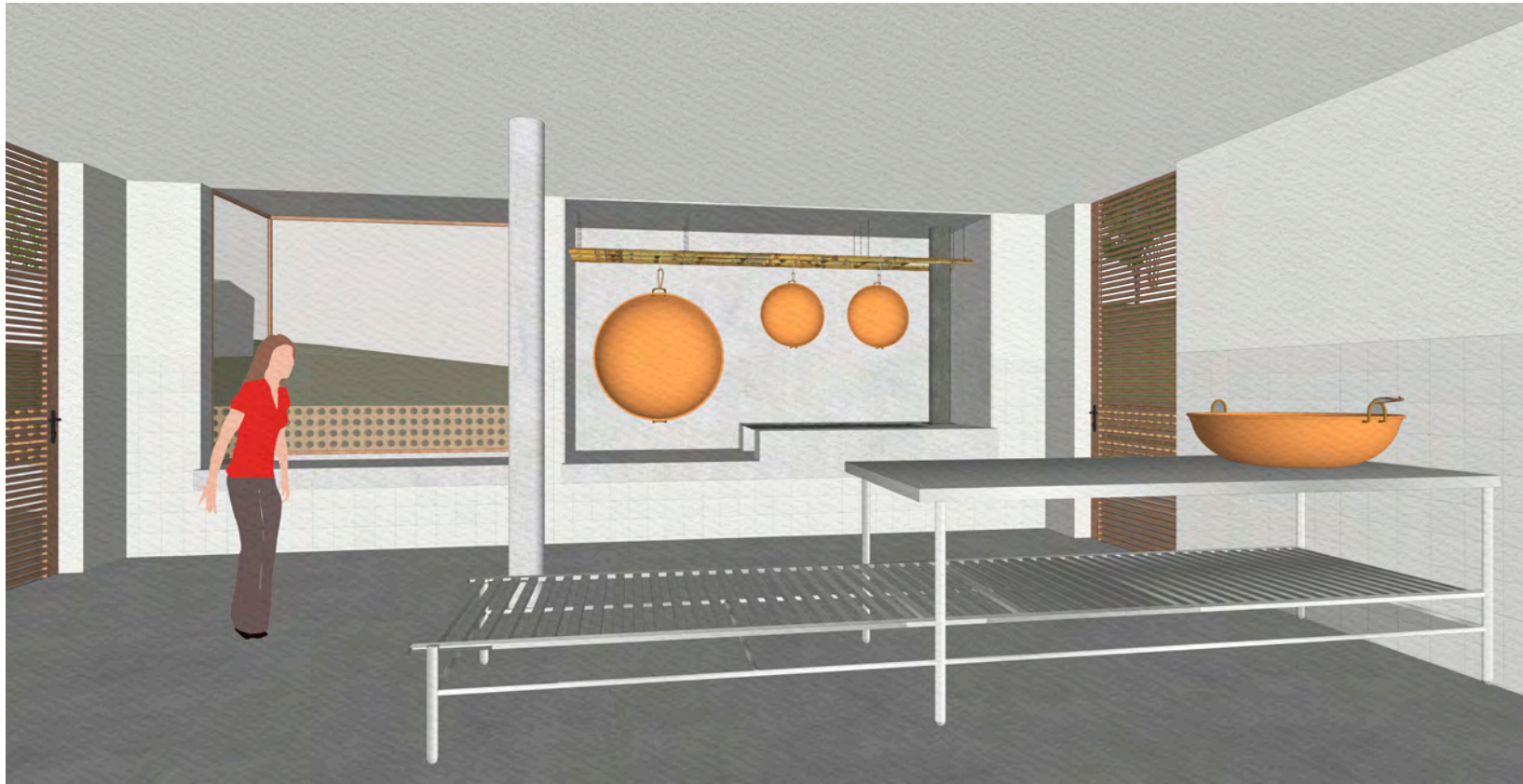
Fachada noroeste  
Sem escala



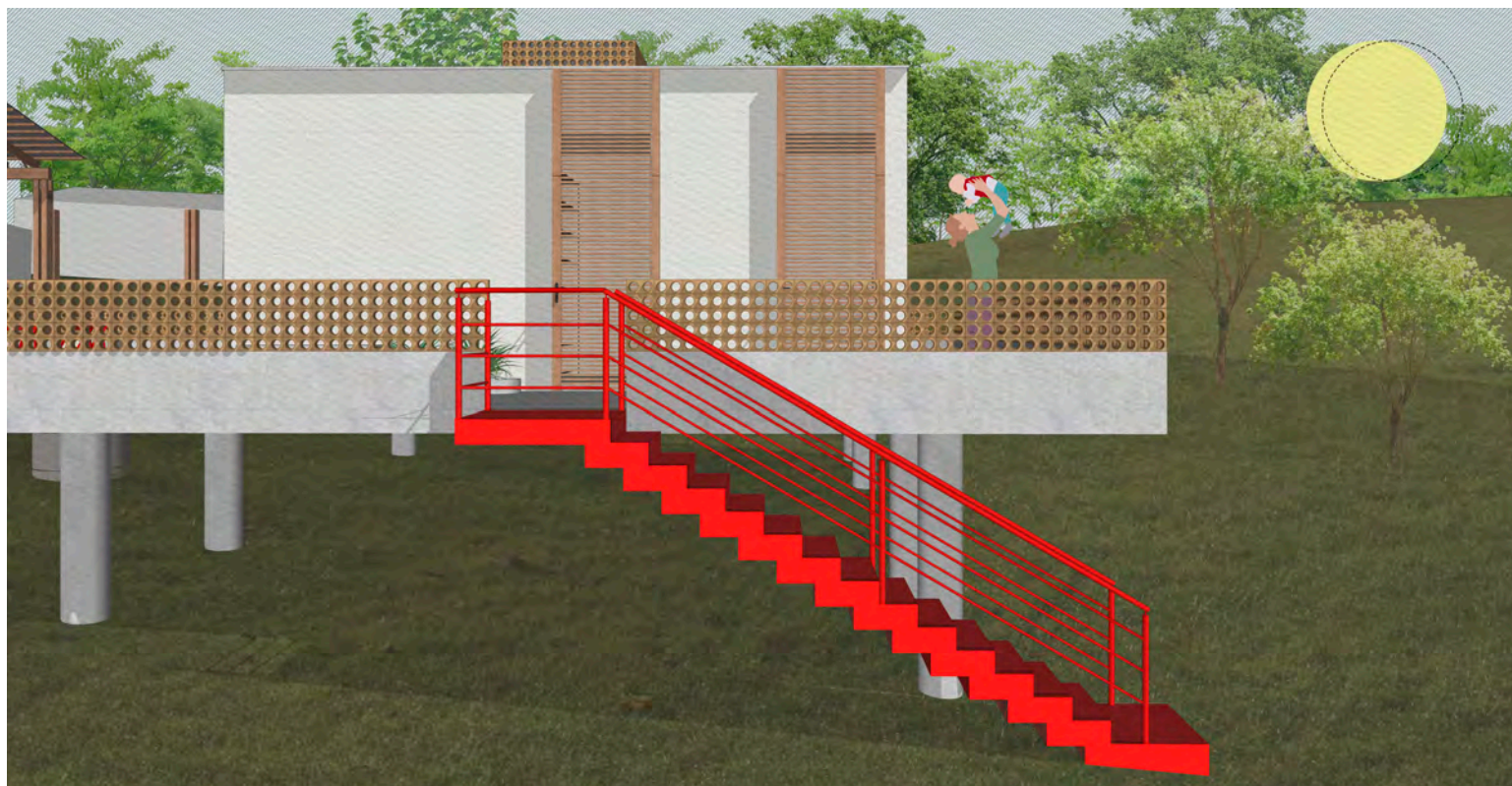
Bloco A  
Sem escala



Pátio interno  
Sem escala



Bloco B  
Sem escada



Bloco B  
Sem escala





Lavatório  
Sem escala

## Considerações finais

Como arquiteta-urbanista-ensaista, a experiência diante das comunidades, das mulheres, da tradição x meu olhar de fora, posso afirmar que continua sendo desafiador pensar a Arquitetura e Urbanismo como instrumento social. O ensaio projetual partiu, aqui, como forma de ensaiar o que seria um projeto mais sensível, que considera territórios, os corpos ali inseridos, seus movimentos e suas vozes. Penso que projetar com o intuito de empoderar e contribuir para a luta das ribeirinhas – que também é uma luta de todos, porque todos bebemos das águas do Rio Grande – foi importante para vislumbrar o quanto a Arquitetura e o Urbanismo podem ser capazes de romper barreiras e se pautar na multidisciplinaridade para contribuir com um futuro melhor.

Tendo em vista de que não há apenas uma única história, mas histórias outras, que podem ser ressignificadas, acredito que esse trabalho pode ser ponto de partida para trabalhos outros na temática, que tem discussão ainda incipiente no campo da profissão como um todo.

## Referências

### Aproximar

AGUIAR, Diana; SILVA, Mauricio Correia; BOMFIM, Joice; BARCELOS, Eduardo. “**Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba**”. in: Diana Aguiar; Mauricio Correia Silva; Joice Bonfim. Na fronteira da (i) legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba. Salvador, 1ª edição, 2021.

AGUIAR, Diana; LOPES, Helena. **Saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Campanha em Defesa do Cerrado e Action Aid Brasil, 2020.

BENTO, Ancelmo. Matopiba. Disponível em: < <https://www.pensador.com/frase/MjYzOTkwMg/>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Código Florestal Brasileiro [on line]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4771.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei 8.4476, de 6 maio de 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Código Florestal Brasileiro [on line]. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8447.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 504, de 14 de julho de 2010**. Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483817>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

CAMPANHA CERRADO. **Povos do Cerrado**. Disponível em: < <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/142-povos-do-cerrado>>. Acesso: fevereiro de 2022.

DURÃES, J. A. **Andanças do Opará**. 2020. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Pescadores-artesanais-vazanteiros-retireiros-e-pan-taneiros>. Acesso em fevereiro de 2022.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Agência de Informação Embrapa. [Home page]. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. 1996. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, p.319.

GUIZZO, Iazana. **O construir como afeito**: a casa como corpo e não manifesto. Arquitextos, 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/19.218/7030#:~:text=Trata%20da%20casa%20pensada%20n%C3%A3o,na%20Amaz%C3%B4nia%20na%20revista%20Habitat.>>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Condições de vida, desigualdade e pobreza. Site oficial do Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>>. Acesso: fevereiro de 2022.

ISPEN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Ameaças ao Cerrado**. Site oficial do Instituto Sociedade, População e Natureza. Disponível em: <<https://ispen.org.br/biomas/cerrado/ameacas-ao-cerrado/>>. Acesso: fevereiro de 2022.

LETRAS AMBIENTAIS. **Matopiba: o império do agronegócio nos limites do**

Cerrado brasileiro. ISSN 2674-760X. Disponível em: <<https://www.letrasambientais.org.br/posts/matopiba:-o-império-do-agronegócio-nos-limites-do-cerrado-brasileiro#>>>. Acesso: fevereiro de 2022.

LUIZ, C. Poemas de Nicanor do Boa. Barreiras, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3SV9tZ2>. Acesso em: fevereiro de 2022.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O bioma Cerrado**. Site oficial do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html#:~:text=O%20Bioma%20Cerrado,de%2022%25%20do%20territ%C3%B3rio%20nacional.&text=Considerado%20como%20um%20hotspots%20mundiais,uma%20excepcional%20perda%20de%20habitat.>>>. Acesso: fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Análise histórico/geográfica do Oeste da Bahia**: breve levantamento dos movimentos de divisão no contexto de formação territorial. Vitória, 2015.

OLIVEIRA, Hans Werner Castro. **Cerrado e Plantas Mediciniais**: Algumas Reflexões sobre o Uso e a Conservação.

2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Aspectos sociais do Matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social.** Texto para Discussão, Brasília, n. 2387, p. 1-70, maio 2018.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.5, n. 2, p. 155 - 179, outubro, 2017.

SAMPAIO, Mateus. **Oeste da Bahia:** capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 2012, Uberlândia. Anais, Uberlândia: 2012. p. 1 – 17.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. O cerrado em disputa: Apropriação global e resistências locais. 1ª edição. Brasília: Confea, 2009.

SILVA, 2009, apud SAUTCHUK, 2014. Sautchuk, J. Cruls. **Histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer**

**Brasília.** São Paulo: Geração Editorial: 2014.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 3, artigo 6, p. 569 – 583, setembro, 2012.

ZORZETTO, Ricardo. “Cerrado ameaçado”. **Pesquisa Fapesb**. Edição 309, 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesb.br/cerrado-ameacado/>>. Acesso: fevereiro de 2022.

### Mergulhar

ALEXANDER, Christopher. **Une expérience d'urbanisme démocratique.** Paris. Éditions du Seuil. 1976, p. 41.

BARDI, Lina Bo. In Suziki, Marcelo (org). Tempos de grossura: design no impasse. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994, p.11.

BARDI, Lina Bo. Construir é viver. 7ª edição. São Paulo: Revista Habitat.

BARROS, Manoel de. O guardador de águas. 1ª edição. São Paulo: Alfaguara, 2017.

Carta do I Encontro Nacional das

Mulheres Cerrado. Luziânia, junho de 2019. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Carta-de-Luziania.-16.06.19.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

DIAS, Reinaldo. Representação de gênero na gestão de recursos hídricos. **Água e gênero: perspectivas e experiências.** Ituiutaba: Barlavento, 2022, p 278 - 212.

DRUMOND, Nathalie; GALETTI, Camilla Carolina Hildebrand. Uma (re)leitura do conceito de direito à cidade a partir de uma perspectiva teórica feminista marxista. In: 44º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2020, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: 2020, n.p.

GUIZZO, Iazana. **O construir como afeto:** a casa como corpo e não manifesto. Arqtextos, 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arqtextos/19.218/7030#:~:text=Trata%20da%20casa%20pensada%20n%C3%A3o,na%20Amaz%C3%B4nia%20na%20revista%20Habitat.>>>. Acesso em: fevereiro de 2022.

GUIZZO, Iazana. **Reativar territórios:** o corpo e o afeto na questão do projeto participativo. Belo Horizonte: Quintal edições, 2019, p. 23.

IOP, Elizandra. “Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais”. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3fq7uKI>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593 - 603, julho, 2014.

NETO, Agripino Souza Coelho. **Componentes definidores do conceito de território:** a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. Salvador, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: ed. Ática,1993.

WAN-DALL JUNIOR, Osnildo Adão; RÊGO, Franciele Lopes; ROCHA, Janaína Carvalho. Da Vila Papelão à Comunidade Xurupita: sobre apagamentos urbanos no Oeste da Bahia. In: XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2020, Salvador. **Anais [...]** Salvador: 2020, p 2678 – 2691.

### Aprofundar

BRASIL. Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fe-

vereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: março de 2022.

FILHO, A. C.; MENDES, A. B. V. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Minas Gerais, 2014.

OPPERMAN, Jeff. *The Unexpectedly Large Impacts Of Small Hydropower*. Forbes, agosto, 2018.

Paola Berenstein Jacques entrevista Alessia de Biase. Redobra, Salvador, v. 1, n. 10, p. (5-21), 2012.

RICOEUR, Paul. Arquitetura e Narratividade. Geograficidade, v. 11, n. Especial, p. 151-160, 2021.

RIGONATO, V. D. Por uma geografia de/ em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA. 2017. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

*Fortalecidas pelas nossas ancestrais e pelo encontro com nossas companheiras, entendemos que nossos caminhos são como afluentes que deságuam: "mulheres são como águas, crescem quando se encontram".*

*Carta do 1 Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado (2019)*

*Todas as manhãs, Maya acorda cedo para preparar o café. Antes mesmo do sol nascer, pula da cama e se apressa para apanhar um pouco de água que corre pelo rio, tão próximo que o apelidou de quintal de seu lar. Se certifica de que as crianças estão prontas para escola e lhes beija na despedida. Depois de tudo pronto, ela retoma seu trabalho, entrelaçando lentamente os finos fios de fibra de buriti aos dourados fios de flores sempre vivas. A cada entrelace, atravessado por sua testa franzida e olhos estreitados, Maya tenta encontrar resposta para uma dúvida que aperta seu coração há alguns anos:*

*- Onde é o meu lugar?*

*Maya mora em uma pequena – mas acolhedora – casa, quase que perdida ao meio da mata dos gerais. As paredes, construídas com palha de palmeira e adobe, revelam os desgastes e as marcas de uma história que se iniciou há gerações, quando seus antepassados construíram juntos o seu lar, seus costumes, seus saberes. O espaço construído se (con)funde ao berço das águas do Brasil – o cerrado, narrando, através de sua existência, a r-existência de uma comunidade ribeirinha.*

*- A verdade é que aqui é o meu lugar, meu lar, e daqui ninguém me tira. Meus bisavós, avós, meus pais, meus filhos, todos nós estamos ligados a este pedaço de terra. E da terra que apanho minhas flores sempre vivas, que complementam a renda da minha família; é da terra que tiro minhas ervas, que curam nossas dores; é das águas que tiramos nosso alimento, através da pesca, e nossa água de beber. Da terra, brota a minha vida, meu trabalho e meu lazer. Se daqui me expulsam, expulsam minha família, não teremos onde viver.*

*Enquanto trabalha em casa, com ajuda das filhas mais velhas e de companheiras de artesanato, Maya organiza as reuniões semanais em prol da luta pelo seu território. Cansada de receber ameaças, ela aproveita o tempo de trabalho para falar sobre a importância da comunidade, dos rios, das tradições. Maya sempre gostou de deixar isso bem claro, principalmente para as filhas, que ainda estão aprendendo a trançar o capim-dourado. Conversa vai, conversa vem, entre risadas e questionamentos...*

*- Vocês bem sabem que muita gente nunca ouviu falar da nossa luta, né. As grandes mídias, os empresários, tentam esconder a gente, fingir que não existimos, nos descartar como descartam a mata. Tudo que se fala hoje na região oeste daqui da Bahia é sobre o agronegócio, sobre riqueza. Tentam nos silenciar, para grilarem nossas terras e secarem nossos rios. Mas o que ninguém pensa, é que se as nascentes por aqui secarem, não tem rio na cidade que sobreviva. E aí, as pessoas vão se lamentar por um sertão que virou mar, e por um cerrado que desapareceu. São as grandes fazendas secando nossas águas, as barragens, os grileiros, a extração de minerais. Somos atacados por todos os lados.*

*Maya faz uma pausa para preparar o almoço. Esse ano não foi dos mais fartos; a pandemia agravou a luta pela sobrevivência. Enquanto o mundo parava para se proteger, a comunidade de Maya foi atacada através da restrição do acesso de terras que usavam para criar o gado à solta. Toda vez que tentavam ir lá, eram expulsos a tiro. As vendas das peças artesanais diminuíram, e as famílias tiveram que se adaptar. Com as águas do rio cada vez mais baixas, a pesca já não é mais a mesma – assim, se alimentam da pequena horta que as filhas plantaram.*

*- O que me consola, meninas, é saber que não estamos sozinhas. Sei de outras comunidades tradicionais em Minas Gerais, no Tocantins, no Goiás, que tão sofrendo do mesmo mal. Nós temos é que nos unir. Queremos os rios para nós, mas também para as próximas gerações. Queremos moradias dignas, queremos ser ouvidas e valorizadas. Queremos poder acordar todos os dias sem nos preocupar se acordaremos no nosso lar amanhã.*

*O quintal do lar de Maya está no coração do Brasil. O conjunto de buritis, pequizeiros, mangabas, babaças, chapadões e cursos d'água formam o segundo maior bioma brasileiro. As águas onde Maya lava as roupas da sua família, são parte de nascentes que alimentam as três maiores bacias do país: Amazônica, São Francisco e Platina. As grandes raízes da vegetação funcionam como uma esponja, capazes de absorver águas que alimentam importantes aquíferos.*

*As comunidades, como a de Maya, de povos que dependem diretamente dessas águas, estão cada vez mais ilhadas pelos grandes proprietários de terras. Quando se observa no mapa, é possível perceber que as poucas áreas preservadas do bioma são justamente as áreas onde vivem as comunidades. Com o passar do tempo, essas áreas diminuem, dando lugar ao agronegócio. Cada vez mais, a fauna, a flora, a água e as comunidades são prejudicadas.*

*- Nós, cerratenenses, somos unidos pela nossa diversidade. Nós somos quilombolas, indígenas, gerazeiros, somos fundo e fecho de pasto, vazanteiros, quebradeiras do coco de babaçu, apanhadores de flores sempre vivas. Somos unidos por nossa luta e nossa riqueza cultural.*

O ato de resistência da comunidade de Maya se arrasta desde os anos 70. A transferência da capital brasileira para Brasília possibilitou a conexão entre o Centro-oeste brasileiro com o sul e sudeste através da construção de novas estradas. O incentivo à expansão de fronteiras agrícolas foi marcante para o movimento de migração de famílias sulistas para a região, com o interesse de implantar monoculturas.

- Às vezes, me pego pensando: desenvolvimento para quem? Esse movimento todo foi um processo perverso e excludente. Chegaram aqui do nada, não respeitaram nosso espaço. Nos colocaram às margens, e construíram assentamentos para nos tirarem daqui. Como se fôssemos animais, nos tiraram do nosso habitat e nos colocaram em caixinhas. Mas não pertencemos a caixas, nós pertencemos ao nosso lar, nosso cerrado. E o resultado tá aí: espécies nativas sendo extintas, terras sendo desertificadas, águas secando.

Maya olha para janela e vê o sol se pondo. Se apressa para fazer o café da tarde e receber os filhos mais novos, que chegam da escola. As tarefas domésticas são ainda muito presentes no seu cotidiano e no cotidiano de suas companheiras, frutos da desigualdade histórica das relações de gênero. Seus dias são construídos nessa dinâmica.

Desigualdades de gênero também existem e são observadas no meio rural. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu são um exemplo de resposta aos episódios de silenciamentos, nos quais as pautas femininas eram sempre colocadas por último e o lugar de fala nos conflitos eram sempre masculinos. Atualmente, movimentos são realizados, como o Encontro de Mulheres do Cerrado, com o intuito de conscientizar e quebrar esse sistema patriarcal, também fora das cidades.

- Quando eu digo que nós, mulheres, temos um papel fundamental aqui na comunidade, não é brincadeira. A gente cuida das crianças, dos enfermos, da higiene da casa, das hortas, das agroflorestas. A gente faz arte com as mãos. E pra tudo, a gente depende das águas. Pra regar nossos plantios, pra beber, pra fazer nossas limpezas, e também pra se divertir um pouquinho. Se tem rio, tem comunidade vivendo por perto. E mesmo assim, somos silenciadas.

Durante o processo do trabalho de conclusão de curso, muitas vezes me perguntei onde começa a Maya e onde termina a Franciele. Se hoje eu vivo em uma cidade com paisagens naturais e rios abundantes, isso se justifica pela luta inacabável dos guardiões e das guardiãs das águas do oeste baiano, comunidades responsáveis pela manutenção do bioma Cerrado. Como mulher, também sofro de silenciamentos diários, causado pelo sistema patriarcal reproduzido pela sociedade. Por isso, acredito que a pesquisa e produção de conhecimento, na área de Arquitetura e Urbanismo, é imprescindível para compreender uma realidade regional e traduzir essas narrativas através de gestos projetuais.

Por meio do levantamento bibliográfico e filmográfico, pude me aproximar deste tema, fazendo uma espécie de "campo virtual", surfando através de bits em busca de conhecimento. Os próximos passos se configuram no contato com as comunidades, virtualmente, em um primeiro momento, e presencialmente, a posteriori, por meio da apreensão espacial com postura etnográfica, tendo em foco as narrativas de mulheres de comunidades ribeirinhas tradicionais do cerrado do oeste baiano a partir de três fases:

Aproximar-se:

Para me tornar próxima ao tema, tive que, antes de tudo, aproximar-me de mim mesma. Descobri, nesse movimento, um afeto muito grande pelo estudo às comunidades tradicionais da região, bem como seus costumes e heranças, além da luta pela sobrevivência com grande liderança feminina. Depois de me encontrar, fui de encontro a referências bibliográficas, eventos, produções de filmes independentes, audiências públicas, livros e contatos. O primeiro momento é de grandes descobertas, através do uso do espaço virtual, sobretudo pelas circunstâncias impostas por tempos pandêmicos.

Delimitar:

O passo da delimitação consiste na apreensão espacial, postura etnográfica com foco em narrativas de mulheres de comunidades ribeirinhas tradicionais do cerrado do oeste baiano. Vislumbro, nesse momento, uma atividade de campo com vias de apreensão do contexto e que possibilite uma proposta de gestos projetuais.

Narrar:

No último momento, pretendo fazer uma análise das narrativas compartilhadas em campo e traduzi-las em uma proposta projetual. Considerando uma edificação construída como uma narrativa do espaço, sendo cada material construtivo como pequenos parágrafos que se ligam e formam um texto, é possível compreender uma cultura através de sua arquitetura. E é compreendendo que se aprende e se fortalece a história dessas águas, comunidades e das mulheres que as habitam.





